



**Alcimar de Lima Marques Filho**

**O MODELO ZONA FRANCA DE MANAUS: UMA ESTRATÉGIA  
PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO  
AMAZÔNICA ATRAVÉS DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS.**

**Lisboa  
2015**



**INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO**  
**Departamento de Mestrados**

**O MODELO ZONA FRANCA DE MANAUS: UMA ESTRATÉGIA  
PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO  
AMAZÔNICA ATRAVÉS DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS.**

**Alcimar de Lima Marques Filho**

Dissertação apresentada no Instituto Superior de Gestão para  
obtenção do Grau de Mestre em Gestão.

Orientador: Professor Doutor Álvaro Dias

**Lisboa**  
**2015**

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais, meu irmão, meus filhos que com muito carinho, incentivo e apoio constantes, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida, com segurança e certeza de que não estou sozinho nessa caminhada.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes

Ao meu orientador, Professor Dr. Álvaro Dias, pelo empenho dedicado à elaboração deste trabalho.

Agradeço a todos os professores por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. A palavra mestre, nunca fará justiça aos professores dedicados aos quais sem nominar terão os meus eternos agradecimentos.

A minha família pelo amor, incentivo e apoio incondicional e principalmente meus filhos, João Gabriel e Pedro Lucas pela alegria, presença e motivação.

A todos os quais direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado!!

“O mercado de capitais tem dado sinal de sustentabilidade quando trabalhado com Responsabilidade Social Empresarial”.

*Barbieri e Cajazeira*

## RESUMO

Esta investigação científica tem como objetivo abordar a temática do modelo Zona Franca de Manaus e suas diferentes fases históricas de contribuição para o desenvolvimento e crescimento do Amazonas. Objetiva também ter a compreensão da atual fase para o desenvolvimento da região, evidenciando empresas localizadas no Pólo Industrial de Manaus, desenvolvendo ações de Responsabilidade Social empresarial, de sustentação. Este estudo foi fundamentado em Garcia, 2004, 2008. Modelo Zona Franca de Manas, conquistas e desafios. O estudo constituiu-se no enfoque exploratório descritivo, proporcionando uma visão geral do todo. O estudo focou-se nas empresas do Pólo Industrial de Manaus, com o universo pesquisado de 8 empresas de diversos ramos de fabricação. Os dados foram obtidos através de questionários entregue, entregue nas empresas a colaboradores, a aleatoriamente. A tabela Likert foi à base de interpretação do questionário, com variáveis para análise quali-quantitativamente, que descreve as características de uma população, analisa e classifica processos dinâmicos. Nortearam-se esta pesquisa os estudos de coeficiente de correlação, de Pearson, que estuda a relação de duas variáveis linearmente. Para a tabulação dos dados foi utilizado o software ABD do Windows SPSS e a planilha do EXEL. O atual Modelo Zona Franca de Manaus tem uma singular contribuição para crescimento sustentável da região amazônica. É comprovada em análise esta afirmativa, pelo alto nível tecnológico que é desenvolvido pelas empresas locais e pela Feira Internacional da Amazônia, que atrai muitos investidores nacionais e internacionais para a região.

Palavras-chave: Zona Franca de Manaus, desenvolvimento sustentável e responsabilidade social

## ABSTRACT

This scientific research aims to address the issue of model Manaus Free Trade Zone and their different stages of historical contribution to the development and growth of Amazonas. It also aims to have an understanding of the current stage in the development of the region, highlighting companies located in the Industrial Pole of Manaus, developing Corporate Social Responsibility actions of support. This study was based on Garcia, 2004, 2008. Model Free Zone Manaus, achievement and challenges. The study was based on descriptive exploratory approach, providing an overview of the whole. The study focused on companies in the Industrial Pole of Manaus, the research universe of 8 companies from various branches of manufacturing. Data were obtained through questionnaires delivered, delivered to companies employees, randomly. The table was a Likert-based interpretation of questionnaire with variables for qualitative-quantitative analysis, which describes the characteristics of a population, analyzes and classifies dynamic processes. Were guided this research studies the correlation coefficient of Pearson, who studies the relationship of two variables linearly. For data tabulations of ware was used ABD Windows and SPSS spreadsheet EXEL. The current Model Zona Franca de Manaus has a unique contribution to sustainable growth in the Amazon region. This state mentis proven by high technology that is developed by local companies and by the Amazon International Fair, which attracts many national and international investors to the region.

Keywords: Zona Franca de Manaus, sustainable development and social responsibility

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 01 – Classificação por gênero

Tabela 02 – Classificação por estado civil

Tabela 03 – Classificação por idade

Tabela 04 – Classificação escolaridade

Tabela 05 – Classificação por tempo de empresa

Tabela 06 – Classificação por vínculo institucional

Tabela 07 – Classificação por cargo

Tabela 08 – Variável 01

Tabela 09 – Variável 02

Tabela 10 – Variável 03

Tabela 11 – Variável 04

Tabela 12 – Variável 05

Tabela 13 – Variável 06

Tabela 14 – Variável 07

Tabela 15 – Variável 08

Tabela 16 – Variável 09

Tabela 17 – Variável 10

Tabela 18 – Variável 11

Tabela 19 – Variável 12

Tabela 20 – Variável 13

Tabela 21 – Variável 14

Tabela 22 – Variável 15

Tabela 23 – Variável 16

Tabela 24 – Variável 17

Tabela 25 – Variável 18

Tabela 26 – Variável 19

Tabela 27 – Variável 20

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 01 – Classificação por gênero

Gráfico 02 – Classificação por estado civil

Gráfico 03 – Classificação por idade

Gráfico 04 – Classificação escolaridade

Gráfico 05 – Classificação por tempo de empresa

Gráfico 06 – Classificação por vínculo institucional

Gráfico 07 – Classificação por cargo

Gráfico 08 – Variável 01

Gráfico 09 – Variável 02

Gráfico 10 – Variável 03

Gráfico 11 – Variável 04

Gráfico 12 – Variável 05

Gráfico 13 – Variável 06

Gráfico 14 – Variável 07

Gráfico 15 – Variável 08

Gráfico 16 – Variável 09

Gráfico 17 – Variável 10

Gráfico 18 – Variável 11

Gráfico 19 – Variável 12

Gráfico 20 – Variável 13

Gráfico 21 – Variável 14

Gráfico 22 – Variável 15

Gráfico 23 – Variável 16

Gráfico 24 – Variável 17

Gráfico 25 – Variável 18

Gráfico 26 – Variável 19

Gráfico 27 – Variável 20

## **LISTA DE SIGLAS**

- ABRINQ** – Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos;
- AGENDA 21** – Documento resultante do ECO-92, que estabelece o comprometimento dos governos com o Meio Ambiente;
- ALC** – Área de Livre Comércio;
- BRUNDTLAND** – Relatório elaborado pela Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento;
- CBA** – Centro de Biodiversidade da Amazônia;
- CCQ** – Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas;
- CIEAM** – Centro das Indústrias do Estado do Amazonas;
- CMMAD** – Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento;
- CODAM** – Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas;
- COFINS** – Contribuição Social para o financiamento da Seguridade Social;
- CPDS** – Comissão de Políticas e Desenvolvimento Sustentável;
- CT** – Centro Tecnológico;
- CTI-PIM** – Centro de Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus;
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores;
- ECO 92** – Conferência Sobre o Meio Ambiente;
- ERÁRIO** (Reserva de Moedas) – termo que indica finanças do Estado;
- FGV-CES** – Fundação Getúlio Vargas e Centro de Estudo;
- FIA** – Feira Internacional da Amazônia;
- FIEAM** – Federação das Indústrias do Estado do Amazonas;
- FMI** – Fundo Monetário Internacional;
- GIFE** – Grupo de Institutos, Fundações ou Empresas;
- ICMS** – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços;
- INMETRO** – Metrologia Normatização e Qualidade Industrial;
- ISO** – International Organization Standardization;
- IVAM** – Associação de Companhias e Instituições de Micro e Nanotecnologia e que reúne seletor grupo de 228 membros em todo o mundo;
- MERCOSUL** – Mercado Comum Europeu;
- ONG** – Organizações Não Governamentais;
- ONU** – Organização das Nações Unidas;

**PhD** – Sigla que expressa doutor em filosofia= doutor no Brasil;

**PIM** – Polo Industrial de Manaus;

**PPB** – Processo Produtivo Básico;

**PQA** – Prêmio de Qualidade no Amazonas;

**RAIS** – Relação Atual de Informações Sociais;

**SESI** – Serviço Social das Indústrias;

**SUFRAMA** – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia;

**UEA** – Universidade do Estado do Amazonas;

**ZFM** – Zona Franca de Manaus.

## **GLOSSÁRIO**

**AMAZÔNIA OCIDENTAL** – Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima;

**CLUSTER** – Conjunto de computadores que compõe o Sistema Operacional;

**COMPELIDO** – Reunido numa obra só, textos de origens diversas;

**DESREGUMENTAÇÃO** – É a Remoção ou simplificação das regras e regulamentações governamentais;

**EXAURIDO** – Esgotado, vazio;

**EXITOSA** – Êxito, sucesso;

**FOMENTO** – Termo usado para caracterizar atividades centradas na promoção do desenvolvimento. São projetos e programas de iniciativa pública, privada ou integrada de estímulo a cultivos diversos.

**INTERNACIONALIZAÇÃO** – É um conceito com aplicação em várias áreas. Referem-se às trocas econômicas, políticas e culturais entre Nações;

**MARASMO** – Deficiência em estágio avançado;

**REGIONAL** – Concernente a uma Região;

**SUSTENTABILIDADE** – Termo usado para combater ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer o futuro das próximas gerações;

**VANGUARDA** – Em sentido literal se refere ao batalhão que percebe o ataque as tropas durante uma batalha.

# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA</b>	<b>18</b>
1.1 O PROBLEMA DA PESQUISA	18
1,2 OBJETIVOS	19
1.2.1 Objetivo Geral	19
1.2.2 Objetivos Específicos	19
1.3 JUSTIFICATIVA	19
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>22</b>
2.1 HISTÓRICOS GEOPOLÍTICOS DA CIDADE DE MANAUS	22
2.2 ZONA FRANCA DE MANAUS	23
2.2.1 Polo Industrial de Manaus	23
2.2.1.1 Nokia do Brasil Tecnologia Ltda.	29
2.2.1.2 Philips do Brasil	31
2.2.1.3 Yamaha Motos da Amazônia	32
2.2.1.4 Moto Honda da Amazônia	33
2.2.1.5 MASA DA AMAZÔNIA	34
2.2.1.6 Grupo Samsung	36
2.2.1.7 Sony Plástico da Amazônia Ltda.	37
2.2.1.8 CCE da Amazônia	39
2.3 SUSTENTABILIDADE	40
2.3.1 Desenvolvimento Sustentável	45
2.3.1.1 Sustentabilidade como estratégia organizacional	49
2.3.1.2 Sustentabilidade comunitária	53
2.4 RESPONSABILIDADE SOCIAL SUSTENTÁVEL	55
2.4.1 A empresa como fator de sustentabilidade da região	55
2.5 MODELO DE DESENVOLVIMENTO DA ZONA FRANCA DE MANAUS	63
2.5.1 Primórdio do modelo Zona Franca de Manaus	63
2.5.2 Fases do Modelo Zona Franca de Manaus	64
2.5.2.1 Primeira fase do modelo Zona Franca de Manaus	66
2.5.2.2 Segunda fase do modelo Zona Franca de Manaus	67
2.5.2.3 Terceira fase do modelo Zona Franca de Manaus	68
2.5.2.4 Quarta fase do modelo Zona Franca de Manaus	69
2.5.2.5 Fase atual do modelo Zona Franca de Manaus	70
2.5.2.5.1 Caracterização do modelo atual Zona Franca de Manaus	70
2.5.2.5.2 Feira Internacional da Amazônia	71
2.6 INCENTIVOS FISCAIS	76
2.6.1 Política tributária diferenciada – Zona Franca de Manaus	78

2.6.1.1 Tributos federal, estadual e municipal.	78
<b>3 METODOLOGIA</b>	<b>81</b>
3.1 ÁREA DE ABRANGÊNCIA E UNIVERSO DA PESQUISA	82
3.2 ELEMENTOS INVESTIGADOS NA PESQUISA	83
3.3 PRÉ-TESTE DOS INSTRUMENTOS INVESTIGADOS NA PESQUISA	84
3.4 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS	85
3.5 INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS	85
<b>4 ANÁLISE DOS RESULTADOS</b>	<b>86</b>
4.1 ANÁLISE DA POPULAÇÃO PESQUISADA	86
4.1.1 Classificação por gênero	87
4.1.2 Classificação por estado civil	88
4.1.3 Classificação por idade	89
4.1.4 Classificação por escolaridade	90
4.1.5 Classificação por tempo de empresa	91
4.1.6 Classificação por vínculo institucional	92
4.1.7 Classificação por cargo	93
4.2 ANÁLISE DOS DADOS PESQUISADOS	94
4.2.1 Análise de Dados – variável 01	94
4.2.2 Análise de Dados – variável 02	95
4.2.3 Análise de Dados – variável 03	96
4.2.4 Análise de Dados – variável 04	97
4.2.5 Análise de Dados- variável 05	98
4.2.6 Análise de Dados – variável 06	99
4.2.7 Análise de Dados – variável 07	100
4.2.8 Análise de Dados – variável 08	101
4.2.9 Análise de Dados – variável 09	102
4.2.10 Análise de Dados – variável 10	103
4.2.11 Análise de Dados – variável 11	104
4.2.12 Análise de Dados – variável 12	105
4.2.13 Análise de Dados – variável 13	106
4.2.14 Análise de Dados – variável 14	107
4.2.15 Análise de Dados – variável 15	108
4.2.16 Análise de Dados – variável 16	109
4.2.17 Análise de Dados – variável 17	110
4.2.18 Análise de Dados – variável 18	111
4.2.19 Análise de Dados – variável 19	112
4.2.20 Análise de Dados – variável 20	113
4.3 ANÁLISES ESTATÍSTICAS	114
4.3.1 Coeficiente correlacional- variáveis 06 e 11	115

4.3.2 Coeficiente correlacional – variáveis 01 e 18	115
4.3.3 Coeficiente correlacional dos dados - variáveis 05 e 08	115
<b>5 CONCLUSÕES</b>	<b>116</b>
5.1 SUGESTÕES PARA PRÓXIMAS PESQUISAS	117
5.2 IMPLICAÇÃO PARA A GESTÃO	117
<b>REFERÊNCIA</b>	<b>118</b>
<b>APÊNDICE</b>	<b>123</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>126</b>

## INTRODUÇÃO

A Zona Franca de Manaus é um modelo de desenvolvimento regional, implantado pelo governo federal em 1967 com o objetivo de criar uma base econômica na região, promovendo a integração os estados. Regionais e garantir a soberania nacional sobre suas fronteiras territoriais. Na história econômica do Amazonas, após o apogeu da borracha, surgiu um modelo próprio de desenvolvimento para região amazônica: a Zona Franca da Manaus, com o objetivo de viabilizar uma base econômica e promover a integração produtiva e social na Amazônia Ocidental, bem como para garantir a soberania nacional em suas fronteiras.

De acordo com Benchimol (1999), a Zona Franca de Manaus configura-se como uma das formas de superação para o desenvolvimento da região, mesmo sendo questionada a combinação de estagnação econômica local, com o movimento no sentido da descentralização industrial e o surgimento de outras zonas francas na região. Fatores, dentre outros, decisivos para que a geopolítica do militarismo defina Manaus, como o espaço para a criação de uma Zona Franca.

O pressuposto histórico fundamental para a implantação de uma Zona Franca de Manaus tem a ver com a convergência de dois fatores: de um lado, a possibilidade das empresas dos países industrializados de descentralizarem seus processos produtivos e, de outro, a existência em outros países de condições políticas e econômicas que assegurem a redução dos custos de produção e a ampliação dos mercados consumidores de determinadas mercadorias a serem consumidas.

A Zona Franca vem, progressivamente, se convertendo num espaço de relações globais de integração à nação e as ameaças, virtuais ou concretas, de internacionalização, são constantes na história da Amazônia. Considerando-se suas origens, conquistas, histórias e desafios, porém, pode-se compreendê-la como um exercício de economia política dos governos brasileiros inserido no processo de transformação de modelos de desenvolvimento.

O trabalho retratará uma caracterização geral dos modelos Zona Franca de Manaus, desde sua inserção no cenário nacional até os dias de hoje analisando os resultados dos objetivos predeterminados voltados ao desenvolvimento sustentável, promoção de emprego e renda regional, bem como da continuidade de programas e

projetos das empresas do Pólo Industrial de Manaus – PIM, orientadas de uma forma geral para a região amazônica pela SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus.

É pertinente conhecer a importância da exitosa história dos Modelos da Zona Franca de Manaus, suas conquistas e desafios, bem como a analogia entre os modelos mostrando resultados e perspectivas para a melhoria da qualidade de vida no ambiente. (Garcia, 2004).

Para Oliveira (2011), é importante retratar, ainda que, os antecedentes do modelo ZFM, remontados ao século XIX, através da inspirada sugestão para a criação de um porto franco em Manaus para servir de epicentro das dinâmicas econômicas na Amazônia. Passam pelas iniciativas de revitalização econômica regional durante a fase de marasmo que sucedeu o fausto da borracha, transitando pela criação de sua primeira versão moderna, em 1957, e chegam ao ano de 1967.

Oportunidade em que as autoridades governamentais tomam a patriótica decisão de transformar a limitada experiência iniciada na década anterior em um modelo de desenvolvimento não somente para o Estado do Amazonas, mas também para os demais Estados da Amazônia Ocidental. Surge, então, o Decreto- Lei 288 de 28 de fevereiro de 1967, (ver anexo 01) mostrando os contornos iniciais do que viria a ser a mais bem sucedida política de desenvolvimento regional do governo Brasileiro.

De acordo com Garcia (2004), daquele ano até os dias presentes pode-se afirmar que a região assistiu ao desenrolar de um dos mais interessantes fenômenos econômico-sociais da história recente do Brasil. Salazar (1992), à medida que o próprio modelo ganhava contorno sem razão das mudanças no ambiente econômico do país, a SUFRAMA – também registrava mutações nas suas funções, áreas de atuação e características institucionais.

Na primeira fase, em que o comércio era a dinâmica central do modelo, a Suframa atuava, sobretudo, no controle de entradas e estocagem de mercadorias, com foco em Manaus e funcionando mais como uma instituição aduaneira, na segunda fase, em que a indústria de montagem se tornou relevante, a atuação da Suframa passou a realçar a gestão de incentivos à industrialização, iniciando a abertura do seu foco para toda a Amazônia Ocidental, passando a atuar mais como controladora de projetos.

Na terceira fase, em que outras regiões do país passaram a oferecer também incentivos fiscais significativos, o modelo teve de se adaptar para disputar empreendimentos e a Suframa passou a destacar em suas funções, também a atração e promoção de investimento, transformando-se em braço político federal na região e, por isso, maturando-se como autarquia com atuação externa.

Na quarta fase, em que o modelo foi forçado a se adaptar às políticas nacionais de abertura econômica, incertezas cambiais e controles de gastos, a Suframa passou a incluir em suas funções a gestão de processos produtivos básicos e a busca de modernização industrial, convertendo-se em instância regional das políticas industriais nacionais e, por isso, fortalecendo-se como articuladora e mediadora dos interesses regionais perante os nacionais.

Na quinta fase, em que o modelo foi compelido a buscar inserção internacional e a possuir atrativos não apenas tributários, face às discussões sobre sua prorrogação, a Suframa começou a remodelar-se para atuar como agência de desenvolvimento regional comprometida, ao mesmo tempo, tanto com o fortalecimento do Pólo Industrial de Manaus quanto com o fomento e a interiorização do desenvolvimento em toda a Amazônia Ocidental.

Baseado em sólido planejamento estratégico passou a estimular exportações, inserir-se nas negociações comerciais do Brasil, investir em potencialidades regionais, direcionar investimentos para interiorização, fortalecer o sistema de ciência, tecnologia e inovação local, ampliar a formação de capital intelectual de vanguarda, ampliar as opções logísticas regionais, e investir em infraestrutura produtiva.

É nesta fase que surgem iniciativas de vulto como o Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA, o Centro de Ciência e Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus – CTI/PIM, a Feira Internacional da Amazônia, FIA, o Centro Logístico Avançado de Distribuição e outros. É no atual modelo da Zona Franca de Manaus que as empresas do PIM enfatizam a Responsabilidade social como sustentabilidade para a permanência da Região.

Os incentivos Fiscais da Zona Franca de Manaus, componente primordial da existência e permanência do modelo atual na Amazônia, é mencionada no Capítulo Dois deste trabalho.

# 1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

## 1.1 O PROBLEMA DA PESQUISA

A Zona Franca de Manaus passa por um momento bastante positivo de crescimento. Entretanto, ainda existe um longo caminho para interligar a pujança econômica do modelo com o restante da economia regional e nacional. O modelo é uma forte iniciativa de aumentar a produtividade nos três setores da economia: primário, secundário e terciário. A convergência tecnológica também se mostra um grande desafio e oportunidade.

Indústrias, empresas e comércio devem associar crescimento e lucratividade às técnicas ambientais, pois os empregos de tecnologias, limpas e eficientes diminuem os custos aumentando a rentabilidade e preservando o meio ambiente. Para tanto, é de fundamental importância uma participação global entre países, estados e municípios, com incentivos fiscais e aplicação severa da legislação que vão além da ambiental.

Destacar empresas que trabalham e desenvolvem sustentabilidade para a região. Não o simples replantio de árvore e sim todo o processo de sustentabilidade necessário para o crescimento da região com promoção de qualidade de vida para a mesma

Diante do cenário atual, o desenvolvimento sustentável é o único caminho para a sobrevivência e permanência de vida na terra e, para tanto, medidas urgentes e globais devem ser consideradas e implantadas. A começar pela garantia da disponibilidade de recursos naturais, respeito dos limites da biosfera para absorção de resíduos e poluição, bem como a redução da pobreza em nível mundial. Tal contexto requer uma resposta coesa e direta sobre os rumos que o atual modelo desempenhado na Amazônia.

Nesse contexto propõe-se um estudo da ZFM, como uma estratégia ousada, à sua época, para alavancá-la e levá-la a categoria de regiões desenvolvidas, participantes do mercado e detentor do poderio econômico e tecnológico. A proposta é relevante no momento em que se busca a inserção de meios alternativos num mundo globalizado e sedento por produtos e serviços.

A finalidade, portanto, é criar um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico, ambiental e social da região, harmonizando crescimento econômico,

preservação do meio ambiente e fazendo com que as pessoas ali existentes tenham vida abundantemente.

## **1.2 OBJETIVOS**

### **1.2.1 Geral**

Analisar como o atual modelo da Zona Franca de Manaus promove o desenvolvimento sustentável na região amazônica.

### **1.2.2 Específicos**

- a) Identificar a origem dos modelos de zonas francas como estratégia para o desenvolvimento;
- b) Classificar os principais projetos e planos existentes com a criação da Zona Franca de Manaus, tanto os de responsabilidades da administração pública como os da própria Suframa para aproveitamento da mão-de-obra local; e,
- c) Enfatizar programas e projetos voltados para o manuseio dos recursos naturais da região, envolvendo o poder público e a sociedade.

## **1.3 JUSTIFICATIVA**

Com o passar dos anos, ficou evidente que a Zona Franca de Manaus, apesar de ser uma das mais antigas no processo de transformação do imperialismo, não chegou a atingir o grau de independência superior que a colocaria na situação de maior produção e produção e comercialização, apesar de ser considerado um exercício da economia política inserido no processo de desenvolvimento da região.

De acordo com Garcia, (2008), o Pólo Industrial de Manaus abriga 508 indústrias e predominam as de produtos eletroeletrônicos com fabricação de alta tecnologia na área de televisão, DVD e informática. Essas indústrias recebem incentivos fiscais para se instalarem e após a instalação ficam isentas de Imposto sobre Produtos Industrializados, bem como sobre produtos importados e ainda, atuando como montadoras na importação de peças do mercado internacional, recebem descontos parciais no ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

É um Pólo para indústrias produzirem bens de consumo que supram as necessidades do Brasil e geram mais de 100 mil empregos diretos e 450 mil empregos indiretos e acima de 60 mil nos demais Estados da Região.

Melo Neto e Cesar Fróes (2001), afirmam ser importante que as práticas de responsabilidade social estejam efetivamente integradas no dia a dia das empresas que tomam consciência de que essas práticas são passíveis de se revestir de um valor econômico direto.

Embora a sua obrigação primeira seja a obtenção de lucros, as empresas podem, ao mesmo tempo, contribuir para o cumprimento de objetivos sociais e ambientais mediante a integração da responsabilidade social, enquanto investimento estratégico, no núcleo da sua estratégia empresarial, nos seus instrumentos de gestão e nas suas operações envolvendo negócios e pessoas.

Pressupõe-se que uma pessoa socialmente responsável respeita a família, a natureza, educa os filhos de acordo com os princípios e valores, trata o ambiente público como se fosse seu, cuidando e preservando.

Da mesma forma que uma empresa socialmente responsável é transparente, estabelece compromissos públicos, não agride o meio ambiente, respeita as condições de trabalho de seus colaboradores, não adquire produtos de seus fornecedores que não sejam socialmente responsáveis, promove a motivação e o comprometimento, se preocupa com as condições sociais do próximo, busca melhoria na qualidade de vida da comunidade nela inserida e envolve a prática de voluntariado com seus colaboradores.

Os programas, planos e projetos da Zona Franca de Manaus, além de vislumbrar um cenário lucrativo, visa melhorias de cunho social, constitui uma grande oportunidade para que os integrantes de uma equipe desenvolvam e exercitem algumas habilidades, como a criatividade, a liderança, a comunicação interpessoal, o trabalho em equipe, planejamento, e outros.

Igualmente para o governo que é socialmente responsável com o orçamento público, garantindo direitos e deveres, a sociedade identifica necessidades sociais e soluciona-as, bem como preserva o meio ambiente e estuda possibilidades sustentáveis de desenvolvimento.

O papel fundamental das empresas é gerar riquezas. O desempenho eficaz desse papel é essencial para o desenvolvimento econômico e social de qualquer

sociedade A empresa socialmente responsável reconhece que a maneira como essa riqueza é gerada é igualmente importante.

Segundo Corrêa (2002), as empresas tradicionalmente responsabilizavam-se pela busca da maximização dos lucros e diminuição dos custos, não se influenciavam significativamente pelos aspectos sociais que influenciavam o ambiente dos negócios. Entretanto, um novo mundo está se formando e o reflexo positivo é perceptível quando uma ação social é praticada, seja por um cidadão, por um grupo e mais acentuada essa percepção fica quando efetivada por uma empresa.

Essa passa a ser vista como uma instituição sociopolítica que reflete a mudança de ênfase do econômico para o social e valoriza aspectos como uma distribuição mais justa da renda, qualidade de vida, relacionamento humano, realização pessoal etc.

A sociedade por sua vez está mais atenta ao comprometimento ético das empresas, que reflete as ações do seu corpo executivo. As novas leis regulamentos têm forçado mudanças de estratégias que são observadas atentamente pela sociedade e fortemente divulgadas pelos veículos de comunicação. A pesquisa evidencia a sustentabilidade como alternativa de envolvimento do colaborador da empresa e da sociedade fazendo fluir resultados positivos de crescimento organizacional com qualidade de vida.

A prática da sustentabilidade social traz muitos benefícios, principalmente permite o exercício da cidadania, liderança, ética e criatividade por parte dos colaboradores, pois toma a iniciativa de participar de programas que exigem comprometimento e responsabilidade em diversos tipos de situações.

A comunidade, principalmente, menos favorecida será beneficiada com ações desenvolvidas pelos colaboradores nas empresas que apoiarão e viabilizarão espaço para o aprendizado em oficinas de qualificações necessárias à entrada destes no mercado de trabalho.

Não basta para o ser humano habitar o planeta ignorando os problemas sociais, tendo em vista este mundo globalizado onde as consequências dos atos em um determinado país recaem sobre qualquer outro. É preciso que cada indivíduo cumpra seus deveres como cidadão.

E isto inclui a preocupação de crescimento e desenvolvimento, inclui o interesse com a preservação do ambiente onde está inserido, inclui a sensibilização e percepção de empresas do Pólo Industrial que envolvem a comunidade em suas ações, empregando pessoas e oferecendo trabalhos em oficinas de qualificação. Inclui ainda, averiguação e certificação se os produtos oferecidos são de qualidade. Inclui, sobretudo, o permanente alerta com as certificações ISO, termômetro para aferição das empresas de uma forma global.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 HISTÓRICO GEOPOLÍTICO DA CIDADE DE MANAUS**

Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2008), Manaus foi fundada em 1669 com o nome de forte de São José do Rio Negro, elevada à vila em 1832 e legalmente transformada em cidade - Manaus, em homenagem aos índios Manaós, no dia 24 de outubro de 1848.

Município brasileiro, capital do Estado do Amazonas, principal centro financeiro da Região Norte do Brasil, é a sexta cidade mais rica do país e mais populosa da Amazônia. É, também, distante a 3.490 quilômetros da capital federal, Brasília. Sua população é de 1.738.641 habitantes com uma área de 11.401,058 km<sup>2</sup>, compondo a densidade demográfica de 149,9 hab. / km<sup>2</sup>. Considerada a oitava em população e a segunda maior região metropolitana do Brasil.

A composição do (IDH) Índice de Desenvolvimento Humano está caracterizada da seguinte forma: Renda – 0,702; Longevidade – 0,711; Educação – 0,909. Manaus é uma cidade marcada pelos traços culturais, políticos e econômicos herdados dos portugueses, espanhóis e franceses. Na sua formação histórica, a demografia é resultado da miscigenação das três etnias básicas que compõem a população brasileira: o índio, o europeu e o negro.

O poder executivo da cidade de Manaus é representado pelo prefeito e seu gabinete de secretários seguindo modelo proposto na Constituição Federal. O poder legislativo é representado pela Câmara Municipal composta por 38 vereadores eleitos para cargo de quatro anos.

No século XX, época áurea da borracha Manaus ficou conhecida como a cidade da floresta. Atualmente seu principal motor econômico é o Pólo Industrial de

Manaus, (Suframa/Hoje 2010), Com a implantação do Pólo Comercial e depois com a vinda das indústrias ocorreu o aumento da oferta de emprego e renda para a população e a criação de uma demanda, procura igualmente ascendente, de serviços em todos os segmentos da economia.

Ainda segundo informações da revista Suframa/Hoje, (2010), Manaus é considerada, hoje, uma das melhores cidades do país para se viver, oferecendo educação de qualidade, em todos os níveis.

## **2.2 ZONA FRANCA DE MANAUS**

### **2.2.1 Pólo Industrial de Manaus**

De acordo com Bonfim e Botelho (2009), a concepção de Zona Franca de Manaus foi idealizada no final da década de 50, inicialmente com o projeto geopolítico, com o objetivo de resguardar a soberania nacional na gigantesca região amazônica.

O Pólo Industrial de Manaus (PIM) é uma área criada pela SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus) – autarquia vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior com a responsabilidade de desenvolver um modelo de desenvolvimento regional de forma sustentável, com os recursos disponíveis, assegurando a qualidade de vida para os que nela habitam.

Segundo Garcia (2004), esta autarquia tem a finalidade de implantar um Pólo fabril na cidade de Manaus. A Zona Franca de Manaus abrange os estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, e as cidades de Macapá e Santana, no Amapá. É um centro financeiro implantado pelo governo brasileiro com o objetivo de viabilizar uma base econômica na Amazônia e promover a melhor integração produtiva dessa região ao estado, a fim de garantir a soberania estadual sobre as fronteiras.

De acordo com Garcia, (2004), quando a Zona Franca de Manaus foi criada, em fevereiro de 1967, com o objetivo de estimular a industrialização da cidade e ampliar seu mercado de trabalho. A cidade começou a experimentar um ciclo de mudança com a implantação do Pólo Comercial e depois com a vinda das indústrias formando um enorme parque.

Garcia (2004) informa que esse importante parque fabril da América Latina abriga 508 empresas, com elevados índices de inovação tecnológica, competitividade e produtividade faturamento estimado para 2007 de US\$ 25 bilhões. São gerados mais de 100 mil empregos diretos e 450 mil indiretos, somente na cidade de Manaus e outros 60 mil nos demais estados da região.

Conforme a indústria eletro eletrônicos (fabricantes de TVs, DVDs, aparelhos de som e fornos entre outros) é responsável por 34,58%, do faturamento industrial de Manaus. Garcia (2004) esclarece que no segundo lugar em faturamento estão as empresas de bens de informática com 22,26%. Em seguida, as empresas do cluster de motocicletas com 16,81% do faturamento.

O Pólo possui uma nítida evolução em seu faturamento referente aos produtos fabricados em Manaus ao longo de sua existência. Entre as crises dos anos 1990, o PIM apresentou significativa resistência com as empresas instaladas em Manaus, reinventando seus processos de tal maneira que se tornaram excelentes competidoras até em nível internacional. A evolução de faturamento do PIM nos anos de 1998 a 2006 é visível e gratificante para a cidade de Manaus.

Enfatiza Garcia (2004), que é interessante lembrar que não só os produtos finais são fabricados em Manaus. Alguns produtos como motos de baixa cilindrada, tem todas as suas peças produzidas na cidade. As indústrias do PIM boa parte transnacionais adotam modernos métodos de gestão, investem em produtividade e, a cada dia, adquirem maior competitividade, sem deixar nada a dever aos grandes centros industriais do País e do exterior.

Garcia (2004) esclarece que uma das vantagens do Pólo é que ele tem alta densidade tecnológica, elevado valor unitário, e absorvem com rapidez mudanças na tecnologia de produtos relevantes para assegurar a especialização, o aumento da escala de produção e a elevação dos níveis de produtividade e competitividade.

Um dado importante é o fato de as principais empresas estarem certificadas com as Normas das Séries ISO 9000, gestão da qualidade; 14000 gestão ambiental; e 18000. Saúde e segurança no trabalho. São diversos os produtos feitos na Zona Franca de Manaus. Aqui listamos alguns dos principais: televisões, aparelhos de DVDs, DVDs, *microsystem*, fornos de microondas, celulares, aparelhos telefônicos, faxes, máquinas fotocopadoras, motos, relógios, óculos (lentes), produtos metalúrgicos, cosméticos em geral, CDs, brinquedos, lentes de contato.

Para Benchimol (1997), o modelo de isenções fiscais da Zona Franca de Manaus depende da prorrogação legal para existir. Ao longo dos anos, houve algumas prorrogações e pequenas mudanças no modelo. Uma das principais mudanças aconteceu durante o governo Fernando Collor de Mello, em decorrência do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, lançado em 1991. Collor abriu o mercado brasileiro e provocou a adequação das indústrias sediadas no Brasil aos padrões Internacionais.

A Trajetória para a legitimação do PIM, de acordo com Pontes Filho (2000), em 1950 o Deputado Federal Francisco Pereira da Silva idealizou a criação do Porto Franco de Manaus e encaminhou à Câmara Federal o projeto nº. 1.310 que, após receber emendas, foi aprovado em 23 de outubro de 1951. Em 6 de junho de 1957, o presidente Juscelino Kubitschek sancionou a Lei nº. 3.173 que criava o Porto Franco, mas tarde a Zona Franca de Manaus, regulamentada posteriormente pelo Decreto nº. 47.757, de 2 de fevereiro de 1960, gerando uma formalização respaldada em Lei. (Garcia, 2008).

O Deputado Pereira da Silva foi o primeiro superintendente da Zona Franca, recebendo posse no dia 19 de abril de 1960 e aí permaneceu até 14 de setembro daquele ano. Durante dez anos a Zona Franca de Manaus manteve-se restrita a um galpão alugado pela Manaus Harbour (Porto de Manaus), dependendo de verbas federais insuficientes, o que talvez explique a falta de credibilidade do projeto. (Pereira, 2005).

De acordo com Benchimol (1997), em 28 de fevereiro de 1967, através do Decreto-Lei nº. 288, assinado pelo então Presidente Castelo Branco houve a reformulação e ampliação do modelo Zona Franca de Manaus. O Decreto nº. 291, da mesma data, permitiu extensão da área dos incentivos fiscais a toda a Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima), dotando a região de condições que permitissem o seu desenvolvimento e a sua segurança, em razão do isolamento econômico a que ficou relegada ao fim do ciclo da borracha e, também, por ser uma das regiões mais cobiçadas do mundo.

Garcia (2004), assinala a importância do decreto 61.244, 28 de agosto do ano de 1967, que criou a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, órgão do governo federal encarregado da administração dos incentivos fiscais da Zona Franca, com patrimônio próprio, e autonomia administrativa e

financeira. Benchimol (1997), faz referência a área de abrangência da Zona Franca de Manaus, que foi estabelecida em 10.000 km<sup>2</sup>, com um Distrito Industrial e um Distrito Agropecuário, constituindo uma zona de livre comércio: zona industrial e zona agropecuária que oferece isenção ou redução de impostos e taxas alfandegárias e de outros custos sobre a entrada e saída de matéria-prima e produto acabado.

Foram criadas condições de igualdade com outros centros econômicos do país, de forma a atrair novos investimentos. Nos primeiros anos após a sua reformulação e ampliação, a Zona Franca de Manaus tornou-se um grande shopping center para os brasileiros de todas as regiões, já que havia restrições às viagens de brasileiros ao exterior.

Encontravam em Manaus as novidades importadas do primeiro mundo e que ainda não estavam disponíveis no mercado interno. Garcia (2004), por conta dessa corrida às compras, a cidade teve uma explosão demográfica em todas as atividades, principalmente na comercial. Segundo dados da Junta Comercial do Amazonas, só em 1967 foram registradas 1.339 novas empresas, tendo em vista que naquela época não havia limites para as importações, com restrições apenas para armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passeio e perfumes, cuja importação só poderia ser feita mediante o pagamento de todos os impostos.

Ainda para Garcia (2004), a partir de 1976, o Governo Federal fixou uma quota de bagagem para os passageiros que saíam da ZFM, e os turistas brasileiros, que vinham somente para fazer compras, aos poucos foram esquecendo Manaus, já que a sua lucratividade fora reduzida também pelos altos custos com passagens aéreas e hospedagem.

Benchimol (1997) afirma que, com novas pressões da indústria nacional, o comércio da ZFM passou apenas a produzir os produtos que ainda não eram fabricados no Brasil, como medida de proteção à indústria instalada em outras regiões do país, principalmente a Região Sudeste, que iniciou uma luta pelo fim da ZFM. Os ataques eram constantes através da mídia ao modelo Zona Franca de Manaus, que, a cada dia, porém, provou ser um exemplo sério de trabalho, que não só favorece a Amazônia Ocidental, mas todo o País (Pereira , 2005).

Garcia (2004), salienta que no final da década de 70 vieram a total liberação das viagens de brasileiros ao exterior e a permissão para entrada no Brasil de bagagem procedente do exterior, até cem dólares, sem qualquer imposto. A partir de 1990, a abertura econômica e a liberalização das importações reduziu ainda mais o atrativo comercial de Manaus, e o turismo, que até então era predominantemente doméstico, voltou-se para a natureza da região, atraindo mais os visitantes estrangeiros, em busca de pescarias e passeios pela Bacia Amazônica.

A Constituição Federal de 1988 previa a manutenção dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus até o ano de 2013, mas a Emenda Constitucional nº. 42, de 19 de dezembro de 2003, estabeleceu a sua prorrogação até o ano de 2023.

De acordo com Benchimol (1997), em 1967, quando a Zona Franca foi efetivamente instalada, Manaus era uma cidade pacata, com não mais que 300.000 habitantes. Os primeiros projetos industriais começaram a se implantar e hoje compõem o Polo Industrial de Manaus – PIM, reconhecido por ambientalistas de todo o mundo como maior projeto de preservação ambiental responsável por manter, aproximadamente 98% da floresta do Estado intacta (Suframa/Hoje, 2010).

Atualmente, o Polo Industrial de Manaus – PIM, é palco de destaque para Fóruns Internacionais de Sustentabilidade. Ainda segundo a revista Suframa-Hoje (2010), em março de 2010, ilustres participantes de todo o mundo assinaram a Carta do Amazonas, uma afirmação de princípios de cidadãos brasileiros e da comunidade internacional que reafirmam os princípios da Carta da Terra que segundo (Barbiere 2000), determina: respeitar e cuidar da diversidade da vida, garantir a integridade ecológica do planeta, promover a justiça social e econômica.

Para Bomfim, e Botelho, (2009), o PIM revela evolução positiva na receita da produção industrial ao longo de sua existência. Em 2006, por exemplo, suas empresas obtiveram um faturamento total de US\$ 23 bilhões . Nas crises de 90, o PIM revelou excepcional resiliência para adaptar-se às mudanças a que foi submetido. A resposta das empresas foi a reinvenção de seus processos produtivos, que lhes possibilitou tornar-se excelentes competidoras até em âmbito internacional.

O PIM apresenta níveis de geração de empregos formais excelentes, que têm relação direta com o faturamento das empresas. Apesar de ganhos de produtividade de mão-de-obra decorrentes da curva de aprendizagem, o número de empregos vem crescendo significativo ao longo dos anos.

Outro fator que reforça a importância da ZFM na economia do Amazonas é sua expressiva participação na formação do Produto Interno Bruto - PIB estadual. A partir de 2002, a parcela de sua contribuição é responsável por mais 50% do PIB amazonense. Vale observar ainda que o PIM apresenta cadeias complementares de agregação de valor industrial com elevado padrão de tecnologia e qualidade, mesmo se comparadas internacionalmente. É o caso do cluster metal mecânico de veículo de duas rodas que se consolidou nas últimas décadas.

O cluster congrega empresas montadoras de motocicletas – Honda e Yamaha – as mais importantes, é uma série de empresas satélites fornecedoras de bens intermediários (parques , peças e acessórios). Com elevado grau de verticalização, somente a fábrica da Honda produz uma motocicleta a cada 20 segundos, em uma operação industrial de enorme eficiência, mesmo comparada à matriz no Japão que fabrica em média uma motocicleta a cada 46 segundos.

O Modelo Zona Franca de Manaus, também é ilustrado como sucesso para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Ocidental (Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia) e as Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana. – cidades do Estado do Amapá propenso a instalação de um polo de isenção fiscal. O Panorama Econômico do PIM e o melhor desempenho Industrial na Contemporaneidade.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2008), revelam que o Amazonas foi o Estado que apresentou o maior crescimento industrial de 1998 a 2006. O crescimento foi puxado, principalmente, pela produção do setor de eletroeletrônicos e equipamentos de comunicação, que cresceu 23,6% e de outras rodas que neste ano superou a marca de 1 milhão de motocicletas produzidas.

De acordo com o Informativo da Suframa de junho 2010, as Indústrias do Pólo Industrial de Manaus – PIM, faturaram mais, geraram mais emprego e produziram muito mais. Em termo de crescimento de produção, a vedete foi o telefone celular, que teve crescimento de 32,9%, com 25,3 milhões de unidades produzidas.

De acordo com a Revista Suframa/Hoje (2010), entre os produtos do setor eletroeletrônico, o melhor desempenho industrial foi dos aparelhos de DVD, registrando um crescimento de 62% na produção. Foram produzidos 3,5 milhões de unidades. Na sequência, o melhor resultado foi alcançado pelos fabricantes de

televisores, que atingiram a marca das 8,7 milhões de unidades, registrando alta de 48%.

Garcia (2008), destacou que o Pólo Industrial de Manaus – PIM respondeu por 90% da economia do Estado no ano de 2006, o modelo Zona Franca de Manaus é o grande responsável pelo desenvolvimento industrial do Amazonas, colocando o Estado entre os de melhor desempenho no país. Nunca as empresas instaladas no Pólo Industrial de Manaus empregaram tanto quanto 2006.

De acordo com os dados divulgados pela direção Central Única dos Trabalhadores – CUT, o número de empregos do PIM em 2006, superou a marca dos 90 mil empregos diretos, cerca de 10 mil a mais do registrado em 1990, quando a geração de emprego chegou a 80 mil.

A Participação do PIM na qualificação de mão-de-obra para a região - Enfatizam dados da Suframa/Hoje (JUN - 2010) que a Indústrias do Pólo Industrial de Manaus – PIM são as principais responsáveis pela manutenção da Universidade Estadual do Amazonas – UEA. De acordo com as informações divulgadas pelo presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas – CIEAM, no ano de 2004, aproximadamente R\$ 100 milhões foram repassados pelas empresas do PIM para a UEA.

Os investimentos das indústrias do PIM para manutenção da Universidade Estadual estão previstos na Lei 2.927, disciplinaram a concessão de vantagens tributárias pelo governo do Estado do Amazonas, mais especificamente sobre o recolhimento do Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços. Correa (2002) afirma que a legislação determina que as indústrias do PIM recolham para UEA, em média, 10 % do total da restituição do ICMS a que tem direito.

A UEA foi criada pelo Governo do Estado do Amazonas em fevereiro de 2001, e tem a missão de ser um instrumento de formação profissional e de acesso ao ensino superior, além de uma importante referência mundial em estudos tropicais.

A UEA dispõe, atualmente, de 21 cursos de graduação, três cursos de mestrados e quatro de projetos especiais. Essa parceria tem viabilizado ações de capacitação e qualificação de mão-de-obra para dar suporte ao desenvolvimento regional. Sem a formação de profissionais seria impossível atrair empresas e mantê-las na região.

A SUFRAMA, Superintendência da Zona Franca de Manaus tem a missão de promover o desenvolvimento sócio – econômico, de forma sustentável, na sua área de capacitação tecnológica, mediante as muitas empresas instaladas no pólo industrial de Manaus. As ações desenvolvidas pela autarquia refletem o compromisso do governo brasileiro com o desenvolvimento e ocupação da Amazônia Ocidental, harmonizando crescimento econômico de forma sustentável. A sustentabilidade tem nas empresas do Pólo Industrial de Manaus, a responsabilidade social do Desenvolvimento da região Amazônica.

#### 2.2.1.1 Nokia do Brasil Tecnologia Ltda.

A história de sucesso da Nokia inicia no século XIX, mais precisamente em 1865, com a criação de uma fábrica de papel, na Finlândia, pelo engenheiro de mineração Frederik Idestam. A partir de então a empresa experimentou um grande crescimento, passando atuar também na industrialização de produtos químicos e de borracha. Quase um século depois de sua criação, a empresa passa atuar no ramo da eletrônica.

Mudar está no DNA da Nokia. O redirecionamento de sua estratégia para o negócio de telefonia móvel, que a tornaria definitivamente uma empresa global, aconteceu na década de 1990. Os primeiros passos para essa mudança aconteceram ainda na década de 1960, quando o Departamento de Eletrônica da companhia realizava pesquisas voltadas ao radio transmissão.

Em 1998, a Nokia alcança a liderança mundial. Em 2001, já era uma das cinco marcas mais valorizadas do mundo. Em 2003 revolucionava o mercado, lançando o primeiro celular com câmera fotográfica. E sua história continua a ser de pioneirismo, com pesquisas voltadas a otimização do uso do celular, principalmente como ferramenta de navegação na internet.

No Brasil, a marca já estava presente desde 1991, por meio de representantes comerciais. Em 1996, inicia a produção de aparelhos celulares em Manaus, em parceria com a Gradiente. Em 1998, instala-se definitivamente no Pólo Industrial, numa *joint venture* com a mesma Gradiente, constituindo a NG industrial.

No ano de 2000, inicia-se uma nova fase para a corporação no Brasil. Adquire a participação de 49% da Gradiente e muda a razão social para Nokia do Brasil Tecnologia Ltda., alinhando-se completamente à cultura global da Nokia.

Em 2001, conquista o Prêmio Nacional SESI Qualidade no Trabalho. Também instala a Fundação Nokia de Ensino (FNE) uma das maiores ações de responsabilidade social da companhia no mundo, com investimento de 3 milhões de reais só em 2006. Também é eleita pela primeira vez pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM a Empresa Exportadora do Anodo Pólo Industrial de Manaus.

Em 2002, funda o Instituto Nokia de Tecnologia – INT- e o Centro de Treinamento Nokia/Fuji - CT. Em 2003, passa a integrar o ranking do Guia Exame como uma das melhores para mulheres trabalharem.

Em 2006 é eleita, pela quinta vez consecutiva, a Empresa Exportadora do Ano, no Pólo Industrial de Manaus.

A Nokia está presente em mais de 150 países, em todos os continentes, com fábricas em dez países, constitui-se uma das maiores empresas, no do Brasil, localizada no Pólo Industrial de Manaus, ocupando uma área de 22.700 metros quadrados, produzindo celulares *low end* e *mid end* para os mercados de entrada e intermediário do Brasil e América Latina, com destaque para Venezuela e Argentina.

Todos os processos são controlados pelo seu Sistema de Gestão Integrado - SGI, que é certificado pelas normas internacionais ISO 9001 (gestão de qualidade), BABT 940 (específica para telecomunicações), ISSO 14001 (gestão ambiental) e OHSAS 18001 - gestão de segurança e saúde ocupacional. A empresa também é auditada de acordo com os critérios da norma AS 8000, responsabilidade social

#### 2.2.1.2 Philips do Brasil

A Philips chegou ao Brasil em 1924, instalando sua sede no Rio de Janeiro. Inicialmente, o objetivo da empresa foi importar lâmpadas incandescentes da Europa para vendê-las no país. Porém, em alguns anos começaram a ser importados aparelhos de rádio também. Entre os anos 1939, a Philips diversificou sua atuação no país, como forma de suportar a crise causada pela Segunda Guerra Mundial.

A alternativa adotada foi a venda de dínamos para bicicleta, motores elétricos, aquecedores para torneiras domésticas e até inseticida em pó. Terminada a Guerra, a Philips associou-se a outras empresas para iniciar a produção local de aparelhos de telecomunicações. A grande arrancada industrial ocorreu em 1948, com a instalação, em São Paulo, de uma fábrica de produtos de iluminação

(lâmpadas e luminárias). Dois anos depois, começou a produção local de aparelhos de rádios.

Em 1951, a sede da Philips do Brasil foi transferida do Rio de Janeiro para São Paulo. Nesse mesmo ano, a *Philips Medical System* incorporou-se à Organização. Desde então, o país tornou-se fundamental para a companhia, que continuou crescendo e investindo localmente, o que a levou à liderança nos principais mercados em que atua.

A Philips é a líder no setor de cuidados com a saúde no Brasil, com destaques para as áreas de Monitoração de pacientes, Raios-X Geral e Intervencionista. Esta é considerada uma área de negócio muito estratégica para a empresa no país, seguindo a visão global da companhia de proporcionar cada vez mais qualidade de vida para os indivíduos.

No setor de iluminação, a liderança da Philips está nos segmentos de lâmpadas automotivas, reatores e lâmpadas. Mantém a liderança nos segmentos de liquidificadores, batedeiras, processadores, *mixers*, barbeadores e depiladores elétricos.

A Philips do Brasil considera a interação com os seus diversos públicos muito importante para estreitar os relacionamentos baseados no diálogo. Assim, utilizamos diversos canais de comunicação para atingir nossos objetivos de entender e atender as necessidades de nossos públicos. A área de sustentabilidade, por exemplo, possui um site exclusivo: [www.sustentabilidade.philips.com.br](http://www.sustentabilidade.philips.com.br). Além disso, a Revista Atitude, uma importante ferramenta de comunicação da companhia, está disponível para leitura no site de sustentabilidade da Philips.

Há também o blog Energia Eficiente ([www.energiaeficiente.com.br](http://www.energiaeficiente.com.br)) criado com o objetivo de estreitar ainda mais a relação da companhia com as pessoas que se interessam e se preocupam com o tema sustentabilidade, que possui mais de mil seguidores no *Twitter* (@eeficiente). O site da companhia no Brasil, [www.philips.com.br](http://www.philips.com.br), é um canal importante de relacionamento com consumidores, fornecedores e clientes. Nele, os internautas têm acesso às novidades nas três áreas de negócios da companhia. Com mais de 600 mil visitas em maio de 2010 (sendo a média mensal 439 mil), o site institucional registrou uma visita histórica desde sua criação. Boa parte desse resultado deve-se às campanhas de mídia *on* e *off-line*.

Para se ter uma idéia, a divulgação de uma campanha promocional de televisores provocou um aumento de 26% na quantidade de visitas no site, com incremento em todas as fontes de tráfego. Além disso, a Philips do Brasil está presente no Facebook, no Twitter e no Youtube.

Para a Philips, seus funcionários são os primeiros promotores para o sustentável da companhia. Por esse motivo, a Philips do Brasil acredita e aposta que o engajamento e os esforços internos são fundamentais para a companhia atingir seus objetivos no que diz respeito à sustentabilidade. Nesse aspecto, é um compromisso de todos, disseminarem os valores, a missão e também a cultura da empresa. Dessa forma, é possível assimilar, refletir e aplicar todo esse conhecimento não só dentro da companhia, mas ir além dos seus limites.

#### 2.2.1.3 Yamaha Motos da Amazônia

A Yamaha Motor da Amazônia iniciou a produção no Pólo Industrial de Manaus em 1985. A empresa fabrica motos que vão desde o padrão scutter, de 50cc e 100 cc, até os modelos custom de 600 cc, totalizando 11 modelos, comercializados principalmente nas regiões Sul e Sudeste do país. A empresa também produz o modelo YBR 125, exportado para países da América Latina. Em 2001 foram exportadas 12 mil unidades. A capacidade de produção é de 100 mil unidades/ano. A Yamaha mantém, ainda, uma linha de produção de motores de popa de 15 e 25 HP de potência. Atualmente existem duzentas concessionárias, Yamaha, em todo o Brasil

Tudo começou com a motocicleta de 125 cc YA-1, conhecida popularmente como Akatombo ou a libélula. Foi a primeira motocicleta da companhia, símbolo da qualidade, do desenvolvimento e da originalidade que desde então identificam a marca Yamaha.

Dez dias após a fundação em 1º de julho de 1955, a equipe Yamaha venceu a 3ª Corrida de Subida do Monte Fuji e varreu os primeiros lugares nas competições que se sucederam até o ano seguinte no Japão, quando passou a participar e destacar-se também em competições internacionais. Tomando por base a sua experiência na produção de motocicletas, a Yamaha começou em 1960 a fabricar motores de popa e não demorou a investir em novos setores como motores para automóveis, motores para múltiplos usos, geradores, bombas de água, karts de

corrida, carros de golfe, equipamento para remoção de neve, motores diesel e veículos *off-road*.

A fábrica do Pólo Industrial de Manaus em três anos cresceu de 2.500 m<sup>2</sup> para mais de 18.000 m<sup>2</sup>. A meta da Cofave na Zona Franca de Manaus é fabricar veículos que ocupem o espaço que as grandes montadoras não ocupam atualmente no País. A conquista da certificação de qualidade ISO 9002 em menos de dois anos de atividade no (PIM), o crescimento contínuo da participação da empresa no ranking de vendas da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas e Bicicletas (Abraciclo) e a abertura do canal de exportações para o Equador pelo rio Amazonas estão impulsionando as vendas da Cofave no Brasil.

#### 2.2.1.4 Moto Honda da Amazônia

Líder no mercado nacional de motocicletas e maior empresa do Pólo Industrial de Manaus - PIM, a Moto Honda da Amazônia participou da terceira edição da Feira Internacional da Amazônia e, para demonstrar a integração da empresa com a região e apoiar, mais uma vez, a divulgação das atividades do PIM, apresentou um stand com o tema: "35 anos de Honda Brasil". No stand, além de modelos de motocicleta de exportação, produzidos e comercializados no Brasil, a empresa mostrou a histórica Honda CG 125, primeiro modelo produzido no Brasil.

Histórico da empresa Inaugurada há quase 30 anos (04.11.1976), a Moto Honda da Amazônia é um dos complexos industriais mais ousados e modernos do País, acumulando mais de US\$ 530 milhões de investimentos. Atualmente instalada em um terreno com área total de 661 mil metros quadrados, possui capacidade de produção de um milhão de motocicletas por ano. A empresa hoje conta com mais de 06 mil e 500 colaboradores em Manaus.

A Moto Honda da Amazônia foi a primeira fábrica da Honda, no Brasil. Construída em uma área de 489.560 m<sup>2</sup> no Pólo Industrial de Manaus, a unidade representa o segundo maior investimento da Honda fora do Japão, no setor de duas rodas. Logo, no início de suas atividades, a fábrica ganhou notoriedade com a produção de seu primeiro modelo – a CG 125, líder em vendas, desde a sua entrada no mercado brasileiro. Símbolo de liberdade, economia e durabilidade, a motocicleta

conquistou o consumidor, tendo superado, em 2001, o recorde de 2 milhões de unidades comercializadas.

A Moto Honda detém cerca de 90% do mercado de duas rodas. Hoje, além da CG 125 Titan, a empresa produz outros dez modelos – C 100 BIZ, CG 125 Cargos, XLR 125, XR 200R, CBX 200 Strada, XR 250 Tornados, CBX 250 Twister, NX4 Falcon, CB 500 e VT 600C Shadow. Investe, permanentemente, na aquisição de equipamentos de última geração e implementações de novos setores. Além disso, como parte de sua filosofia, realiza treinamentos periódicos os seus funcionários, visando à reciclagem de conhecimentos e o aprimoramento profissional

A Moto Honda da Amazônia é mais do que uma montadora. É fabricante de componentes, escapamento, rodas, guidões e peças para chassis, entre outros.

#### 2.2.1.5 MASA da Amazônia

Em 1978 é instalada no Pólo Industrial de Manaus a HEVEA DA AMAZONIA, uma fábrica de componentes plásticos injetados, para atender as indústrias montadoras, com capital composto de 2/3 pelo Grupo HEVEA São Paulo e 1/3 pelo Grupo Moto Importadora Manaus. O Grupo Brasmotor (Brastemp e Cônsul), em 1983, adquire o controle acionário da HEVEA da Amazônia, que passa, então, a chamar-se Multibrás da Amazônia.

No início da década de 90, o então Presidente da república, Fernando Collor de Mello, abre a economia brasileira à importação de produtos estrangeiros. Buscando enfrentar os novos desafios, a Multibrás da Amazônia elaborou um planejamento estratégico com o objetivo de, no prazo de 10 anos, transformarem-se em uma empresa de classe mundial

O planejamento previa atuação em três linhas de ação: Tecnologia, Pessoas e Gestão. Com isso, trouxe para o PIM a mais moderna tecnologia de automação em plásticos; desenvolveu uma campanha de conscientização e incentivo à educação, que resultou na elevação do índice de colaboradores com segundo grau completo em 15% em 1994, para 100% em 1999, por intermédio de um convênio firmado com a Secretaria Estadual de Educação; e, implantou um modelo de gestão próprio baseado em nove pilares: Visão, Missão, Política do Sistema de Gestão Integrado, Valores, Objetivos Organizacionais, Planejamento Estratégico, Orçamento, Metas e Métodos para Atingir Metas.

A MASA da Amazônia, como resultado do intenso processo motivacional, e do trabalho em equipe, tornou-se a primeira empresa a ser certificada simultaneamente nas normas ISO 9000 (Gestão da Qualidade), ISO 14000 (Gestão Ambiental) e OHSAS (Gestão de Segurança e saúde Ocupacional). Nesse mesmo ano, foi a vencedora do Prêmio SESI de Qualidade de Vida no Trabalho e PQA – Prêmio Qualidade Amazonas, o Oscar das indústrias do PIM.

Em dezembro de 2002, tornou-se a primeira empresa amazonense a conquistar a certificação internacional SA8000, que trata da Gestão de Responsabilidade Social, cujas bases são a ética nos relacionamentos, o respeito aos direitos dos colaboradores e a participação espontânea em projetos sociais que promovam o fortalecimento da sociedade. Em 2002, recebeu o selo ABRINQ de Empresa Amiga da Criança e também se associou ao Instituto Ethos caracterizando-se com organização socialmente responsável.

A MASA da Amazônia Ltda. é uma empresa inovadora e empreendedora cuja marca é a valorização dos seus colaboradores. O trabalho desenvolvido dentro e fora da empresa a coloca entre as organizações que mais se destacaram na última década. O início de todo esse trabalho partiu do princípio de que empresas são formadas por pessoas que devem ser motivadas para que o crescimento aconteça. Essa motivação transformou-se em investimentos em educação para seus colaboradores.

A posição consolidada da MASA da Amazônia Ltda. é de ser uma empresa que conquista os seus resultados através de pessoas felizes, marca da empresa, e que tem na valorização das pessoas o alicerce de todo o seu trabalho. Hoje, a empresa vive uma nova era. A era do crescimento e da evolução de seus sonhos. Todos os esforços renderam muitos frutos e reconhecimento nacional e internacional.

A maturidade de seus colaboradores se elevou e se traduziu na indicação da MASA para ser uma das 100 melhores empresas para se trabalhar na América Latina e também uma das melhores empresas para se trabalhar no Brasil, conquistando o 2º Lugar no Ranking do Guia Você SA/Exame, em 2009. Além disso, a MASA cresceu muito internamente. Cresceu na sua capacidade tecnológica ampliando a sua produção com novos equipamentos, promovendo a melhoria no suporte à produção, comparados ao que existe de melhor no mundo.

Evidentemente que essas novas tecnologias vão permitir a fabricação de novos produtos de valor agregado. Os colaboradores trabalham usando os melhores recursos tecnológicos disponíveis, gerando bons resultados, que são reinvestidos na ampliação da capacidade de produção, na atualização tecnológica e, acima de tudo, na capacitação e na melhoria da qualidade de vida dos colaboradores.

#### 2.2.1.6 Grupo Samsung

Em 1º de março de 1938, o presidente fundador, Byung Chull Lee, iniciou um negócio em Taegu, Coréia, com 30.000 won. Inicialmente, seu negócio era voltado principalmente para exportações, vendendo peixe seco, legumes e frutas coreanas para o Manchúria e Pequim. Em pouco mais de uma década, a Samsung, cujo significado em coreano é "três estrelas", já tinha os seus próprios moinhos e máquinas de confeitaria bem como as suas próprias operações de fabricação e de vendas, vinda a se transformar na moderna corporação global que possui até hoje o mesmo nome.

O grupo Samsung atua em diversos ramos da área de tecnologia da informação. Samsung é hoje a marca nº 1 de produtos eletro-eletrônicos do mundo e faz parte das 20 marcas globais mais valiosas do mundo (Interbrand). A Samsung é a 7ª maior corporação transnacional do mundo. Em muitas indústrias nacionais da Coreia do Sul as suas receitas são tão grandes que são comparadas a alguns países com PIB total, a Samsung seria o 34º país mais rico do mundo, maior que a Argentina. A corporação é dirigida por gerações por uma das mais ricas famílias do mundo, atualmente encabeçada por Lee Kun-Hee (Icónhi), o terceiro filho do fundador, Lee Byung-Chul (Ibyónchól).

A Samsung é reconhecida como a mais prestigiosa firma da Coréia do Sul, atraindo e tendo em seus funcionários muitas das mais inteligentes e talentosas pessoas do país, com 25% dos seus empregados com grau PhD ou equivalente. Os empregados da Samsung da Coreia do Sul são altamente leais à companhia, trabalhando por muitas horas.

É patrocinadora de importantes clubes de futebol Europeu, como o Chelsea Football Club, da Inglaterra, o Suwon Samsung Bluewings da Coréia do Sul. A Samsung Pleomax oferece aos consumidores uma linha vasta que vai desde pilhas, SD Cards, baterias, recarregadores de pilha e bateria e inova em mídias virgens

(DVDs e CDs), lâmpadas, teclados e mouses sem fio, *subwoofers* para computador, webcams, hubs, adaptadores, pen drives, fones de ouvido e todos os tipos de componentes para computador imagináveis. Lembrando-se que a Samsung trabalha com os melhores fornecedores do mundo, seja nas mídias, seja periférico. A Pleomax entrou no Brasil há poucos anos e já é uma das maiores vendedoras de mídia do Brasil.

#### 2.2.1.7 Sony Plástico da Amazônia Ltda

Em 1996, teve início no Pólo Industrial de Manaus, a operação da Sony Plásticos da Amazônia Ltda, com o objetivo de atuar, principalmente, no segmento de injeção plástica, montagem de chassis, painel frontal, mecanismos montados e caixas acústicas montadas. Terceira unidade da Sony da Amazônia no PIM, a empresa mantém o mesmo padrão tecnológico e de qualidade do grupo. A modernidade é um traço comum a todas elas.

De suas linhas e células, marcadas pelo alto grau tecnológico e de automação, itens projetados e desenvolvidos pela Sony são produzidos, lado a lado, com a montagem de produtos. A unidade possui a certificação da série ISO 9000.

A Sony na fabricação e reprodução de CDs e DVDs, iniciou a produção dos primeiros discos de jogos para Playstation 2 em sua fábrica de Manaus. A companhia investiu US\$ 1 milhão em equipamentos e treinamento. Assim com os benefícios fiscais da Zona Franca, a companhia acredita que conseguirá reduzir o preço final para o consumidor. Segundo o jornal Valor Econômico, a expectativa é de que os preços dos jogos fabricados no país tenham uma queda de 25%. Mas, a estratégia de preços vai depender da Publisher do game. Hoje um lançamento importado para Playstation 2 tem preço médio de R\$ 250,00.

Além disso, ainda de acordo com o Valor Econômico, as embalagens e manuais dos jogos para Playstation 3 e PSP, traduzidos para o português, também serão produzidos em Manaus, a mídia continuará sendo importada. A isenção fiscal dos games para PlayStation 3 já foi concedida, e a fabricação parcial de seus games pode gerar queda de 10% no preço final dos jogos, os títulos para o console de atual geração da Sony geralmente custam mais de R\$ 300. Por enquanto, o PSP ainda não conta com isenção - a previsão é que seja concedida em quatro meses.

A Sony prevê produzir cerca de 500 mil cópias de games para Playstation 2 ainda este ano. “Estamos projetando esses números para o mercado oficial, ainda sem considerar o impacto que a produção no Brasil pode gerar sobre a questão da pirataria, que hoje responde por 85% dos games comercializados no país”, diz Jorge Magalhães, diretor-geral da Sony. “Logo, as perspectivas de mercado poderão ser ainda mais otimistas se o preço dos jogos for ajustado ao poder de compra local”. No ano que vem, dependendo das parcerias acertadas, os números podem quadruplicar.

A produção de jogos para Playstation dois no Brasil é parte dos esforços da Sony em investir na América Latina. Em setembro de 2008, o Conselho de Administração da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), aprovou a fabricação do Playstation 2 nas instalações da Sony no Pólo Industrial de Manaus. A companhia projetou investir R\$ 8,8 milhões. Já durante a BMO Capital Market 2008, conferência voltada a investidores do mercado de jogos eletrônicos nos Estados Unidos que aconteceu em meados de novembro, o vice-presidente de vendas da Sony Computer Entertainment para os Estados Unidos, Ian Jackson, afirmou que o PlayStation 2 seria lançado oficialmente no Brasil ainda no segundo trimestre do ano. O executivo declarou que o mercado brasileiro é a “maior oportunidade” da companhia na região.

O PlayStation 2 é o videogame que mais vendeu na história, com mais de 140 milhões de unidades comercializadas em seus nove anos de existência. A Sony Brasil confirma a existência de estudos de viabilidade para a comercialização oficial da linha PlayStation no Brasil, no entanto variáveis internas e externas devem ser ajustadas primeiramente.

Quando isso acontecer, o console de geração passada da Sony deve enfrentar um concorrente nacional: o videogame Zeebo, anunciado pela Tectoy. O diferencial do console é que não usará mídia física e os jogos serão baixados através de uma rede 3G, com preços estimados entre R\$ 9,90 e R\$ 29,90. Já o aparelho em si, previsto para sair entre junho e julho, teve preço anunciado de R\$ 599, com cinco jogos inclusos: “FIFA 09”, “Need for Speed”, “Treino Cerebral”, “Prey Evil” e “Quake”.

O PlayStation 2 é o videogame que mais vendeu na história, com mais de 140 milhões de unidades comercializadas em seus nove anos de existência. O mercado de games parece sentir menos os efeitos da crise financeira mundial. Em

2008, os Estados Unidos tiveram recorde histórico, movimentando US\$ 21,33 bilhões em 2008, um aumento de 19% em relação ao ano anterior. A indústria nacional, embora pequena representa apenas 0,16% do total mundial, também cresce gradativamente a cada ano.

#### 2.2.1.8 CCE da Amazônia S/A (Lenovo)

A CCE da Amazônia S.A é uma das empresas do grupo CCE em Manaus, onde atuam: CCE Componentes da Amazônia S/A, que mantém o setor de transformação de peça plástica, calços de proteção, mecanismos de CD Player e estamperia; PCE - reciclagem de papel e fabricação de embalagens; CCE Eletrodomésticos S/A - fabricação de forno de microondas, contemplando também um setor de transformação. Alinha de produção é de TV em cores e aparelhos de som. Fabrica produtos da marca CCE e, sob licença, da AIWA.

A produção industrial da CCE teve início em 1971 com a fabricação de rádios portáteis. Nos anos 80, quando começou a produzir televisores e a fabricar os principais componentes de seus aparelhos, a empresa já era conhecida em todo o Brasil. O complexo industrial inclui fábricas na capital e interior de São Paulo, nos municípios de Itu e Campinas e em Manaus. O grupo é líder no segmento de áudio, de onde obtém 60% de sua receita.

Está entre as maiores empresas do setor de fabricação de vídeo (DVDs e televisores) e um dos principais produtores de geladeiras, freezers e microondas para suprir mercado interno e exportar. A empresa é uma das primeiras a ter seu Sistema de Gestão de Qualidade com a certificação ISO 9001/2000.

Com 4.500 funcionários entre diretos e indiretos no pólo de Manaus, a CCE da Amazônia fabrica aproximadamente três milhões de produtos eletroeletrônicos por ano, todos com a certificação Inmetro - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. Além de atender o mercado nacional, a empresa está entre as que exportam para o MERCOSUL (Mercado Comum do Cone Sul), entre Argentina, Uruguai e Paraguai.

Os produtos da empresa, que há 34 anos se instalou no PIM e tem uma segunda unidade fabril em São Paulo, são fornos de microondas, amplificador de áudio em 3D "home theater", DVD player, toca-discos digital a laser portátil com rádio, rádio com gravador-reprodutor de fitas cassete com equalizador, rádio com reprodutor de CD/DVD/VCD. De 33ª na 201 reunião do CODAM (Conselho de

Desenvolvimento do Estado do Amazonas), realizada no final de fevereiro deste ano, a CCE da Amazônia conseguiu autorização para fabricação de televisores .

### **2.3 SUSTENTABILIDADE**

Sustentabilidade é um termo usado para definir ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer o futuro das próximas gerações, ou seja, a sustentabilidade está diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico e material sem agredir o meio ambiente, usandoos recursos naturais de forma inteligente para que eles se mantenham no presente e no futuro. Seguindo estes parâmetros, a humanidade pode garantir o desenvolvimento sustentável.

Para o Instituto Antônio Houaiss, sustentabilidade provém do Latim, sustentare, que significa sustentar, defender, favorecer apoiar, conservar, cuidar e satisfação das necessidades básicas para a sobrevivência, entre outros. Segundo a Comissão Mundial do Meio Ambiente – CMMAD (Relatório de Brundtland de 1987), o uso sustentável dos recursos naturais deve suprir as necessidades da geração presente sem afetar a possibilidade das gerações futuras.

O conceito de sustentabilidade começou a ser delineado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada na Suécia, na cidade de Estocolmo de 5 a 16 de junho de 1972. A Declaração de Estocolmo, que se traduziu em um plano de Ação, define princípios de preservação e melhoria do ambiente natural, destacando a necessidade de apoio financeiro e assistência técnica a comunidade e países mais pobres. Embora a expressão ainda não fosse usada, a declaração já abordava a necessidade de defender e melhorar o ambiente humano para as atuais e futuras gerações. Um objetivo a ser alcançado juntamente com a paz e o desenvolvimento econômico e social.

A ECO-92, Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro, consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável. Para os organizadores, a mais importante conquista da Conferência foi colocar os termos ambiente e desenvolvimento, juntos, concretizando a possibilidade apenas esboçada na Conferência de Estocolmo de 1972, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente – Comissão Brundtland.

De acordo com Veiga (2008), sustentável significa apto ou passível de sustentação, sustentado é aquilo que já tem garantia a sustentação. É defendido que sustentável já carrega em si um prazo de validade no sentido de que não se imagina o que virá que seja, no domínio do universo físico, que apresente sustentação perpétua, de modo que no rigor, 'sustentado' deve ser acompanhado sempre do prazo ao qual se refere, sob risco de imprecisão ou falsidade, acidental ou intencional. Tal rigor é especialmente importante nos casos das políticas ambientais ou sociais, sujeitos a interesses discrepantes.

Sustentabilidade é a habilidade de sustentar ou suportar uma ou mais condições, exibida por algo ou alguém. É uma característica ou condição de um processo ou de um sistema que permite a sua permanência, em certo nível, por um determinado prazo. Sustentabilidade também pode ser definida como a capacidade do ser humano interagir com o mundo, preservando o meio ambiente para não comprometer os recursos naturais das gerações futuras.

É um conceito que gerou dois programas nacionais no Brasil. O conceito de sustentabilidade é complexo e muito amplo e pode ser utilizada em diversificadas áreas de atividade e atende um conjunto de variáveis interdependentes, mais pode-se dizer que tem a capacidade de integrar questões sociais, ambientais, energéticas, econômicas, e outras pois, é afirmado que se não for considerado as questões sociais num determinado âmbito, seja na comunidade, na empresa, na indústria, não há sustentabilidade.

Em primeiro lugar é preciso respeitar o ser humano, ele próprio é a parte mais importante do meio ambiente. Na questão energética é afirmado que sem considerar a necessidade de energia não há sustentabilidade visto que, sem energia a economia não desenvolve. E se a economia não desenvolve, as condições de vida das populações se deterioram chegando a estagnação. Na questão ambiental, sem ser considerada, não há sustentabilidade, pois com o ambiente degradado, o ser humano abrevia seu tempo de vida, a economia não se desenvolve e o futuro fica insustentável.

O princípio da sustentabilidade aplica-se a um único empreendimento, a uma pequena comunidade (ecovilas), até toda a dimensão do planeta. Para que um empreendimento humano seja sustentável é preciso que seja ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente diverso.

Ainda para Veiga (2008), o uso do termo sustentabilidade difundiu-se rapidamente incorporando-se ao vocabulário 'politicamente correto' das empresas, dos meios de comunicação de massa, das organizações da sociedade civil, a ponto de se tornar quase uma unanimidade global.

Por outro lado a abordagem do combate às causas da insustentabilidade parece não avançar no mesmo ritmo, ainda que possa estimular a produção de previsões mais ou menos catastróficas acerca do futuro e aquecer os debates sobre propostas de soluções eventualmente conflitantes. De certo modo, o desenvolvimento dos países continua a ter como principal indicador, o crescimento econômico, traduzido como crescimento da produção ou da exploração de produtos naturais.

De acordo com Almeida Jr. (2000), o conceito de sustentabilidade tem sido utilizado, cada vez mais para dar suporte no fator econômico. Constata-se que as instituições, por vários motivos, que vão desde interesses de mercado até a sobrevivência do planeta, de forma geral e em particular da espécie humana, estão cada vez mais empregando o termo sustentabilidade na designação de suas ações. Neste pensamento, o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV – CES, 2008), o uso do termo sustentabilidade está vinculado a necessidades sociais, estas necessidades derivam da percepção de que a sociedade não mais aceita que externalidades negativassejam lançadas sobre ela impunemente.

Externalidades negativas são atividades que impõem custos não compensadores a própria sociedade. Esse problema fica mais evidente na relação homem x natureza. Mas a busca principal é estabelecer as condições de mercado e, com isso atingir um aumento de bem estar individual. Para que isso aconteça os economistas evidenciam duas políticas de intervenção. A primeira do tipo administrativo, denominada comando, e a segunda é instrumental de políticas econômicas, surtindo efeito benéfico no financeiro.

Pesquisadores de diversas áreas desenvolvem teorias que tentam explicar e prever situações que vinculam ambientais e econômicas. Situações essas que, com o uso intenso dos recursos naturais tem proporcionado o aparecimento de fenômenos como o aquecimento do planeta, doenças, desequilíbrio no regime de chuvas, o aumento de furacões, tornados , alagamentos, secas, etc. Portanto, a

humanidade busca, através de mecanismos de intervenção, reduzir os riscos que prejudiquem o equilíbrio ambiental.

Em afirmação por Schultink, G.(1992), o significado de desenvolvimento sustentável é de um desenvolvimento viável no tempo, cuja condição essencial é a capacidade do sistema socioeconômico de não perder a energia, e ainda poder estar à disposição das gerações futuras.

Neste sentido, as capacidades estão limitadas tanto élo desenvolvimento tecnológico e institucional como pelos ecossistemas. É também definido como sendo o conjunto de recursos naturais renováveis e não renováveis que garantam o conjunto de serviços que o meio ambiente assegura gratuitamente, e que permitama constituição e manutenção da vida.

Deduz-se que o conceito de meio ambiente construído com a concepção de sustentabilidade é sistêmico e global, onde a dependência do ecossistema é fundamental para a ocorrência da sustentabilidade. Garcia (2008), Assim dizemos que sustentabilidade é um conceito sistêmico, relacionado com a comunidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana. As políticas públicas, bem como a ação efetiva dos governos, ainda se norteia basicamente pela crença na possibilidade do crescimento econômico perpétuo.

Segundo a ótica neoclássica, há um grande número de princípios econômicos que são aplicados para obter um ambiente sustentável. Em síntese, para denominar ações e processos com o adjetivo sustentável é preciso levar em conta a capacidade de carga do ecossistema e os princípios que definem o conceito de sustentabilidade.

Alguns conceitos encontrados foram transcritos de artigos de autores neoclássicos com características sócio-econômica, ambiental, política, etc, transcritos e focados na sustentação de empresas, industriais, recursos naturais e sociedade.

A definição contida no Relatório de Brundtland (1987), Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), reporta que, para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado, a sociedade deverá estar intrinsecamente compatível com o ambiente. De acordo com essa definição, o Desenvolvimento Sustentável pode ser visto como a utilização das necessidades básicas de uma sociedade no presente: comida, água, abrigo, roupa, lazer trabalho,

remédio – sem que a habilidade das futuras gerações de conhecer e satisfazer suas próprias necessidades seja comprometida.

Essa utilização das necessidades básicas deve portanto ser feita de forma ética, ou seja, deve ser feita na medida em que haja uma preservação parcial dos recursos para as gerações futuras.

Nessa mesma linha de pensamento, Sachs (2007), pondera as atividades humanas relacionadas a extração de recursos naturais devem ser consideradas se puderem ser mantidas ao longo do tempo. Essa extração está relacionada aos recursos naturais que se mantêm efetivamente constantes ao longo do processo de extração.

Este conceito foi originalmente, não existe alteração nos recursos básicos, mais sim nos recursos que foram reservados. Em contrapartida, há alteração na tecnologia usada nos processos de produção e nas políticas de controle que mantêm ou expandem as possíveis produções dos recursos naturais para gerações futuras.

Ainda mantendo a linha de raciocínio, Foladore (2001), concorda que sociedade sustentável é àquela que pode persistir por várias gerações, é uma sociedade que consegue enxergar longe o suficiente, de forma ampla. O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento submetido a um conjunto de restrições nas quais o conjunto das taxas de extração dos recursos naturais não é mais alto que a taxa de regeneração induzida ou natural desses recursos naturais e considera a utilização do meio ambiente como depósito de rejeitos.

Alguns problemas surgem quando se tenta aplicar taxas citadas anteriormente aos recursos exauríveis, pois os sustentabilistas tendem a pensar no conjunto de recursos naturais de uma maneira que engloba a substituição entre recursos renováveis e exauríveis. A definição de desenvolvimento sustentável para Opscoor e Reijnders, (1991) é manter um estado de equilíbrio, É um estado dinâmico em que as mudanças ocorrem no meio ambiente.

Manter este estado de equilíbrio entre os recursos naturais, espécies animais, vegetais e poluição pode implicar em um uso condicional dos recursos renováveis. Este deverá ser determinado para cada região específica e para um dado tempo de duração de forma que seu uso não ultrapasse a formação de novos

estoques. Assim, a extração das reservas de águas subterrâneas não deve exceder a sua renovação que vem da chuva e de águas da superfície.

Alguns autores consideram que as relações de transformação, venda e consumo dos recursos naturais estão inseridas na economia, ou seja, eles reconhecem os valores intrínsecos desses recursos naturais.

Schultink (1992) define o desenvolvimento sustentável como uma administração dos recursos naturais que passa a assegurar ou aumentar a capacidade de produção a longo prazo de recursos básicos, e que também assegure a melhora da saúde e do bem estar a longo prazo derivados do uso dos recursos de sistemas alternativos, com impactos ambientais toleráveis. O governo britânico expõe o conceito de desenvolvimento da sustentabilidade Econômica como a prosperidade estável de uma sociedade e pode ser alcançada em escala, através do meio ambiente.

Heal e Kunreuther (2003), define Sustentabilidade como o tratamento simétrico do presente e do futuro entre gerações e esse tratamento assume valores positivos para o estoque dos recursos naturais a longo prazo. A sustentabilidade é o reconhecimento explícito dos valores intrínsecos dos recursos ambientais. A expressão “tratamento simétrico” do presente e do futuro entre as gerações significa que quer as gerações atuais, quer as gerações futuras, devem ser favorecidas no que diz respeito ao uso dos recursos naturais do meio ambiente.

Solomon, (1990), o desenvolvimento ecologicamente sustentável é uma condição na qual o uso pela sociedade dos recursos naturais é feito sem a destruição dos mesmo ou do meio ambiente. De acordo com o governo Italiano, alcançar o desenvolvimento ecologicamente sustentável significa usar os recursos conservando-os, bem como conservar os processos ecológicos do qual a vida depende. Esses recursos e a qualidade total da vida no presente e no futuro devem ser preservados de forma a aumentar as chances dessa qualidade de vida poder crescer no futuro.

### 2.3.1 Desenvolvimento Sustentável

O termo desenvolvimento sustentável foi utilizado pela primeira vez, em 1983, por ocasião da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, CMMAD criada pela Organização das Nações Unidas – ONU, presidida, então pela

primeira ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, essa comissão propôs que o desenvolvimento econômico fosse integrado à questão ambiental, estabelecendo-se, assim, o conceito de “desenvolvimento sustentável”. Trabalhos foram concluídos em 1987, com a apresentação de um diagnóstico dos problemas globais ambientais conhecidos como. Relatório de Brundtland, no Eco-92 (Rio-92), essa nova forma de desenvolvimento foi amplamente difundida e aceita, e o termo ganhou força. Nessa reunião foram assinados a Agenda 21 que relata e descreve um dos principais resultados da conferência Eco-92, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992.

É um documento que estabeleceu a importância de cada país a se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais. Cada país desenvolve a sua Agenda 21 e no Brasil as discussões são coordenadas pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável – CPDS. A Agenda 21 se constitui num poderoso instrumento de reconversão da sociedade industrial rumo a um novo paradigma, que exige a reinterpretação do conceito de processo contemplando maior harmonia e equilíbrio holístico entre o todo e as partes, promovendo a qualidade, não apenas a quantidade do crescimento.

O final do século XX presenciou o crescimento da consciência social em relação a degradação do meio ambiente, decorrente do processo de desenvolvimento. O aprofundamento da crise ambiental, juntamente decorrente com a reflexão sistemática sobre a influência da sociedade neste processo, conduziu a um novo conceito o de desenvolvimento sustentável. Este conceito alcançou um destaque inusitado a partir da década de 1990, se tornando um dos mais utilizados para de desenvolvimento.

Esta crescente legitimidade do conceito veio acompanhada de uma discussão crítica consistente a respeito do significado efetivo e das medidas necessárias para alcançá-lo. E para conquistar o desenvolvimento sustentável é reconhecer que os recursos naturais são finitos. Usar os bens naturais, com critério e planejamento. A partir daí, traçar um novo modelo de desenvolvimento econômico para a humanidade.

Para a CMMAD, o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras

atenderem suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: o conceito de necessidades, sobretudo nas necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes. Na perspectiva da CMMAD, os países desenvolvidos têm condições financeiras de criar novas tecnologias que agridam menos o ambiente e traga vantagens à humanidade, cabendo aos governos desses países terem o desenvolvimento sustentável como meta ao elaborar políticas de Ciências e Tecnologia – C&T.

As empresas e organizações civis também devem ter a mesma meta. Por outro lado, os países mais pobres dependem da ajuda financeira para avançar em C&T. A Comissão diz que o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional – FMI devem ter um papel central no financiamento dessas novas tecnologias. Essa cooperação é fundamental para assegurar o progresso humano continuado e a sobrevivência da humanidade. Os governos devem cooperar uns com os outros e ter consciência de que desenvolvimento humano não está desassociado das questões relativas ao meio ambiente.

Para Laranjeira (2009), um elemento importante do desenvolvimento sustentável é a expansão de mercados. Alguns autores defendem a tese da pobreza como culpada dos problemas ambientais. A Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento, afirmam que muitas formas de desenvolvimento desgastam os recursos ambientais nos quais se deviam fundamentar, e a deterioração do meio ambiente pode prejudicar o desenvolvimento econômico. A pobreza é uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais no mundo.

Em outras palavras, os países em desenvolvimento buscam formas de desenvolvimento inadequadas aos tempos atuais, quando se busca a sustentabilidade. Esse desenvolvimento inadequado desgasta ainda mais os recursos ambientais, já escassos, o que leva a um problema de escassez ambiental, alimentando o ciclo entre pobreza e problemas ambientais.

Como a CMMAD compartilha desse raciocínio, uma das principais ações para acabar com a pobreza e, conseqüentemente, com os problemas ambientais, é a expansão do mercado. Mas não qualquer expansão. Os outros dois elementos básicos da proposta de desenvolvimento sustentável entram em cena para justificar

a expansão do mercado, visto que a própria Comissão reconhece que o enorme crescimento da produção industrial na segunda metade do século XX constitui-se numa das causas da crise ambiental.

De acordo com Loureiro (2006), entre preservação ambiental e o desenvolvimento, parece ter sido resolvido com o desenvolvimento sustentável. Loureiro afirma que de fato, o debate que se arrastava desde 1970, envolvendo as contradições entre preservação ambiental e desenvolvimento parece ter sido resolvido com o desenvolvimento sustentável. Loureiro questiona por que o desenvolvimento sustentável encontrou aceitação tanto entre os ambientalistas quanto entre empresários, não acontecendo o mesmo com o eco desenvolvimento? Layrargues (1998) existem várias semelhanças entre as propostas de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável.

Em linhas gerais, ambos consideram o direito das gerações futuras como um princípio ético básico, ambos afirmam que o componente ambiental deve entrar concomitantemente com o critério econômico no planejamento e processo decisório, ambos relatam a necessidade de as comunidades locais participarem dos processos de decisão, articulados com o interesse comum. Contudo, existem também diferenças relevantes. Layrargues indica três divergências entre as duas propostas 1) a noção de justiça social; 2) a questão do papel da tecnologia; e, 3) as diferenças estratégicas de político-econômica, por outro lado a justiça será alcançada através de um ‘piso de consumo material”, com o crescimento econômico, tanto do Sul, quanto do Norte, desde que sejam criadas tecnologias mais eficientes que produzam mais bens com menos recursos e poluam menos.

Com relação às estratégias de política-econômica, Layrargues (1998), a proposta do ecodesenvolvimento critica o livre mercado e defende uma maior participação do Estado e dos movimentos sociais, enquanto o desenvolvimento sustentável defende uma política-econômica bem mais liberal, tendo inclusive a expansão do mercado como um dos eixos da proposta. Após fazer essas considerações acerca das diferenças entre as duas propostas de desenvolvimento, Layrargues chega a seguinte conclusão: Pergunta-se, nesse momento, o que diferencia o desenvolvimento sustentável do desenvolvimento convencional. A conclusão mais plausível é que este último – leiam-se as forças de mercado –, sob pressão da nova realidade ecológica e na necessidade de assumir uma nova

postura, desponta sob uma nova roupagem, sem que tenha sido necessário modificar sua estrutura interna de funcionamento. O que, de fato, ocorreu. O mecanismo, cujo funcionamento é dependente da lógica do mercado, sequer foi abalado, ou melhor, saiu até mais fortalecido.

Para Amazonas & Nobre (2002), o discurso entre preservação da natureza e desenvolvimento não conseguiu encontrar no ecodesenvolvimento uma solução, colocando ambientalistas, desenvolvimentistas em posições inconciliáveis. Para estes, o conceito de desenvolvimento sustentável é vago e contraditório. Em linhas gerais, ambos consideram os direitos das gerações futuras como um princípio ético básico, afirmam que o componente ambiental deve entrar concomitantemente com o critério econômico no planejamento e processo decisório, ambos relatam a necessidade das comunidades locais.

Foladori (2001), defende a tese de que a crise ambiental, para melhor ser compreendida, deve ter o processo produtivo como elemento de entendimento, e que os inúmeros problemas ambientais, que enchem as listas de problemas divulgadas pelos organismos internacionais, podem ser organizados de acordo com a produção da vida material, de modo a contribuir para um melhor entendimento das causas dos problemas.

A produção envolve relações (humana-natureza) e relações sociais entre seres humanos, sendo que estas determinam aquelas, ou seja, as técnicas são produzidas, utilizadas e apropriadas de acordo com a forma de organização social de entendimento. Os inúmeros problemas ambientais, que enchem as listas de problemas divulgadas pelos organismos internacionais, podem ser organizados de acordo com a produção da vida material, de modo a contribuir para um melhor entendimento das causas dos problemas.

Barbier (1989) argumenta que o objetivo principal de desenvolvimento sustentável econômico é encontrar um nível ótimo de interação entre três sistemas sociais. A partir dessa definição, duas interações sobre sustentabilidade estão surgindo : um conceito mais amplo relacionado à sustentabilidade econômica, ao desenvolvimento ecológico e social, e um conceito definido de forma mais estreita, relacionado ao desenvolvimento sustentável do meio ambiente, ou seja, com o uso ótimo dos recursos naturais e a administração do ambiente ao longo do tempo.

A visão mais ampla e normativa de desenvolvimento sustentável define este conceito como o desenvolvimento que conhece as necessidades das gerações atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de lidar com suas próprias necessidades. Em contrapartida, relacionado ao uso ótimo dos recursos e à administração do meio ambiente ao longo do tempo, o conceito mais estreito de desenvolvimento sustentável requer a maximização dos benefícios do desenvolvimento econômico, sujeito à manter os serviços e a qualidade dos recursos naturais.

#### 2.3.1.1. Sustentabilidade como estratégia organizacional

O conceito de sustentabilidade está intimamente relacionado com o da responsabilidade social das organizações. Além disso, a ideia de sustentabilidade adquire contornos de vantagem competitiva. Isto permitiu a expansão de alguns mercados, nomeadamente o da energia renováveis. Para Michael Poter, as companhias têm uma estratégia econômica e uma estratégia de responsabilidade social, e o que elas devem ter é uma estratégia só. Uma consciência sustentável por parte das organizações, pode significar uma vantagem competitiva, se for focada integrar uma estratégia única da organização, tal como defende Bonfim e Botelho (2009).

Até os anos 90, as empresas sediadas no PIM, formularam sua estratégia de competitividade exclusivamente á custas dos incentivos fiscais concedidos à ZFM. Para o professor e coordenador do Núcleo de Sustentabilidade e Responsabilidade empresarial. A princípio se pode pensar que as ações de sustentabilidade como respostas a dois motivadores: riscos e oportunidades para os negócios hoje e no curto prazo. Mas há um terceiro viés decorrente da percepção de que grandes mudanças ocorrerão como consequência da evolução da sociedade e devido a imperativos ambientais.

Em outras palavras , a rota pela qual se tem caminhado não atende mais a uma população. É certamente mais inteligente e perspicaz identificar os desafios impostos pela sociedade e pelo planeta às empresas e ao mercado, buscando novas estratégias para a permanência no presente e em futuro desejado. Observa-se por exemplo. Ocorre há décadas uma emissão exagerada de gases de efeito

estufa pelo homem, um fenômeno natural pelo qual uma camada de gases na atmosfera retém no ambiente uma parcela de energia recebida do sol.

Isso acontece, entre outros fatores quando é queimado combustíveis fósseis nos automóveis, indústrias e usinas de energia, quando uma floresta é incendiada, ou mesmo pelos gases emitidos na criação de gado. Quando essa camada fica mais densa mais energia fica retida na biosfera, resultando no seu aquecimento. Donaire, (1999), A inserção da sustentabilidade no posicionamento empresarial passa pelo aprimoramento contínuo da gestão do dia a dia e pelo reconhecimento de que o desenvolvimento sustentável está intrinsecamente ligado ao negócio.

Uma empresa como a Vale do Rio Doce, dispensa comentários e apresentações. A Vale é líder mundial na produção de minério de ferro e pelotas e a segunda maior produtora de níquel. Além disso, também tem participação nos mercados de fosfato, cobre, potássio, bauxita, alumina e alumínio, carvão, caulim, manganês, fertilizante e logística (por controlar 8 mil km de ferrovias). É a maior mineradora das Américas em valor de mercado, e está entre as 25 maiores empresas do mundo. Com sede no Brasil, atua em outros 35 países, com mais de 100 mil funcionários espalhados pelos quatro cantos do mundo. É a maior transportadora em valores líquidos do Brasil.

De acordo com Costa, (2005), a preocupação com as ações socioambientais é inerente à atuação da companhia, tanto que está destacada em sua missão e seus valores, o pensamento de transformar recursos minerais em riqueza e desenvolvimento sustentável. O volume de recursos aplicados na área ambiental pela Vale foi de US\$ 580 milhões. E os indicadores mostram esse direcionamento. O volume total de água em 2009 foi de 1,201 bilhão de m<sup>3</sup>, com uma taxa de recirculação de 76%. Em 2008, o consumo total foi de 1,368 bilhão de m<sup>3</sup>.

A Vale é também, um dos maiores produtores e consumidores de energia elétrica do país. Costa (2005). A dimensão do que é sustentabilidade para a empresa é dada através de atitude, a estação de conhecimento "Sustentabilidade em Foco", ExpoManagement 2010, convidou Katsuo Homma, coordenador executivo da área de desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas da Vale para falar sobre o assunto, e os números apresentados demonstram as ações do dia a dia, fruto de um aprimoramento constante da gestão da empresa, mesmo diante de um contexto complexo e da grande abrangência geográfica.

É fundamental ter uma visão de desenvolvimento sustentável e disseminar as boas práticas, ciente de suas responsabilidades e do seu amplo aspecto de atuação, muitas empresas, como é o caso da Vale, alinham-se a importantes organismos e iniciativas internacionais como o Pacto Global (Global Compact), o Global Reporting Initiative (GRI) e o Conselho Internacional de Mineração e Metais. É um fórum sediado em Londres, Inglaterra, que reúne 18 das maiores empresas de mineração do mundo, com o objetivo de aprimorar as formas como atuam as companhias do setor.

Segundo Donaire (1999), alcançar a sustentabilidade é algo que toda empresa gostaria de fazer hoje, porém muitas delas encontram dificuldades em alinhar suas atividades econômicas com as sociais e ambientais. Muitas organizações encontram-se atualmente em crises econômicas e correm o risco até mesmo de fechar as portas e não sabem o que fazer para reverter esta situação.

O problema está na maioria das vezes na falta de cumprimento de legislação ambiental, que acarreta para ela altas multas por impactos gerados, seja pelo descarte incorreto de resíduos, ou até mesmo por acidentes com produtos perigosos e poluentes. Outra dificuldade está no fato de que ainda existem empresas que acreditam que investir nos cuidados com o meio ambiente é mais caro do que investir em programas de preservação de poluição por não verem isso, o ambiente pode significar apenas mais gastos e aumento de custo.

Braga (2005), afirma que muitas empresas não investem tempo e nem capital em programas de prevenção de poluição por não verem isso como um fator prioritário, pois esses programas são uma alternativa para a redução de custos para as empresas, mas no início necessitam de investimentos e mudanças nos processos. Atrair responsabilidade ambiental nos processos pode ser visto como algo caro num primeiro momento, porém é um importante passo na busca pela sustentabilidade.

Queiroz e Reis (2002), destacam dez fatores de importância da preservação ambiental e suas vantagens para as organizações, destacadas aqui, algumas delas:

- 1) Demonstrar aos clientes o comprometimento com a gestão ambiental;
- 2) Cumprimento da legislação ambiental aplicável;
- 3) Melhorar o controle de custos;
- 4) Manter ou melhorar as relações com a comunidade e o público em geral;

- 5) Facilitar o acesso a novos investimentos;
- 6) Redução ou eliminação dos impactos negativos; e,
- 7) Redução de custos via redução de desperdícios de fatores produtivos.

Para Donaire (1999), por ter um processo ambientalmente correto, andar de acordo com a legislação e procurar ser proativa, reduzir impactos ambientais, e desperdícios de matéria prima, a empresa consegue obter lucros que lhe permite investir no capital social, oferecendo cursos, plano de carreira e de salários e outros benefícios aos seus colaboradores, além de desenvolver projetos educacionais e benefícios para a sociedade onde esta inserida.

O primeiro passo para que a empresa possa ser sustentável é andar em concordância com as leis ambientais, isto poderá exigir investimentos no início mais depois, sem dúvida, o retorno será bem maior, resultando em benefícios lucrativos para a empresa, benefícios sociais pra seus colaboradores e benefícios à saúde ambiental.

Ainda para Donaire (1999), a ação das organizações privadas na busca pela redução dos danos ao meio ambiente foi algo que só aconteceu após índices alarmantes de degradação ambiental, porém essa consciência está presente em todas as esferas da sociedade e a preocupação com o meio ambiente surge para as empresas trazendo a elas vários benefícios e o tão almejado lucro.

#### 2.3.1.2 Sustentabilidade comunitária

De acordo com Sawaia, Bader B. Campos, Regina H. F. (2008). Comunidade comunitária, é qualidade ou estado do que é comum; comunhão: compartilhamento de ideias (senso comum) ou interesses em concordância, identidade; na área jurídica, posse, obrigação ou direito em comum designando também o sujeito ou interesses coletivos.

Comunidade é um conceito amplo que abrange situações heterogêneas, mas que, ao mesmo tempo, apoia-se em fundamentos afetivos, emotivos e tradicionais. Ela está relacionada a parentes que se relacionam por laços de sangue e por uma vida em comum numa mesma casa, a vizinhos, o que se caracteriza pela vida em comum entre pessoas próximas da qual nasce um sentimento mútuo de confiança, de favores, e amigos, que estão ligados aos laços criados nas condições de trabalho ou no modo de pensar.etc.

A psicologia comunitária vai além da psicologia social, ela tem uma visão maior com relação à sociedade; mudança social, ideologia, alienação, representação social, identidade social, sentido psicológico de comunidade, “empoderamento”, grupo social, apoio social, realidade socialmente construída, atividade, investigação-ação-participante, sujeito histórico-social, consciência crítica, conscientização etc. Podemos dizer que a Psicologia comunitária compreende hoje um conjunto de concepções relevantes para o esforço de delimitar seu campo de análise e aplicação.

Pode-se dizer que é uma relação mantida entre pessoas mais próximas. Quando nos referimos a pessoa vivendo em comunidades é difícil pensar que essas comunidades nunca terão problemas de relacionamentos. Há diferenças entre as pessoas por se tratar das diferenças de cada indivíduo suas subjetividades e opiniões de classe social e racial.

Para que o trabalho de desenvolvimento comunitário seja sustentável, é importante ter uma visão e um plano para ele desde o início. A parceria e a participação comunitária são fundamentais, pois a sustentabilidade é alcançada quando o processo de desenvolvimento é intensificado de disposição pelos envolvidos no propósito. O GIFE – Grupo de Institutos Fundações e Empresas comemora, em 2010, 15 anos de existência. Nascido de um pequeno grupo de pessoas, representantes de fundações e institutos empresariais e independentes, conta hoje com 123 associados, provenientes de fundações e institutos de origem familiar, corporativa e independente.

Durante este percurso, o GIFE criou e difundiu o conceito do investimento social privado no país, além de atuar na sua qualificação, acompanhando e apoiando o crescimento e fortalecimento da sociedade civil organizada. O presidente do GIFE, Fernando Rossetti, evidencia que a estabilidade e o crescimento do país dos últimos anos colocam o Brasil em uma posição privilegiada, temos melhorado sistematicamente nossos indicadores sociais, a desigualdade tem diminuído e a economia se estabiliza.

Se até hoje, o grande desafio da educação foi à universalização, agora enfrentamos o desafio da qualidade. Se a diminuição do percentual de miseráveis já é realidade, precisamos enfrentar a violência e as diferenças de oportunidades entre negros e brancos no entendimento e parceria. É neste contexto, de enfrentamentos

de novos desafios, que o GIFE se propôs a elaborar uma visão para o setor do Investimento Social nos próximos dez anos.

De acordo com Carmelita, a parceria é a chave do desenvolvimento sustentável e bem sucedido. É importante valorizar as relações, pois as boas relações promovem a cooperação e a confiança. Para Sachs (1992), Fundações comunitárias são organizações, apoiadoras, que buscam melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas em uma área geográfica definida, independentemente do controle e da influência de outras organizações, governos, ou doadores.

São governadas por um conselho de cidadãos, representativo da comunidade que o cercam. Sachs (1992), diz respeito aos conhecimentos técnicos e recursos que uma comunidade utiliza para manter sua existência tanto no presente quanto no futuro. É uma aplicação do conceito de sustentabilidade no nível comunitário. Este é um conceito chave para as ecovilas.

Segundo Allegretti, (2003), diversas estratégias podem ser usadas pelas comunidades para manter ou ampliar seu grau de sustentabilidade. A participação comunitária é a chave do sucesso da sustentabilidade das iniciativas locais. O atributo da sustentabilidade, que dá um diferencial às iniciativas em desenvolvimento comunitário, tem sua origem nas práticas tradicionais de relacionamento entre as populações, também chamadas tradicionais, com a natureza e com fortes vínculos com o local onde moram e desenvolvem suas práticas de reprodução social e estratégias produtivas.

Existe uma densa e profunda vinculação destas comunidades aos recursos naturais, que podem ser consideradas relações de interdependência, onde a experiência originada da prática tradicional dá a base às formas particulares de uso e manejo, por parte destas populações e dos recursos da natureza.

## **2.4 RESPONSABILIDADE SOCIAL SUSTENTÁVEL**

### **2.4.1 A empresa como fator de sustentabilidade da região**

De acordo com Arbex (2009), a responsabilidade social empresarial consiste num conjunto de iniciativas por meio das quais as empresas buscam integrar considerações de natureza ética, social e ambiental às suas interações com clientes, colaboradores fornecedores, concorrentes, acionistas, governos e comunidades, as

chamadas partes interessadas, visando ao desenvolvimento de negócios sustentáveis.

Para o Instituto Ethos, uma visão sistêmica sobre o papel da empresa na qualidade de vida do Planeta Terra é percebida no momento contemporâneo, como premissa na gestão empresarial. O desenvolvimento não deve ser mais ligado simplesmente ao crescimento econômico, mas à gestão consciente dos recursos naturais utilizados para viabilizar a organização, bem como à participação social que leva em conta a promoção da auto-sustentabilidade para mais habitantes do planeta. É possível evoluir e se desenvolver de forma sustentável, respeitando o meio ambiente e tudo aquilo que nele está inserido.

É neste cenário que se inclui, na gestão das empresas, o tripé da sustentabilidade. Incluso a responsabilidade social empresarial, uma forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionam o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservam recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, e respeitam a diversidade, promovendo a redução das desigualdades sociais.

Necessário, porém, levar em conta que a Responsabilidade Social deve estar na base de gestão das organizações. É necessário, também, que faça parte do planejamento estratégico, como valores e princípios éticos. Em outras palavras, o essencial é que as empresas sejam rentáveis, e que a ética e a transparência se façam presentes em todas as suas áreas e departamentos, assim como em todas as suas interações.

O papel das empresas é gerar emprego, renda e qualidade de vida para a sobrevivência e subsistência de uma comunidade, seja de um Município, de um Estado, de um país ou nação. Ainda, para o Instituto Ethos, A sustentabilidade só é possível se as empresas desenvolverem suas atividades com responsabilidade no social.

De acordo com Borba (2001), o conceito de responsabilidade social teve origem na década de 60, nos Estados Unidos, com o surgimento dos movimentos populares pacifistas contra a guerra do Vietnã. É da universidade que surgem os primeiros protestos contra a sociedade que não oferecia respostas adequadas aos

problemas gerados pelas próprias organizações. Cria-se uma área para estabelecer indicadores para avaliar empresa e sociedade: a auditoria social.

Nesse seguimento, Borba (2001) diz que na Europa, especificamente na França, houve exigência do balanço social e financeiro para empresas com mais de 700 empregados como forma de responsabilidade para com a sociedade. Em Portugal, por meio de decreto lei, as empresas com, pelo menos, 100 trabalhadores teriam que apresentar o balanço social.

Na Alemanha, a responsabilidade foi introduzida nas empresas por meio das pressões sindicais e políticas. As empresas passam a ter gestão participativa. Na Suécia também ocorreu via pressão sindical, porém, buscando mais motivação para os trabalhadores. No Japão, a preocupação era de envolver os trabalhadores no processo de aperfeiçoamento das próprias empresas centradas na filosofia de “ensinar a pescar ao invés de dar o peixe”, renovada pelo CCQ – Círculo de Controle de Qualidade.

Para o Instituto Ethos (2002), no Brasil, 1965, era aprovada a “Carta de Princípios dos Dirigentes Cristãos de Empresas”, ressalta que a crise é proveniente da falta de princípios. E em 1974 foi elaborado e divulgado em todo o país o ADCE – Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa – ADCE, determinava que além da empresa produzisse produtos deveria desempenhar uma função social, sem sucesso por questões desestruturais.

Em 1975, por meio de Decreto Lei, cria-se – Relação Atual de Informações Sociais – RAIS, também sem grandes progressos. Somente na década de 80 a sociedade passa por um processo de mudança com o crescimento da participação da sociedade civil. É nesse contexto que os sindicatos se fortalecem, surgem as Organizações Não Governamentais - ONGs. Para Santos (2002), entretanto, a valorização da responsabilidade social empresarial começou a ganhar força no Brasil nos anos 90, por ocasião da eclosão de uma série de ações realizadas por entidades não-governamentais, institutos de pesquisa e empresas sensibilizadas por esta questão.

Para o instituto Ethos (2002), sobre responsabilidade social das empresas no Brasil, percebeu-se que a maior parte das empresas brasileiras não trata de forma adequada seus programas na área social e exclui essas ações do foco principal de seus negócios. Com o intuito de fortalecer o movimento pela

responsabilidade social no Brasil, é fundado em 1988 o Instituto Ethos de empresas e responsabilidade social.

De acordo com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, constituído em 1998 com 16 empresas (fundadoras) e hoje com 746 com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerirem seus negócios de forma socialmente responsáveis e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE, com 61 associados em 2001, nele se encontram as maiores instituições sem fins lucrativos, providas por investimentos de empresas construindo alianças transformadoras para o Brasil.

Para Zarpelon (2006), responsabilidade social é a responsabilidade assumida diante da sociedade, em relação à geração de empregos, a pagamentos de salários dignos, à arrecadação correta da carga tributária, ao aumento da qualidade de vida, ou qualquer outro fator que possa ser benefício para a gestão e para a sociedade.

Salienta Corullón e Medeiros Filho (2002), que se trata de uma prática já tradicional nos Estados Unidos e que, a partir daquele país, espalhou-se pelo mundo.

Para Santos (2002), a responsabilidade social deve começar com a avaliação da importância e do poder das empresas, que seriam detentoras de meios de influência muito grande, o que implica muita responsabilidade. Nesse sentido, toda empresa é uma força transformadora poderosa, é um elemento de criação, e exerce grande ascendência na formação de idéias na vida das pessoas e das comunidades.

Nessa linha de pensamento afirmam Melo Neto e Froes (2001), que a responsabilidade social no mundo dos negócios tem sido cogitada pelo manifesto assinado por 120 empresas que buscavam a equalização do interesse público com os acionistas, norte americanos. Ethos (2002), idealiza que a de responsabilidade social surge com um trabalho de Charles Eliot em 1909 nos Estados Unidos, isto, entretanto, não promoveu nenhum movimento de responsabilidade social nas empresas.

Para Gomes e Moretti (2007), um primeiro bom exemplo de responsabilidade social ocorre em 1919, com a contestação jurídica da família Ford contra a família Dodge, nos Estados Unidos. Antes do litígio, ambas as famílias

eram co-proprietárias da Ford Corporation, a famosa fabricante de automóveis. Ford queria a distribuição de parte do lucro da empresa para os funcionários que, em última análise, voltaria novamente para a Ford, pois, o empresário, os funcionários se transformariam em futuros clientes da empresa. A família Dodge era completamente contra. O veredito do tribunal foi favorável à tese da propriedade do lucro pelos acionistas.

Ainda para Gomes e Moretti (2007), a responsabilidade social defende que as organizações existem devido à autorização da sociedade e se elas usam recursos da mesma, nada mais justo do que ter responsabilidade para com ela.

A responsabilidade social tem sido considerada como elemento essencial nos processos organizacionais das empresas modernas. Sua prática envolve relacionamento com diferentes partes, como consumidores, fornecedores, funcionários, acionistas e comunidade.

Aspectos, como ética nas relações, entre parceiros e concorrentes, responsabilidades legais trabalhistas, preservação do meio ambiente, a qual permite continuidade de gerações futuras, são elementos essenciais para o perfil de uma empresa socialmente responsável.

Para Pimenta (2001), a responsabilidade social nasce de um compromisso da organização com a sociedade, em que sua participação vai mais além do que apenas gerar empregos, impostos e lucros. O equilíbrio da empresa dentro do ecossistema social depende basicamente de uma atuação responsável e ética em todas as frentes, em harmonia com o equilíbrio entre a empresa a sociedade no bem de todos.

Conforme Arbex (2009), a responsabilidade social empresarial não é sinônimo de filantropia não é sinônimo de investimento social, nem de ação social. A responsabilidade social é uma cultura de gestão empresarial que baliza todas as relações da empresa por princípios e valores, onde funcionários, meio ambiente, fornecedores, clientes, comunidade, governo acionista, investidores, que devem impactar todas as políticas e práticas da empresa.

No Brasil, a propagação da idéia e do conceito de responsabilidade social nas empresas é recente. As primeiras discussões remontam a meados da década de 1970, tendo como protagonista a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas – ADCE. Segundo Ashley (2006), é uma maneira balizada por princípios e

valores, de gerir uma empresa. Não adianta a empresa passar que é socialmente responsável apenas porque faz projeto ou investimento social. Se não cuidar adequadamente de seus funcionários, se agredir o meio ambiente, se, se envolver em corrupção, se enganar o consumidor, se não pagar impostos, se iludir investidores ou acionistas.

Seguindo essa linha de raciocínio, Melo Neto e Fróes (1999) enfatizam que, no Brasil, a responsabilidade social empresarial começou a ganhar visibilidade no meio empresarial em meados da década de 1990, depois de passar por um intenso processo de mudanças econômicas e políticas, marcado, principalmente pela criação do Plano Real, pela abertura de economia e pela privatização de empresas estatais.

Para Goldberg (2001), talvez algumas empresas não consigam enxergar o retorno para sua marca. O reconhecimento que uma empresa tem por uma ação social estruturada, acompanhada e avaliada é diferente de uma simples propaganda que vai dar reforço à ação. Deduz-se que a melhoria na qualidade de vida de algumas empresas seja pelo fato destas envolverem seus colaboradores a doarem seu tempo e habilidades pessoais em atividades que contribuam com a melhoria da qualidade de vida de comunidades carentes.

Em 1998, a criação do Instituto Ethos de Empresas e responsabilidades social intensifica a discussão sobre o assunto, mostrando que é possível aplicar ações de trabalho sociais pelas empresas independentemente de seu tamanho, bastando que elas queiram engajar num sentimento maior da sociedade, na transformação social. É uma suposição, pois se constitui pela interação do indivíduo como o meio físico social, com relações sociais e se constitui por força de ação.

Ethos (2002), no contexto do processo de globalização em que vivemos, já em pleno século XXI, é preciso focar cada vez mais nossas atenções no bem estar da sociedade. É fato que no decorrer da história, as organizações pouco se preocuparam com as questões sociais e ambientais.

A sociedade se mostra cada vez mais exigente quanto às questões sociais. Os problemas da miséria e da destruição ambiental estão tornando proporções alarmantes. A sociedade vem cobrando das empresas um maior comprometimento com as questões socialmente responsáveis influenciando assim na sua imagem e

fazendo com que elas busquem agregar valor ao negócio através de projetos sociais.

Aos poucos as empresas estão se conscientizando de que devem partilhar as suas responsabilidades com a sociedade através da criação e participação de programas que visem melhorias no âmbito social. De acordo com Corullón e Medeiros Filho (2002), uma sociedade somente será cidadã se os seus participantes forem atuantes na área social de forma mais pró-ativa do que simplesmente como contribuintes. Pagar os impostos e deixar todos os problemas sociais para o governo é um modo cômodo de não envolvimento.

De acordo com Gomes (1998), o RH tem grande contribuição no envolvimento dos profissionais, no adicionar valor a uma empresa e gerir transformação e mudanças. Mudanças referem-se à capacidade de uma organização de melhorar a concepção e a implantação de iniciativas, em que ajudarão os funcionários a se livrarem da antiga cultura e se adaptarem a uma nova cultura.

Ainda segundo Castells (1999), a essência do capitalismo é o lucro. Existe uma tendência em acreditar que a responsabilidade da empresa consista exclusivamente em maximizar o lucro de seus acionistas. Verifica-se, no entanto, um forte movimento no sentido de admitir que as empresas assumem valores éticos. Corullón (2002) salienta que se devem respeitar seus funcionários, colaboradores, comunidades e clientes que estão sendo vistos como uma nova espécie de sócios do negócio, prontos para compartilhar resultados.

Os autores ainda salientam que, quanto aos desafios individuais, estes se encontram relacionados às posturas adotadas pelas empresas em relação aos seus colaboradores estão intrinsecamente ligados aos desafios organizacionais, constituindo, muitas vezes, reflexos do que ocorre com a empresa inteira. Segundo Melo Neto e Fróes (1999), a maneira como a empresa trata seus colaboradores pode afetar o impacto dos desafios individuais organizacionais.

Segundo o autor os desafios individuais são importantes para que uma empresa possa identificar seus estágios de gestão de pessoas, identificando-os com a empresa que pratica a sustentabilidade da ética, da produção, da conservação do ambiente, e da qualidade de vida com responsabilidade. Isso significa que os colaboradores precisam ser felizes. Para que sejam produtivos devem sentir o

trabalho que executam e adequado com as suas habilidades e que são tratados como pessoas.

É provável que uma estratégia para desenvolver pessoas, comunidade e a própria empresa seja a predisposição desta, em acreditar na possibilidade e, para isso, precisa desenvolver programas de responsabilidade social envolvendo seus colaboradores e comunidades.

Para Barbieri e Cajazeira (2009), no contexto do processo de globalização em que vivemos, já em pleno século XXI, é preciso focar cada vez mais nossas atenções no bem estar da sociedade. É fato que no decorrer da história, as organizações pouco se preocuparam com as questões sociais e ambientais.

Segundo Ethos (2002), a sociedade se mostra cada vez mais exigente quanto às questões sociais. Os problemas da miséria e da destruição ambiental estão tomando proporções alarmantes. A sociedade vem cobrando das empresas um maior comprometimento com as questões socialmente responsáveis influenciando assim na sua imagem e fazendo com que elas busquem agregar valor ao negócio através de projetos sociais.

Ainda para o Instituto Ethos (2002), diversas pesquisas já revelaram que o consumidor cada vez mais exigente possui certa inclinação a adquirir produtos provenientes de empresas que colaboram ativamente com a sociedade. Diante dessa nova realidade, muitos projetos sociais têm sido criados por organizações de pequeno, médio e grande porte. Aos poucos as empresas estão se conscientizando de que devem partilhar as suas responsabilidades com a sociedade através da criação e participação de programas que visem melhorias no âmbito social.

Essa participação cidadã fundamenta-se numa concepção de democracia que objetiva fortalecer a sociedade civil no sentido de construir uma nova realidade social – sem desigualdades sociais, sem exclusões de qualquer natureza e consolidando uma sociedade democrática.

Nesta perspectiva difunde-se a noção de indivíduo ativo, capaz sujeito do processo de mudanças que deseja para si, e para toda a sociedade, superando uma cultura secular de paternalismo e dependência em relação aos governos.

Costa (2001) salienta que as organizações ao agirem com responsabilidade para com a sociedade adicionam às suas competências básicas um comportamento ético como base da cidadania empresarial. Com a criação do Instituto Ethos de

Empresas e Responsabilidades Sociais, constituído em 1998, com apenas 16 empresas (fundadoras) e hoje, com 746 empresas, o movimento ganhou outro perfil, semelhante ao já existente no exterior, baseado na ética, cidadania, transparência e qualidade nas relações da empresa, tendo como foco maior o comportamento empresarial ético e responsável que será regido pela “Lei” ISO 26000 que, de acordo com o Serviço Social da Indústria SESI, está em curso no âmbito *Internacional Organization for Standardization* – ISO o processo de construção da norma ISO de Responsabilidade Social.

De acordo com Barbieri e Cajazeira (2009), a ISO 26000 é a norma Internacional de Responsabilidade Social. O Grupo de Trabalho de Responsabilidade Social da ISO (ISO/TMB WG) (conselho técnico de administração da responsabilidade social), responsável pela elaboração da ISO 26000, é liderado em conjunto pelo Instituto Sueco de Normalização (SIS – *Swedish Standards Institute*) e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Barbieri e Cajazeira (2009) referem ainda o fato de ser uma decisão histórica o Brasil, juntamente com a Suécia, ter passado a presidir de maneira compartilhada o grupo de trabalho que está construindo a norma internacional de Responsabilidade Social.

Para o Instituto Ethos (2002), o objetivo da norma de Responsabilidade Social é estabelecer entendimento comum sobre o que de fato significa responsabilidade social, seja para diminuir confusões hoje existentes, seja para distinguir iniciativas duvidosas daqueles que podem efetivamente ser enquadrado como socialmente responsável.

Milena Beguito Pires, da Gerência do Processo de Normalização da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, que representa essa organização internacional no Brasil, “a ISO está sempre buscando soluções para as necessidades de empresas e da sociedade, por meio de normas internacionais que facilitam o comércio, disseminam conhecimento e compartilham os avanços tecnológicos e as boas práticas de gestão. Suas normas proporcionam melhorias em desenvolvimento, produção, suprimentos das empresas, com o objetivo de tornar o processo mais eficiente, seguro e limpo”. (Camargo, 2006)

Ainda para Camargo (2006), esta norma buscará prover orientação às organizações que realmente desejem operar segundo conceitos de responsabilidade social como resultado de um processo interno de conscientização em relação ao

assunto. A ISO 26000 poderá se converter em poderoso instrumento para auxiliar empresas, governos, associações, entidades dos mais variados perfis. Barbieri e Cajazeira (2009), sugerem que se incorporem a responsabilidade social como princípio de gestão, contribuindo desta forma para a utilização mais consciente e sustentável de recursos naturais e humanos em escala global. No Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT - desenvolveu a Norma NBR 16001, que estabelece requisitos para a criação e operação de um sistema de gestão em responsabilidade social.

## **2.5 MODELO DE DESENVOLVIMENTO DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

### **2.5.1 Primórdios da Criação**

De acordo com Garcia (2004), a primitiva Zona Franca de Manaus foi instalada precariamente no armazém zero do porto de Manaus, sob a administração de uma autarquia do ministério da fazenda, e não atingiu os seus objetivos, que advinham do interesse de servir a região com infraestrutura, incentivos, economia e outros. Os incentivos estabelecidos na lei que a instituiu não se revelaram suficientes para atrair investidores.

Nesse segmento, a Zona Franca idealizada por Pereira da Silva, deputado incentivador e elaborador do projeto de criação, seguiu o mesmo caminho de outras tentativas governamentais que visavam ao desenvolvimento regional e também se frustraram. O Amazonas continuou a lutar com os seus próprios meios para sobreviver à longa crise iniciada havia mais de 40 anos, com a quebra da economia da borracha.

Na débil estrutura de produção daqueles tempos, o capital era um fator muito escasso. Os municípios do interior estavam reduzidos a “portos de lenha”. Em Manaus, os grandes marcos, referenciais da riqueza da borracha ameaçavam desfazer-se. Os prédios Públicos deterioravam-se. O sistema de energia elétrica estava em colapso. Os bondes sumiam dos trilhos, agravando a situação dos transportes coletivos.

O governador Plínio Coelho criava o Banco do Estado do Amazonas e um elenco de outras empresas de economia mista, com a finalidade de dinamizar

serviços essenciais, fomentar atividades de pequenos empreendedores, e implantar projetos industriais dedicados ao aproveitamento de matéria-prima regional.

Ainda para Garcia (2004), a cultura da juta abria espaço para as usinas de prensagem e sacaria como: a Companhia Brasileira de Fiação e Tecelagem de Juta (Brasiljuta), Fiação e Tecelagem de Juta Amazônica S.A. (Fitejuta), Abraham, Irmão & Cia, Abdul Razac Hauache & Cia, Juteira Lustosa S.A., interagindo com um grupo de usinas de beneficiamento de produtos extrativos. Algumas casas aviadoras e firmas comerciais tradicionais, com cinco, seis décadas de atividade, conseguiam manter-se de portas abertas, a exemplo J.G. Araújo, José Trados, J. A. Leite, J. S. Amorin, J. Rufino, J. Soares, Mattos Areosa etc.

Em 1955 Isaac Sabá implantava um grande empreendimento industrial, a refinaria de petróleo de Manaus, da Companhia de Petróleo do Amazonas – COPAM, gerando forte impacto sobre economia do Amazonas e de toda a região. Naquele mesmo ano jorrou petróleo na localidade de Nova Olinda (hoje município), trazendo uma esperança, que logo se desfez: os poços foram classificados como sub comerciais, em seguida, tamponados.

Entretanto, pesquisas, realizadas pela Petrobrás revelaram a existência de grandes jazidas de salgema no subsolo, estimadas em 10 bilhões de toneladas, que ficaram guardadas para o futuro. Nesse cenário de frustrações e incertezas, e visando a fortalecer os incentivos da Lei nº 3.173, que se revelavam insuficientes, o deputado Almino Afonso apresentou a Câmara Federal o projeto de Lei nº 764, de 6 de agosto de 1959, que deu origem a Lei nº 4069-B, de 12 de junho de 1962, determinando:

“Art. 1º Fica assegurada a isenção do imposto de renda e respectivo adicional, às pessoas jurídicas localizadas na Amazônia que promoverem o beneficiamento ou a manufatura da matéria prima regional – borracha, juta e similares ou sementes oleaginosas.

Parágrafo Único – O prazo de instalação que será de 5 (cinco) anos para as indústrias de simples beneficiamento e de 20 (vinte) para as de transformação, se contará a partir da vigência desta lei para os empreendimentos já em atividade e do início de funcionamento para as que venham a se instalar.

Art. 2º Considera-se Amazônia, para os efeitos da presente Lei a região geográfica delimitada na art. 2º da Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953.

### 2.5.2 Fases do Modelo

O Estado brasileiro, ao se definir pela implantação da Zona Franca de Manaus, adotou um modelo de desenvolvimento industrial que vinha se difundindo em várias regiões do mundo, a partir da década de 60. Tratava-se de uma estratégia que evidenciava o processo de mundialização da economia em novo patamar dentro do qual tomava corpo esse novo aspecto da divisão internacional do trabalho.

Do ponto de vista interno, para Garcia (2004), coincidia com o projeto de modernização a que se propunha o Estado brasileiro, que encontrava nesse modelo a oportunidade de completar, com outras iniciativas de políticas públicas, seu projeto de larga competência para a integração nacional da Amazônia. Esse projeto consistia basicamente na realização de investimentos de grande impacto, que fosse capaz de modificar a posição da Amazônia, preenchendo o vazio ora existente.

Desse ponto de vista, os investidores previstos para a implantação da Zona Franca de Manaus e especialmente para seu distrito industrial, completamente. O projeto complementava os que estavam sendo destinados; rodovias, hidroelétricas, instalações militares, administrativas, aeroportos, sistema de telecomunicações, atividades agropecuárias, exportação madeireira, mineral, atividades industriais e atividades industriais de serviços e de formação técnica.

Para Bonfim e Botelho (2009), o modelo industrial da Zona Franca de Manaus coincidia com aquele que se encontrava em funcionamento no país quando de sua instalação. O Brasil já havia passado por um amplo processo de internacionalização de sua economia, em particular de sua produção industrial. Manaus se assentava ainda em um conjunto de condições que, portanto, representava mais uma etapa de processo em curso.

O modelo da Zona Franca de Manaus se assentava ainda em um conjunto de condições que deveriam ser reunidas de modo a criar a base de funcionamento das atividades das empresas industriais, que se transfeririam para a região, atraídas pelo conjunto de vantagens oferecidas. Garcia (2004), no âmbito internacional a primeira condição que se exigia do que fosse implantado um Distrito Industrial com tais características eram que existisse estabilidade política, e que o Estado Nacional tivesse a força necessária para assegurar a plena atividade das empresas instaladas.

E outras tais que foram atendidas como: redução dos custos de implantação, transportes, de entraves burocráticos etc. Todas as condições puderam ser atendidas em suas linhas principais ao ser instalada a Zona Franca de Manaus.

O livro “Modelo de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus - Histórias, Conquistas e Desafios”, é um esforço da Superintendência da Zona Franca de Manaus Suframa para registrar um pouco de sua trajetória e da exitosa história o modelo Zona Franca de Manaus - ZFM, a responsável pelo seu preparo, a jornalista e pesquisadora Etelvina Garcia, além de ser, ela própria, um arquivo vivo das faces iniciais desse modelo, realizou demorada pesquisa para trazer à tona aspectos relevantes da história econômica da região.

Os antecedentes do modelo ZFM são renomados até o século XIX, através da inspirada sugestão de Aureliano Cândido Tavares Bastos, em o Valle do Amazonas, sobre a criação de porto franco em Manaus para servir de epicentro das dinâmicas na Pan-Amazônica; passam pelas iniciativas de revitalização econômica regional durante a fase de marasmo que sucedeu o encanto da borracha, transitam pela criação de sua primeira versão moderna, em 1957, e chegam ao ano de 1967, oportunidade em que as autoridades governamentais tomam a patriótica decisão de transformar a limitada experiência na década anterior em um modelo de desenvolvimento não somente para o Estado do Amazonas, mas também para os demais Estados da Amazônia Ocidental.

Surge, então o famoso Decreto-Lei 288, de 28 de fevereiro de 1967, estatuinto os contornos iniciais do que viria ser a mais bem sucedida política de desenvolvimento regional do governo brasileiro. Daquele ano até os dias presentes pode-se afirmar que a região assumiu o desenrolar de um dos mais interessantes fenômenos econômico-sociais da história recente do Brasil. A medida em que o próprio modelo ganhava contornos em razão das mudanças no ambiente econômico do país, a Suframa também registrava mutações em suas funções, áreas de atuação e características institucionais .

A Zona Franca de Manaus, ultrapassados seus conflitos de implantação – estratégias adotadas pelas empresas, de baixos salários para os operários, surgimento de um movimento sindical com rápida mobilização – tem conseguido reunir alguns argumentos em seu favor: possibilitou uma distribuição mais equilibrada, em termos geográficos, do parque industrial brasileiro e da atividade

econômica em sentido duplo: o tipo de indústria em operação no distrito industrial de Manaus apresenta baixos índices de comprometimento ambiental; dotou a região mais subdesenvolvida do país de um setor industrial moderno e de uma zona de livre comércio; criou um grande número de empregos, diretos e indiretos; contribuiu para integrar a Amazônia ao processo de desenvolvimento brasileiro.

De acordo com a pesquisadora Garcia (2004), não é possível questionar a Zona Franca de Manaus, sem avaliar todo o modelo de desenvolvimento que foi adotado, que se encontra em curso no País e são divididas em Fases de desenvolvimento.

#### 2.5.2.1 Primeira fase do modelo ZFM

Na primeira fase, em que o comércio era a dinâmica central do modelo, a Suframa atuava, sobretudo, no controle de entrada e estocagem de mercadorias, com foco em Manaus e funcionando mais como uma instituição aduaneira e se estendeu de 1967 a 1975. Tinha uma posição de referência na política industrial e se caracterizava pelo estímulo à substituição de importações de bens finais e formação de mercado interno. São destacados como aspectos importantes da fase:

- a) Atividades comerciais sem limitação de importação;
- b) Grande fluxo turístico doméstico, estimulado pela venda de produtos cuja importação estava proibida no restante do país;
- c) Expansão no setor terciário; e,
- d) Início da atividade industrial com base em, CKD – (Completely Knocked Down), SKD – Semi Knocked Down (produtos totalmente ou semi-desmontados).

#### 2.5.2.2 Segunda fase do modelo ZFM

Durou até 1990, ou seja, até a abertura de mercado. Nessa fase a política de referência no país se caracterizava pela adoção de medidas que sustentasse a indústria nacional de insumos, sobretudo no estado de São Paulo. Assim as características que marcaram esta fase foram:

- a) Estabelecidos limites máximos globais anuais de importação;
- b) Cresce a indústria de montagem em Manaus, também contribuindo com o crescimento de uma indústria nacional de componentes e insumo. Em 1990, a

- indústria de Manaus registrou um de seus melhores desempenhos, com a geração de 80 mil empregos diretos e faturamento de US\$ 8,4 bilhões. O comércio permanece com o vetor dinâmico;
- c) Os incentivos do modelo Zona Franca de Manaus são estendidos para a Amazônia Ocidental, (Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá);
  - d) É criada a primeira das sete Áreas de Livre Comércio – ALC, em Tabatinga, Amazonas, conforme a Lei nº 7.965\89;
  - e) É prorrogado, pela primeira vez, o prazo de vigência do modelo Zona Franca de Manaus, de 1997 para 2007, por meio do Decreto nº 92.560, de 16 de abril de 1986. Em 1998, por meio Artigo 40 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, o prazo foi prorrogado para até 2013; e,
  - f) A SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus – passou a operar com a gestão dos incentivos e controle de projetos industriais e expandiu suas ações para os estados da Amazônia Ocidental, com a implantação de unidades descentralizadas da ALC's.

### 2.5.2.3 Terceira fase do modelo ZFM

Compreendeu entre os anos de 1991 a 1996. Nesta fase, entrou em vigor a nova política industrial e de comércio exterior, marcada pela abertura da economia brasileira, redução do imposto de importação para o restante do país e ênfase na qualidade e produtividade, com a implantação do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBPQ) e Programa de Competitividade Industrial. A edição da Lei 8.387 de 30 de dezembro de 1991, estabeleceu profundas mudanças no modelo ZFM, tais como

- a) O modelo ZFM foi obrigado a adaptar-se à nova política industrial de referência do país;
- b) Perda de relevância no comércio, que deixou de ter a exclusividade das importações como vantagem competitiva;
- c) Eliminação dos limites máximos globais anuais de importação, por meio do Decreto nº 205, de 5 de setembro de 1991;
- d) Adoção de redutor de 8% do imposto de importação para ZFM, com edição da Lei 8. 387 de 30 de dezembro de 1991;

- e) Adoção do Processo Produtivo Básico (PPB), em substituição ao índice mínimo de nacionalização;
- f) A Lei 8.387-91 também estabeleceu que as indústrias de produção de bens e serviços de informática, para fazer jus aos incentivos ZFM, devem aplicar anualmente, no mínimo 5% do seu faturamento bruto em atividades de pesquisa e desenvolvimento a serem realizados na Amazônia;
- g) Por meio do Decreto nº 783 de 25 de março de 1993, as indústrias ficaram obrigadas a implantar normas técnicas de qualidade, conforme padrões de entidades credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO;
- h) As empresas do Pólo Industrial de Manaus deram início a um amplo processo de modernização industrial, com ênfase na automação, qualidade e produtividade;
- i) Em 1996, a reestruturação do parque fabril refletiu em faturamento recorde para àquela década, da ordem de US\$13,2 bilhões;
- j) Foi criada a área de Livre Comércio de Macapá- Santana, no Amapá, únicos municípios da Amazônia Ocidental que integram a área de jurisdição da SUFRAMA; e,
- k) A SUFRAMA adotou, nesta fase, o planejamento cooperativo orientativo e passou a atuar na gestão dos Processos Produtivos Básicos - PPB, na atração e promoção de investimentos e no desenvolvimento de ações capazes de irradiar os efeitos positivos do Pólo Industrial de Manaus, com a intensificação dos investimentos em toda a sua área de jurisdição. Nesta fase, a Autarquia torna-se braço político federal na região.

#### 2.5.2.4 Quarta fase do modelo ZFM

Durou até 2002. Uma época em que a política industrial de referência do país caracterizava-se por uma adaptação aos cenários de uma economia globalizada e pelos ajustes demandados pelos efeitos do Plano Real, como o movimento de privatização e desregulamentação. Nesta fase, o modelo tinha como principais características:

- a) A inclusão da função exportação como política intencional, com objetivo de estimular as vendas externas do Pólo Industrial de Manaus, que saíram de pouco mais de US\$ 140 milhões em 1996 para US\$ 2 bilhões em 2005;
- b) Esgotamento das ALC como instrumentos de interiorização do modelo ZFM. Nos moldes em que foram criadas, com incentivos para exportação, perderam a relevância com a abertura da economia do país;
- c) Estabelecimento de critérios para repasse de recursos financeiros da SUFRAMA para promoção do desenvolvimento regional, por meio da Resolução nº 052, de 01 de agosto de 1997, tornando a distribuição mais homogênea;
- d) Busca de ampliação da competitividade tecnológica das indústrias da Manaus, que teve como marco inicial a criação do Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus. CT-PIM; e,
- e) Iniciativas para criação de um pólo de bioindústrias na Amazônia que culminou com a implantação do Centro de Biotecnologia da Amazônia, inaugurado em 2002.

De acordo com Garcia (2004), a SUFRAMA passou a operar, nesta fase, como instância regional das políticas industriais nacionais como articuladora e mediadora de interesses regionais. Nesse período a autarquia consolida o seu planejamento estratégico, aperfeiçoa seus sistemas de controle, inclui em suas estratégias a função tecnológica e realiza a primeira Feira Internacional da Amazônia, como ferramenta para promover a inserção internacional do modelo.

#### 2.5.2.5 Modelo atual da ZFM

Para Correa, (2002), nesta fase entra em vigor a Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, em aprofundamento da Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE, que prevê maior eficiência produtiva e capacidade de inovação das empresas e expansão das exportações.

A PDP define macro metas para o país, que prevêm o aumento da formação bruta de capital fixo, maior dispêndio do setor privado em pesquisa e desenvolvimento – P&D, e ampliação das exportações brasileiras, em especial, das micro e pequenas empresas.

Em 2006 foi regulamentada, por meio do Decreto presidencial, a nova Lei de informática, que prorrogou de 2009 até 2019 incentivos fiscais para o setor em todo o país. O Decreto 5.906, de 26 de setembro de 2006, regulamentou artigos que dispõem sobre capacitação e competitividade do setor de informática e automação. Este dispõe sobre a capacitação e produtividade do setor de tecnologias da informação. Entra em operação em 2007, o Sistema Brasileiro de TV Digital, padrão de transmissão digital baseado no sistema japonês ISDBT – Serviço Integrado de Transmissão Digital Terrestre, que é apontado como o mais flexível entre os existentes, ao permitir mobilidade e portabilidade.

Este novo cenário incrementa o processo de convergência digital no país. Concentra-se também nesta fase, a implementação estratégica do Processo Produtivo Básico – PPB dos biocosméticos, estabelecendo as participações em valor agregado local e as quantidades em utilização de insumos mínimas regionais, por intermédio da Portaria Interministerial nº 842, de 27 de dezembro de 2007.

#### *2.5.2.5.1 As características atuais do Modelo Zona Franca de Manaus são:*

- a) O prazo de vigência do modelo foi prorrogado de 2013 para 2023 por meio da Emenda Constitucional nº42, de 19 de dezembro de 2003;
- b) A definição de Processos Produtivos Básicos – PPBs, para produtos fabricados no PIM é orientada pelo maior adensamento de cadeias produtivas nacionais, inclusive dos biocosméticos;
- c) Há um esforço para ampliar a inserção internacional do modelo, sobretudo por meio de missões comerciais, participação em acordos de comércio exterior e realização de eventos de promoção comercial, a exemplo da Feira Internacional da Amazônia;
- d) Há um esforço das indústrias do PIM em fomentar o adensamento tecnológico do parque industrial, por meio de investimentos em institutos de pesquisa regionais, sobretudo advindos de recursos do percentual destinado a Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, determinado pela Lei de Informática em vigor;
- e) Ampliam-se os investimentos da SUFRAMA em projetos de modernização produtiva e infra estrutural em municípios de sua área de atuação,

envolvendo construção de aeroportos, estradas, estruturas turísticas, projetos pilotos de produção e capacitação de mão-de-obra; e,

- f) A SUFRAMA, na fase atual, consolida o processo de revisão do seu planejamento estratégico, em que melhor configura o desempenho da sua função de agência de desenvolvimento regional. Ao mesmo tempo, incrementa projeto para o fortalecimento do PIM e de aproveitamento de potencialidades regionais, sobretudo por meio do Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus (CT-PIM) e do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA).

De acordo com Garcia (2004), A autarquia trabalha, ainda, no aprofundamento e aperfeiçoamento da função de fomento e fiscalização de projetos: (industriais, agropecuários, e outros); institucionalização da função de agência de desenvolvimento (execução de estudos, infra-estrutura, P&D etc.); na expansão e integração de atividades de prospecção tecnológica, inteligência comercial e planejamento estratégico, e na expansão de atividades de estudos e pesquisas sobre políticas públicas e desenvolvimento socioeconômico da Amazônia.

#### *2.5.2.5.2 Feira Internacional da Amazônia*

Realizada a cada dois anos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por intermédio da SUFRAMA. A Feira Internacional da Amazônia – FIAM integra o calendário oficial de exposições e feiras do governo federal. Tem como objetivo promover o potencial econômico da região, incluindo produtos industrializados e regionais que utilizam matéria-prima da biodiversidade amazônica, bem como os atrativos turísticos e o estímulo ao intercâmbio científico e tecnológico, visando o desenvolvimento sustentável. É visitada por vários países do mundo interessados em investir na Amazônia.

A primeira Feira Internacional da Amazônia - FIAM, é realizada desde 2002, e é um evento que vem a cada biênio, crescendo, e em 5 edições anteriores, já movimentou de imediato mais de 20 milhões de reais em negócios durante o evento. Os valores após o evento, movimentados depois de contatos e tecnologia trocados nessa feira são incontáveis. Por exemplo, em 2007, em sua segunda edição, foram contabilizados imediatamente uma movimentação financeira em acordos imediatos

de 4 milhões de reais e futuros de 2 milhões de dólares. As demais Feiras tendem a crescer e a captar muitos investidores para a região.

Para a SUFRAMA, (ED 56), em 2011, as empresas do Pólo Industrial de Manaus – PIM, apresentaram na Feira Internacional da Amazônia seus últimos lançamentos, inovações e os principais itens produzidos graças aos incentivos do modelo Zona Franca de Manaus. Mais do que divulgar a marca e os produtos para o público consumidor, a participação na FIAM 2011 traduziu o comprometimento das empresas com o modelo ZFM, Tanto, que algumas expositoras também apresentaram suas ações de responsabilidade social.

Muitas empresas expositoras apresentaram suas novas linhas, além da produção de tampas para garrafas PET. A produção é resultado de mais de 4 milhões em investimentos. A CCE e LG divulgaram suas linhas de TVs com destaque para as versões com telas de LED e em 3 D.

Outra tradicional fabricante do PIM, A Moto Honda da Amazônia expôs os seus modelos de motocicletas para exportação e para o mercado nacional, resultado de investimentos acumulados de US\$ 530 milhões. Engajada nas ações voltadas para a harmonia nas estradas, a empresa montou no seu estande o ‘Clubinho Honda’, um espaço interativo para a educação do trânsito, dirigido às crianças.

A participação do Estado do Amazonas na FIAM 2011 teve como foco principal a disseminação de informações sobre os diversos projetos estruturais relacionados à Copa do Mundo de 2014, além de painéis que explicavam o trabalho da Unidade Gestora do Projeto Copa (UGP-Copa), os visitantes também puderam observar uma maquete da Arena Amazônia, estádio que está sendo construído para receber os jogos do torneio mundial, inspirados em elementos da cultura, fauna e flora amazonenses.

O Pavilhão da Amazônia é uma grande vitrine para o mundo dos negócios da Zona Franca de Manaus, ainda que não renda negócios imediatos, permite a apresentação de uma grande variedade de produtos e abre oportunidades futuras, bem como sua integração nacional e Internacional.

#### Objetivos da Feira

- a) Divulgação de oportunidades para negócios e cooperação nos nove Estados da Amazônia brasileira. Atração de investimentos;

- b) Promoção comercial de produtos e serviços da Amazônia brasileira;
- c) Mostra de programas e projetos, resultante das políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico sustentável;
- d) Promoção e identificação de parcerias técnico-científicas;
- e) Promoção e identificação de parcerias público-privadas;
- f) Estímulos às exportações; e,
- g) Incremento do fluxo de turistas e viabilização de parcerias para o setor.

#### Investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação

A formação de capital intelectual e o estímulo à Pesquisa e Desenvolvimento P&D na Zona Franca de Manaus também se destacam como ações prioritárias as SUFRAMA, viabilizadas por meio de convênios e acordos de cooperação técnica. Entre os mais expressivos está o que resultou na implantação do escritório do instituto alemão Fraunhofer, o maior em pesquisa de alta tecnologia da Europa.

Na unidade implantada em Manaus a terceira fora da Alemanha as outras estão na Ásia e América do Norte. Além disso, são realizadas atividades de captação de projetos P&D nas áreas de sistemas micro-eletromecânicos, nano eletromecânicos e biomicro-optoeletromecânicos, para fabricação de sensores e encapsulamento, equipamento de medição ambiental e micro tecnologias.

A SUFRAMA passou a ser a primeira da América Latina a fazer parte da organização alemã – IVAM, a maior Associação de Companhias e Instituições de Micro e nanotecnologia e que reúne seletos grupo de 228 membros em todo o mundo. Para o Pólo Industrial de Manaus, a adesão significa poder atrair empresas de um segmento que movimenta bilhões de dólares.

Implantada no Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), a Desing House Manaus, um dos cinco laboratórios para desenvolvimento de circuitos integrados dentro do programa CI-Brasil, do Ministério da Ciência e Tecnologia, entrou em operação em 2007. A equipe inicial da Design foi treinada por meio de acordo de cooperação técnica entre a SUFRAMA, através do Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus (CT-PIM), e o *Inter University Microelectronics Center* (IMEC), da Bélgica.

A autarquia renovou ainda, em 2007, acordo para formação de recursos humanos na área de micro e nanotecnologia e desenvolvimento. O novo acordo prevê a implantação de uma unidade do laboratório francês em Manaus.

Com investimentos de 1,5 milhões da SUFRAMA e de R\$ 750 MIL DA Samsung, também foi inaugurado, em 2007, o Centro de Tecnologia de Eletrônica e da Informação, a fim de fomentar a produção de softwares para o programa brasileiro de TV digital. O convênio para implantação do Centro foi firmado com a Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Outros R\$ 89 milhões em investimentos da autarquia permitiram a criação de dezenas de doutorados, mestrados e cursos de graduação em instituições de ensino e pesquisa da região.

A Zona Franca de Manaus – ZFM, é um modelo de desenvolvimento regional que foi implantado pelo governo brasileiro, em 1967, com a finalidade de criar uma base econômica na Amazônia Ocidental e promover a integração socioeconômica da região ao restante do país, como forma de diminuir as disparidades regionais e garantir a soberania nacional sobre as fronteiras territoriais. Sua área de abrangência corresponde aos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e as cidades de Macapá e Santana, no Amapá.

A base de sustentação desse modelo é o Pólo Industrial de Manaus – PIM, que atualmente conta com mais de 600 empresas instaladas, que faturam mais de US\$ 30,1 bilhões. O PIM auxilia o Amazonas a alcançar a terceira posição no ranking de estados brasileiros que mais arrecadam com o setor industrial. O PIM reúne indústrias nacionais e multinacionais com alto grau de competitividade, capazes de atender ao mercado nacional e ajudar o Brasil a ampliar a sua inserção no mercado internacional.

As empresas instaladas no Pólo Industrial de Manaus fazem parte, principalmente, dos segmentos de eletroeletrônicos, bens de informática, duas rodas, termoplástico, químico, metalúrgico, mecânico, descartáveis (isqueiros, canetas, barbeadores), entre outros.

Responsáveis pelas políticas de fortalecimento do Pólo Industrial de Manaus – PIM, e estímulo ao desenvolvimento de sua área de atuação, a SUFRAMA identifica potencialidades regionais e cria condições para transformá-las em oportunidades de negócios.

O modelo Zona Franca de Manaus – ZFM é um modelo bem sucedido de desenvolvimento da Amazônia Ocidental e Amapá em bases sustentáveis. Somente o Estado do Amazonas mantém intactos 98% da sua cobertura vegetal, uma marca inigualável que mostra que é possível harmonizar alto grau de avanço tecnológico e respeito ao meio ambiente.

#### Área de Livre Comércio – ALC

As Áreas de Livre Comércio e comércio foram criadas para promover o desenvolvimento das cidades de fronteiras internacionais localizadas na Amazônia Ocidental e em Macapá - Santana, com o intuito de integrá-las ao restante do país, oferecendo benefícios fiscais semelhantes aos da Zona Franca de Manaus, com incentivos do IPI e do ICMS, proporcionando melhoria na fiscalização de entrada e saída de mercadorias, fortalecimento do setor comercial, abertura de novas empresas e geração de empregos.

A Amazônia Ocidental oferece ao investidor um leque de oportunidades que vão desde os agronegócios, o beneficiamento e industrialização de matérias-primas regionais, à biotecnologia e ao Pólo Industrial de Manaus – PIM. Há uma gama de produtos com viabilidade econômica comprovada por estudos realizados pela Fundação Getúlio Vargas, a espera de investimentos nos estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e na Área de Livre Comércio de Macapá-Santana, no Amapá. Todos esses estados possuem políticas e legislação específicas para atração de investimentos, com incentivos fiscais especiais.

O Pólo Industrial de Manaus está aberto a novos empreendimentos que gerem empregos e renda, dispondo de uma listagem de produtos que interessam, prioritariamente, que sejam produzidos na região, com vista à diminuição dos custos de produção e ao aumento da competitividade nos mercados interno e externo.

Tabatinga, no Amazonas, fronteira com a cidade de Leticia (Colômbia) foi criada pela Lei número 7.965, de 2-12-89, com implantação em meados de 1990, tem superfície demarcada de 20 km<sup>2</sup> no perímetro da cidade, a qual se integra também a faixa de superfície dos rios adjacentes, nas proximidades de seus portos. Suas atividades abrangem as importações de mercadorias nacionais e estrangeiras para consumo no município e adjacências, além de promover o desenvolvimento econômico e gerar empregos.

Macapá-Santana, criada pela Lei nº 8.387, regulamentada pelo Decreto nº 517, de 8 - 05 - 92, foi implantada oficialmente em março de 1993, Abrange parte dos municípios de Macapá e Santana no Estado do Amapá. Ocupando uma área de 230 km<sup>2</sup>. A economia é baseada na agricultura, mineração, extração de madeiras, pecuária e piscicultura, Vale informar que as cidades de Macapá e Santana não se situam na Amazônia Ocidental, porém o Estado do Amapá possui fronteira com a Guiana Francesa, um dos fatores resultantes da criação desta ALC, cujas atividades são voltadas à importação nacional e estrangeira.

Guajará-Mirim, situado no Estado de Rondônia, fronteira com a cidade de Guajaramirim (Bolívia) foi criada pela Lei nº 8.210, de 19\07\91, e, regulamentada pelo Decreto nº 843, de 23-06-93. Abrange uma superfície de 82,5 km<sup>2</sup>, incluindo o perímetro urbano da cidade de Guajará-Mirim, a Noroeste de Rondônia. A economia regional concentra-se na agricultura, extrativismo mineral, e pecuário.

Existem as Áreas de Livre Comércio de Pacaraima e Bonfim, localizadas em Roraima e Brasília com extensão a Cruzeiro do Sul, na Estado do Acre, ainda não implantadas, porém as empresas cadastradas na Suframa naquelas localidades, usufruem dos benefícios fiscais inerentes ao IPI (Decreto 4544\2002 e convênio ICMS 37-97, cujas mercadorias são obrigatoriamente desembaraçadas nas coordenações Regionais de Boa Vista-RO, Cruzeiro do Sul e Rio Branco- AC.

## **2.6 INCENTIVOS FISCAIS**

De acordo com Correa (2002), a Zona Franca de Manaus oferece incentivos fiscais para implantação de Projetos Industriais e agropecuários na sua área de abrangência, isto é, dentro de uma área contínua com a superfície mínima de dez mil quilômetros quadrados, incluindo a cidade de Manaus e seus arredores, na margem esquerda dos rios Negra e Amazonas, conforme estabelece a o art. 2º do Decreto Lei nº 288- 67. SUFRAMA (20130, os incentivos são destinados ao produto e não ao projeto e a empresa fabricante só passa a usufruí-los a partir do início da produção. Esses incentivos fiscais são proporcionados pelos governos federal, estadual e municipal.

Bonfim, e Botelho (2009), analisam que, se a ZFM já conseguiu dinamizar a economia do Amazonas e proporcionar bilhões de reais em tributos para o erário, por que continuar apoiando a política de incentivos fiscais? Porque, historicamente,

desde os tempos do Marquês de Pombal, sempre ficou clara a função importante de incentivos do governo na promoção do desenvolvimento regional, a fim de possibilitar ao País resguardar sua soberania sobre a mais extensa região de florestas tropicais da Terra.

A ZFM trouxe uma alternativa auspiciosa, não prevista pelos militares: desenvolvimento econômico sem destruição da floresta. Como foi dito, hoje estão preservados 98% da cobertura florestal do Amazonas, de suma importância para o equilíbrio dos ecossistemas planetários. Os brasileiros devem ter em mente que a Amazônia abriga imensurável riqueza em biodiversidade. Estima-se que em termos mundiais, detenha 27% dos peixes de água doce, 24% das borboletas entre outras, além de armazenar em sua bacia hidrográfica 17% da água doce potável disponível no mundo. Fica evidente, ante a magnitude dessa riqueza natural, que a Amazônia precisa ter uma alternativa econômica sustentável. Em razão de respeitar a natureza, as atividades do PIM satisfazem essa necessidade.

Ainda para Bonfim e Botelho, (2009), a evolução do parque industrial proporcionou à sociedade uma cultura empresarial onde praticamente não existia atividade industrial. Trata-se de um ativo intangível que deveria ser mais bem aproveitado em benefício da economia regional. Visando construir um ambiente de competitividade que reduza a excessiva dependência em relação aos incentivos fiscais. Deve-se observar, entretanto, que a pujança de alguns empreendimentos, ainda impossível de existir sem o aporte de incentivos, projeta na economia importante efeito-demonstração.

A atividade econômica bem estruturada suaviza os homens e civiliza a sociedade, gerando potencial que deve ser aproveitado para desenvolver a Amazônia sem destruir o meio ambiente. O PIM produz considerável soma de recursos públicos e privados que poderiam ser investido de forma mais eficiente na promoção do desenvolvimento sustentável. É provável que surjam empreendimentos industriais baseados no aproveitamento de recursos da natureza que sejam menos dependentes de incentivos fiscais.

A política tributária vigente na Zona Franca de Manaus é diferenciada do restante do país, oferecendo benefícios locais, objetivando minimizar os custos amazônicos. Além de vantagens oferecidas pelo Governo Federal. O modelo é reforçado por políticas tributária estadual e municipal.

Segundo Bonfim, e Botelho (2009), um traço marcante do modelo ZFM é a não concessão de qualquer tipo de subsídio direto ao empreendedor, que arca com todos os riscos inerentes ao investimento. Na ZFM só há incentivos fiscais se existir produção e comercialização – regra que se ajusta aos cânones da economia da economia de mercado. O empresário só desfrutará dos incentivos se obtiver sucesso.

Sem nenhuma possibilidade de ônus para o setor público, os investimentos da ZFM constituem de fato a única alternativa de sucesso na promoção do desenvolvimento econômico da Amazônia Ocidental. Considerando essas características, o modelo já demonstrou ser uma política pública eficaz para incentivar a economia regional, razão pela qual merece o apoio de toda a nação brasileira.

## 2.6.1 Política Tributária Diferenciada – ZFM

### 2.6.1.1 Tributos Federais, Estaduais e Municipais

Com redução de 8% do imposto de importação sobre os insumos destinados à industrialização, a ZFM foi idealizada em 1957, pela Lei 3.173 de 06 de junho. Dez anos depois, o Governo Federal ampliou essa legislação e reformulou o modelo, estabelecendo incentivos fiscais por 30 anos para a implantação de um pólo industrial, comercial e agropecuário na Amazônia.

Com isenção de impostos sobre produtos industrializados – IPI, redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, inclusive adicionais de empreendimentos classificados como prioritários para o desenvolvimento regional, calculados com base no Lucro da Exploração até 2013, isenção da contribuição para o PIS - PASEP e da COFINS nas operações internas na Zona Franca de Manaus.

Ademais outros benefícios como:

#### Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI

- a) Isenção para produtos fabricados no Pólo Industrial de Manaus;
- b) Isenção para mercadorias, inclusive bens de capital, de procedência estrangeira, consumida dentro da Zona Franca de Manaus;
- c) Isenção para mercadoria de procedência estrangeira consumida no interior da Amazônia Ocidental, desde que listada na Portaria Interministerial nº 300\96;

- d) Isenção para mercadoria de procedência nacional ingressada na Zona Franca de Manaus e demais áreas da Amazônia Ocidental;
- e) Isenção aos produtos elaborados com matérias primas agrícolas e extrativas vegetais de produção regional, em todas as localidades da Amazônia Ocidental; e,
- f) Crédito calculado como se devido fosse, sempre que os produtos referidos no item anterior sejam empregados como matérias primas, produtos intermediários ou materiais de embalagem, na industrialização, em qualquer ponto do Território Nacional, de produtos efetivamente sujeitos ao referido imposto.

#### Imposto Sobre Importações – II

- a) Isenção na entrada da mercadoria, inclusive bens de capital de procedência estrangeira, na Zona Franca de Manaus, se destinada ao consumo interno;
- b) Isenção à mercadoria de procedência estrangeira listada na Portaria Ministerial 300, de 20 de dezembro de 1996, destinada a Amazônia Ocidental;
- c) Redução de 88% para matérias – primas, produtos intermediários, materiais secundários e de embalagem de procedência estrangeira empregados na fabricação de produtos industrializados na ZFM, quando dela saírem para qualquer ponto do Território Nacional, desde que o fabricante tenha projeto aprovado pelo Conselho de Administração da Suframa e atenda ao Processo Produtivo Básico – PPB;
- d) Redução na fabricação de bens de informática condicionada à aplicação de um coeficiente de redução proporcional á participação de mão-de-obra e insumos nacionais;
- e) Redução na fabricação de veículos automotivos, acrescido de 5% ao coeficiente de redução referido no item anterior.

#### Imposto sobre Exportação IE

Todos os produtos fabricados no Pólo Industrial de Manaus são isentos de Imposto sobre Exportação.

### Tributos Estaduais

Restituição parcial ou total, variando de 5% a 100%, dependendo do projeto do imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

Para obter os benefícios do Estado do Amazonas, as empresas devem cumprir algumas especificações como, por exemplo:

- a) Promover a geração de novos empregos diretos ou indiretos e realização de investimentos considerados relevantes em ativo fixo; e,
- b) Absorção de novos processos de tecnologia de produto e de processo no Parque Industrial do Estado.

### Tributos Municipais

Isenção do Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana. Taxas de Serviços de Coleta de Lixo, de Limpeza Pública, de Conservação de Vias e Logradouros Públicos e Taxas de Licença para empresas que gerarem um mínimo de quinhentos empregos, de forma direta, no início de sua atividade, mantendo este número durante o gozo do benefício. (Lei Municipal nº 427-1998).

No parque industrial de Manaus, o investidor tem a disposição, terreno a preço simbólico, com infra-estrutura de captação e tratamento de água, sistema viário urbanizado, rede de abastecimento de água, rede de telecomunicações, rede de esgoto sanitário e drenagem pluvial. A área industrial é de 3,9mil hectares, sendo que as empresas instaladas atualmente ocupam menos de 1,7 hectare, estando disponível para receber novos empreendimentos.

O Governo Brasileiro, por meio da SUFRAMA e de outros organismos governamentais, realizam elevados investimentos em infra-estrutura, para que o investidor tenha atendidas todas as condições para instalar seu empreendimento no Pólo Industrial de Manaus.

## **3 METODOLOGIA**

Para Marconi e Lakatos (2003), é na especificação da metodologia que se responde as várias questões do como, Onde, Por que, e como. Pois nela são

abordados os diversificados métodos como o de abordagem dos fenômenos da natureza: indutivo, dedutivo hipotético, aborda os procedimentos como o histórico, comparativo, monográfico ou estudo de caso, estatísticos, entre outros.

Aborda também as técnicas, que são conjuntos de preceitos ou processos dos quais se servem uma ciência. Correspondem, ainda, as práticas de Coleta de Dados, que se dividem em documentação indireta (pesquisa documental e bibliográfica) e documentação direta (observação direta e extensiva).

A delimitação do Universo também é focada no tópico metodológico. Neste é possível descrever a população, que é um conjunto de seres inanimados ou não, mas que apresenta pelo menos uma característica comum.

De acordo com Gil (1999), parte do estudo metodológico, somente ocorre quando a pesquisa não é censitária. Não abrange a totalidade do universo. Adequadamente há de se escolher uma amostra que seja a mais representativa possível, pois os resultados alcançados após as análises da amostra serão atribuídos à população. No que tange a classificação da pesquisa, relata que é comum fazer com base nos seus objetivos gerais. E assim sendo os classifica em três grandes grupos: Exploratória, Descritiva e Explicativa.

A Exploratória tem como objetivo primordial o aprimoramento de idéias, ou descobertas. Envolve levantamento bibliográfico, entrevistas, ou questionários com pessoas que tem experiência com o problema pesquisado, ou que estimulem a compreensão. No entendimento de Gil (1999), a pesquisa exploratória é desenvolvida com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Busca conhecer, com maior profundidade o assunto de modo a torná-lo mais claro ou construir questões para a conclusão da pesquisa.

Esse tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado. Uma caracterização interessante de pesquisa exploratória consiste no aprofundamento de conceitos preliminares sobre determinada temática não contemplada de modo satisfatório anteriormente.

Já Descritiva se fundamenta em descrever as características de determinada população ou fenômeno; como estuda as características de um grupo; levantar opiniões, atitudes e crenças da população, e ainda, visa descobrir a existência de associações entre as variáveis pesquisadas, entre outras.

Enquanto que a Explicativa estão preocupadas com a identificação dos fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência do fenômeno. É o tipo mais complexo e delicado, pois o risco é maior em cometer erros.

Partindo desse pressuposto a pesquisa foi classificada como exploratória descritiva, por buscar, em sua investigação, maiores informações de dados considerados, ainda não explorados: o modelo de desenvolvimento da ZFM, uma estratégia para o desenvolvimento sustentável na região amazônica. Esse tipo de estudo visou proporcionar um maior e melhor conhecimento para o pesquisador acerca do assunto, a fim de que esse possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores.

A pesquisa foi dividida em várias etapas distintas e interdependentes. Inicialmente desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica, com vistas a identificar aspectos relacionados com o tema em questão. Num segundo momento, destacou-se a área de abrangência do estudo ou universo da pesquisa realizaram-se os procedimentos e instrumentos da coleta de dados, bem como o universo pesquisado através de questionários. Na terceira etapa, procederam-se as análises dos resultados

### 3.1 ÁREA DE ABRANGÊNCIA E UNIVERSO DA PESQUISA

Esta pesquisa teve como universo para seu desenvolvimento, as empresas do Pólo Industrial de Manaus do qual foram evidenciadas como amostras e composição dos dados necessários para objetividade desse estudo oito empresas das mais diversificados ramos de atividades.

As empresas envolvidas na pesquisa foram selecionadas pela caracterização estrutural, acessibilidade e por sua diversificação de atividades desempenhadas no pólo fabril, tais como são elencadas:

- 1) Nokia do Brasil Tecnologia - Mantém seu foco na alta tecnologia em telefonia celular;
- 2) Philips do Brasil – Prioriza sua fabricação em lâmpadas e equipamento hospitalares;
- 3) Yamaha da Amazônia – Fabricação de equipamentos eletrônicos. Pianos, guitarra e motos, quase que em sua totalidade para exportação;

- 4) Moto Honda – Fabricação de moto de alta tecnologia japonesa para o mercado nacional;
- 5) Masa da Amazônia – Fabrica componentes plásticos para atender as indústrias do Pólo Industrial;
- 6) Grupo Samsung – Fabricação de eletro-eletrônicos;
- 7) Sony da Amazônia- Fábrica de plásticos, eletrônicos e eletrodomésticos; e,
- 8) CCE da Amazônia- Focaliza sua fabricação em aparelhos de televisores com a nova tecnologia em tela plana.

### 3.2 ELEMENTOS INVESTIGADOS NA PESQUISA

Nesta pesquisa, investigou-se o Modelo Zona Franca de Manaus: uma estratégia para o desenvolvimento sustentável na região, tendo como referência as empresas do Pólo Industrial de Manaus. Esta referência deve-se pelo fator preponderante da sustentabilidade da região ser pautada pelas ações que as empresas praticam para gerar emprego e renda sustentável. Melo Neto, (1999), percebendo a relevância da questão e a necessidade em expandir pesquisa na busca de comprovações sobre achados positivos nos estudos anteriores.

De acordo com Marconi (2006), o termo variável pode ser considerado como “uma classificação ou medida, uma quantidade que varia”. Propriedade ou fator, discernível em um objeto de estudo e passível de mensuração. As variáveis são aspectos, propriedades ou fatores, reais ou potencialmente mensuráveis através dos valores que assumem, e discerníveis em um objeto de estudo.

A definição das variáveis é de suma importância ao se projetar uma pesquisa científica, pois orienta as etapas a serem seguidas e introduz a necessidade de se definir a forma como serão medidas.

Assim, para o objeto do estudo proposto, a presente pesquisa assumiu como variáveis de investigação, em relevância:

- 1) A Suframa, na fase atual, consolida processo para geração de emprego e renda na região;
- 2) A criação da Zona Franca de Manaus justifica-se pela necessidade de ocupar a região;
- 3) As ações desenvolvidas pelas empresas do PIM caracterizam responsabilidade social;

- 4) Entendo que responsabilidade social é a empresa que trabalha respeitando a legislação ambiental;
- 5) O conceito de sustentabilidade está intrinsecamente relacionado com a responsabilidade social empresarial;
- 6) A Feira Internacional do Amazonas promovida pelo Pólo Industrial de Manaus é fonte de investimento para a região; e,
- 7) Uma consciência sustentável por parte das organizações do Pólo Industrial de Manaus pode significar uma vantagem competitiva.

Dessa forma, identificou-se, no referencial teórico pesquisado, variáveis consideradas viáveis ao estudo do que se pretende como objetivo desta pesquisa. De acordo com Vergara (2004), as variáveis de análise são definidas como capazes de rastrear indicadores para objetivos específicos de uma pesquisa.

### 3.3 PRE-TESTE DO INSTRUMENTO PARA A COLETA DE DADOS

Uma preliminar da aplicação da aplicação definitiva do questionário é de extrema importância. As questões elaboradas foram socializadas com um número diversificado de pessoas entre e acadêmicos empresas aleatórias, onde muitos deles pertencem ao quadro pessoal das indústrias instaladas no pólo Industrial de Manaus. O pré-teste teve a finalidade de dirimir quaisquer dúvidas existentes. A clareza, objetividade e a preocupação com a praticidade dos respondentes foram fatores considerados prioritários no momento de sua construção.

### 3.4 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados através de, questionário, gerando categorias de variáveis para análise quali-quantitativas. Utilizou, ainda, de pesquisas bibliográficas, livros, teses e dissertações concernente ao assunto investigado e de campo, somando informações relevantes, onde juntos nortearão a forma sistemática de registro, interpretação e relação dos dados sinceros sem manipulação da realidade, ou experimentação (Marconi e Lakatos 2003).

O questionário obtém respostas precisas e, em razão do anonimato, há maior sinceridade por parte dos respondentes. Várias foram as etapas para que a coleta dos dados fossem efetivamente concluída no total de respondentes planejados.

### 3. 5 INSTRUMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

Segundo Lakatos (1991), questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Gil (1999), o questionário consiste num elenco de questões que são apreciadas e submetidas a certo número de pessoas com o intuito de se obter respostas para a coleta de informações.

A coleta de dados foi o instrumento escolhido por atingir um número abrangente de respondentes aos quais foi apresentado um conjunto de alternativas de respostas para que fosse escolhida a que melhor representasse a situação, visando facilitar a tabulação dos dados e a habilidade no processo de resposta.

O questionário. (apêndice) foi elaborado, com digitação legível, exposto seu propósito (tendo o cuidado de não incluir questões tendenciosas e com solicitação do perfil sócio-demográfico dos investigados relacionando:

- a) Gênero (sexo);
- b) Estado Civil;
- c) Idade;
- d) Escolaridade;
- e) Tempo de empresa;
- f) Vínculo com a empresa; e,
- g) Cargo que ocupa.

A percepção dos respondentes foi quantificada, para permitir o tratamento estatístico dos dados. Integram-se a este questionário cinco variáveis apresentadas e concebendo a estes a alternativa que mais lhe convier acerca de suas opiniões.

- 1) Discordo Totalmente;
- 2) Discordo Parcialmente;
- 3) Nem concordo nem discordo;
- 4) Concordo Parcialmente; e,
- 5) Concordo Totalmente

O questionário é composto por 20 questões do tipo fechadas, simplificando ao respondente como objeto de estudo, e fonte de informação. Composto de quatro grupos:

- a) O primeiro grupo, composto por cinco questões está relacionada com características do modelo Zona Franca de Manaus;
- b) O segundo grupo, composto por cinco questões está relacionado com as empresas do Pólo Industrial de Manaus;
- c) O terceiro grupo, com cinco questões, relaciona-se com o desenvolvimento sustentável da região; e,
- d) O quarto, e último grupo estão relacionados com a responsabilidade social empresarial.

O questionário foi previamente validado mediante método Delphi, tendo sido submetido a um painel de especialistas no sentido de verificar a sua adequação ao foco da nossa pesquisa, conforme abordado em seguida no sub-item 3.3. Após os resultados obtidos foi elaborada a versão final do mesmo. Os itens foram entregues aos respondentes para apreciação e manifestação das suas opiniões individuais, segundo a estrutura seguinte:

## **4 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

### **4.1 ANÁLISES DA POPULAÇÃO PESQUISADA**

A população-alvo da pesquisa foi caracterizada de acordo com as seguintes variáveis de segmentação:

- a) Gênero;
- b) Estado civil;
- c) Idade;
- d) Escolaridade;
- e) Tempo de empresa;
- f) Vínculo com a empresa; e,
- g) Cargo que ocupa.

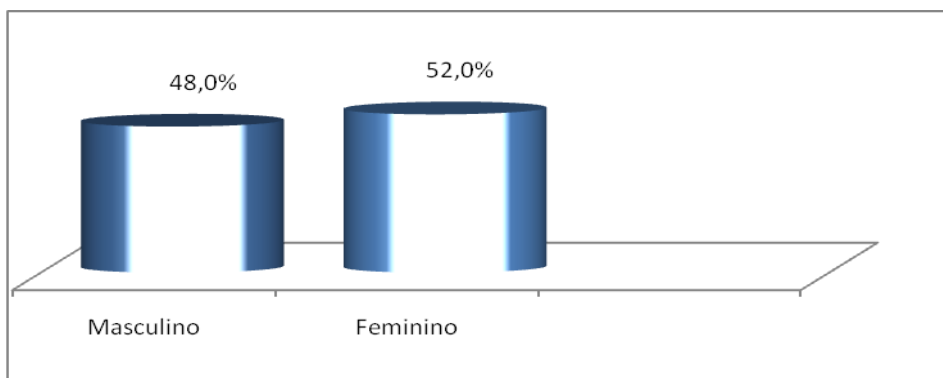
#### 4.1.1 Classificação por Gênero

**Tabela 01**

Gênero	Frequência	Percentual
Masculino	43	48
Feminino	47	52
Total	90	100

**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

A tabela 01 faz demonstração da população pesquisada Por gênero, masculino e feminino. Sendo que o sexo masculino, 48% é menor que a população do gênero do sexo feminino, 52%. Numa dimensão muito diminuta. Demonstra esta pesquisa, que as empresas do Pólo Industrial de Manaus têm uma concentração de colaboradores quase equalizados em questão de gênero (masculino e feminino). Portanto, o a mercado do PIM está bem atualizado, por perceber que sexo não está ligado à produtividade A mulher, hoje está galgando os mesmo patamares que os homens.



**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

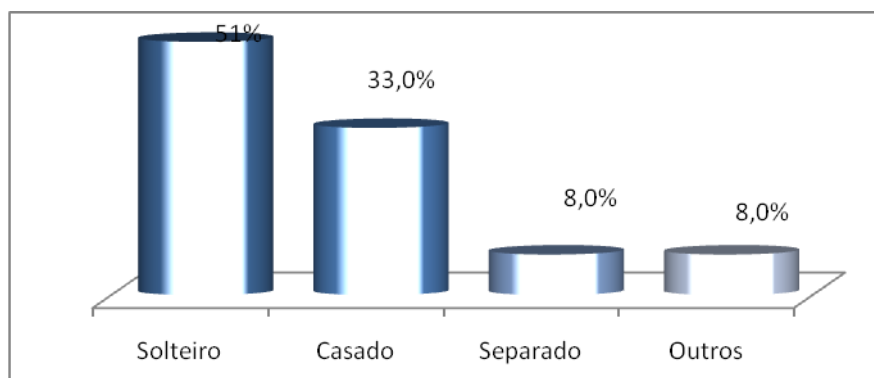
#### 4.1.2 Classificação por Estado Civil

**Tabela 02**

Estado Civil	Frequência	Perceptual
Solteiro	46	51,0
Casado	32	33,8
Separado	8	8
Outros	4	8
Total	90	100

**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

A tabela 02 da pesquisa modelo ZFM classifica o universo pesquisado quanto ao estado civil, conforme discriminação: solteiros, 51% ; casados 35,8%; separado 8% e outros 8 %. Destacando aqui a concentração na classificação de solteiros. Pode-se analisar que as empresas com inovação dão preferência a pessoas que estão disponíveis para alçar vôos bem altos, viajando para as diversas atividades como para qualificação em países desenvolvidos e posteriormente a aplicação e disseminação do conhecimento entre outros colaboradores. Segundo os casados que pode ser analisado como pessoas sérias, determinadas na criação dos filhos, que vestem a camisa da empresa com mais responsabilidade.



**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

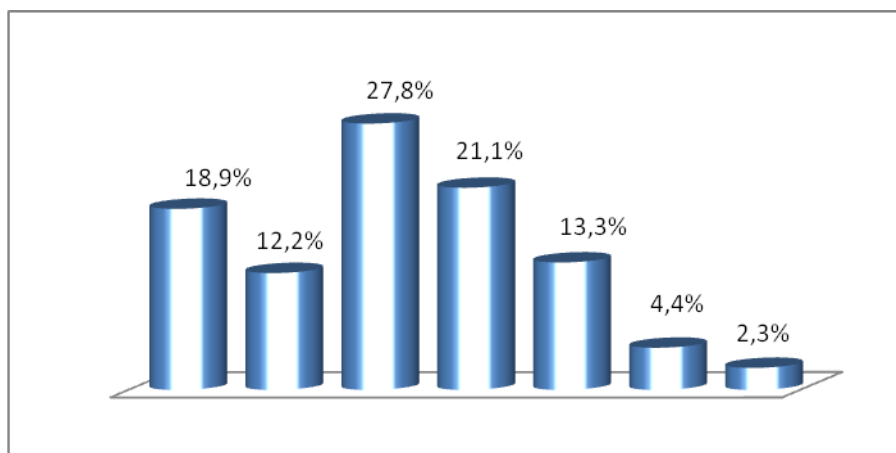
#### 4.1.3 Classificação por Idade

**Tabela 03**

Idade	Frequência	Percentual
Até 21 anos	17	18,9
22 a 25	11	12,2
26 a 30	25	27,8
31 a 35	19	21,1
36 a 40	12	13,3
41 a 45	4	4,4
Acima de 45	2	2,3
Total	90	100

**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

Na tabela 03 a classificação dos respondentes, de acordo com a idade, demonstrou-se que o maior percentual, 27,8% possuem idade entre 26 a 30 anos. Idade considerada de muito vigor, e sonhos para conquistas pessoais, como afirmação de famílias. Os colaboradores com idade acima de 45 anos apresentam um percentual mínimo, 2,3%.



Fonte: Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

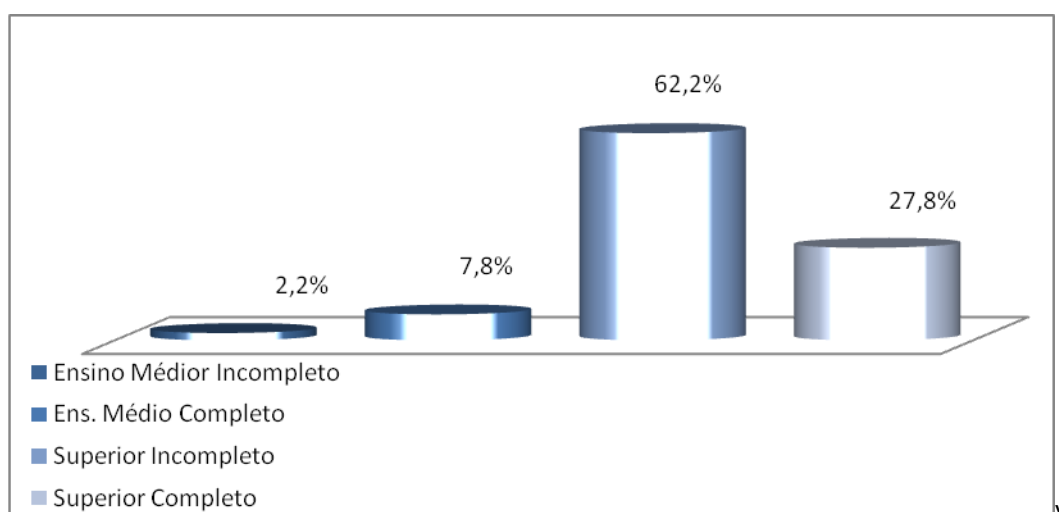
#### 4.1.4 Classificação por Escolaridade

**Tabela 04**

Escolaridade	Frequência	Percentual
Ensino Médio Incompleto	2	2,2
Ens. Médio Completo	7	7,8
Superior Incompleto	56	62,2
Superior Completo	25	27,8
Total	90	100

Fonte: Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

Conforme a tabela 04, apresentada estatisticamente, o universo foi classificado por nível de formação acadêmica. Constata-se nesta análise, a expressiva concentração de colaboradores com o ensino superior incompleto, 62%, logo em seguida com o curso superior completo. Também há um destaque positivo ao ser detectado um percentual baixo para os que ainda possuem o curso médio incompleto. Podemos dizer que, em média as empresas estão incentivando seus colaboradores a investirem em conhecimento.



**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

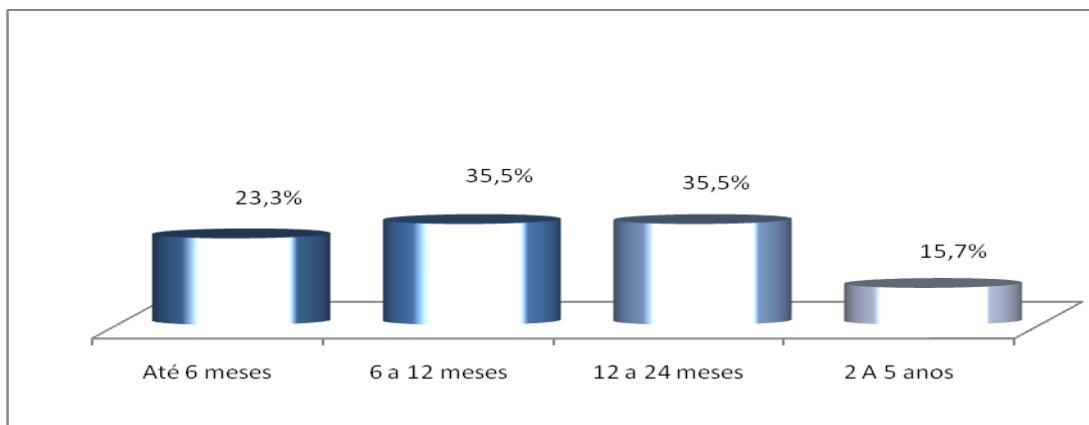
#### 4.1.5 Classificação por tempo de empresa

**Tabela 05**

Tempo de Empresa	Frequência	Percentual
Até 6 meses	12	23,3
6 a 12 meses	13	35,5
12 a 24 meses	14	35,5
2 A 5 anos	51	15,7
Total	90	100

**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

Com relação ao tempo das pessoas (colaboradores) na empresa, verificou-se que 35,5 dos respondentes estão colaborando com suas empresas de 6 a 12 meses e de 12 a 24 meses. Ou seja, a permanência na empresa na maioria dos colaboradores é de 6 meses a 24 meses. A estabilidade e segurança apresentam aqui, de forma moderada.



**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

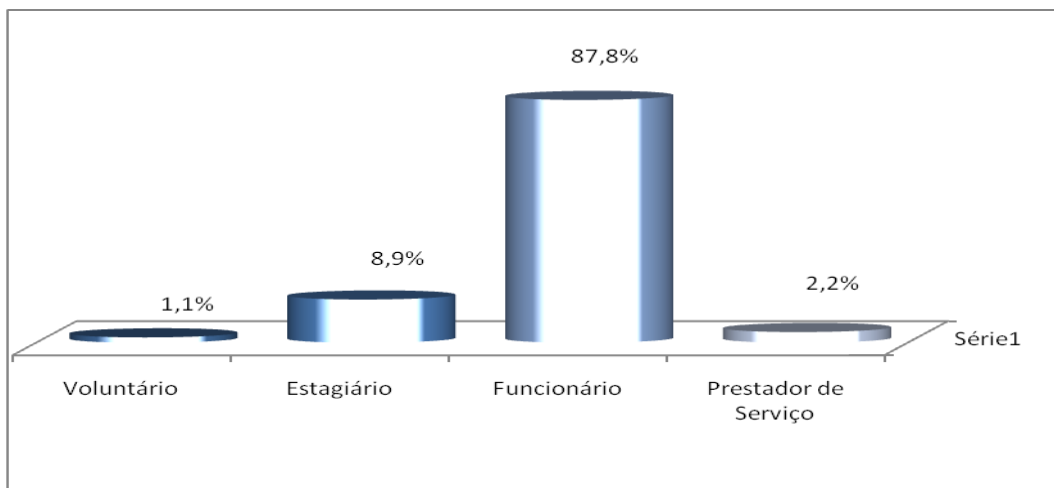
#### 4.1.6 Vínculo com a Instituição

**Tabela 06**

Vínculo / Empresa	Frequência	Percentual
Voluntário	1	1,1
Estagiário	8	8,9
Funcionário	79	87,8
Prestador de Serviço	2	2,2
Total	90	100

**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

Nesta análise com referencia ao vínculo institucional, é notório o grande percentual 87,8% de colaboradores que são efetivamente funcionários das empresas e não prestador de serviço em tempo diminuto, estagiário, da mesma forma ou ainda o voluntariado. Desta maneira, analisa-se uma empresa coesa com seus colaboradores, pretensão de vínculo duradouro com cada colaborador em suas diversificadas áreas.



**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

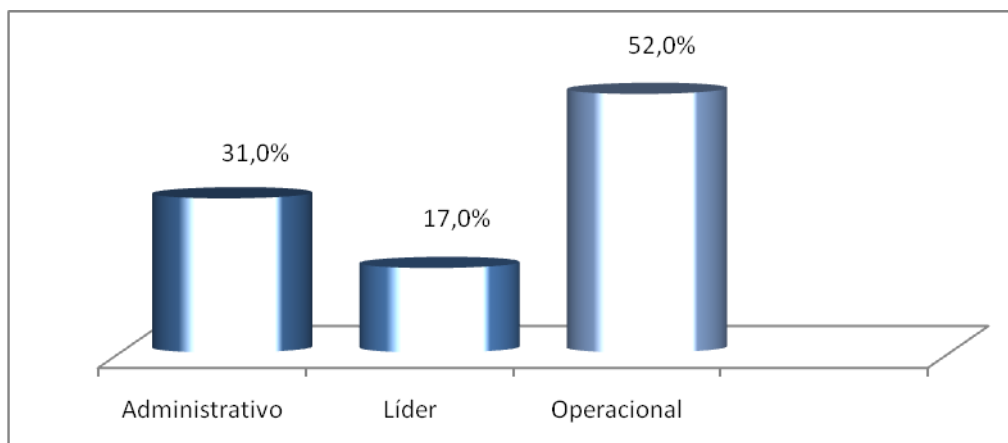
#### 4.1.7 Classificação por Cargo

**Tabela 07**

Cargo	Frequência	Percentual
Administrativo	28	31
Líder	15	17
Operacional	47	52
Total	90	100

**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

Diante da interpretação da tabela, percebe-se que mais de 50% dos colaboradores ocupam o cargo de operacional da empresa. Pode ser justificado tal fato, pelo que as empresas do Pólo Industrial de Manaus, ser voltadas para fabricação, indústrias de componentes variados. O cargo de liderança.



**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

#### 4.1.8 Análise de dados (variável 01)

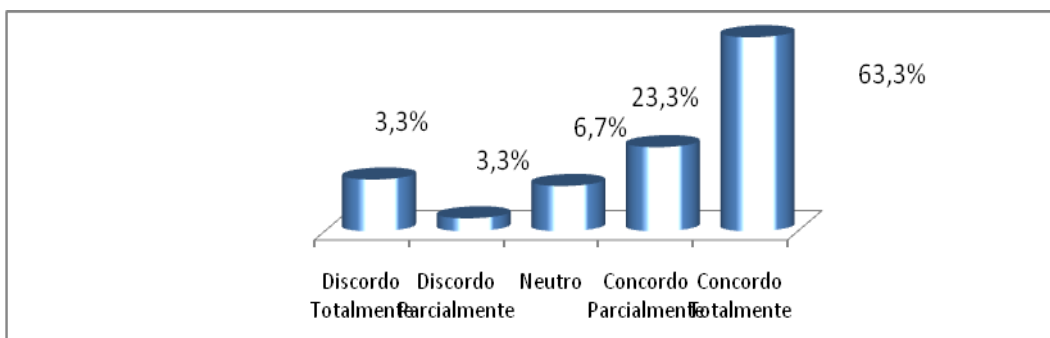
**Tabela 08**

ASUFRAMA na fase atual consolida processo para geração de emprego e renda na região.

Variável 1	Frequência	( %) Acumulado
Discordo Totalmente	3	3,3
Discordo Parcialmente	3	3,3
Neutro	6	6,7
Concordo Parcialmente	21	23,3
Concordo Totalmente	57	63,3
Total	90	100

**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

Mediante a exposição da tabela de número 8, a variável faz menção a SUFRAMA, Superintendência da Zona Franca de Manaus, aqui questionada se esta consolida processo para gerar emprego e renda na região. É importante destacar a importância que os respondentes deram para a questão. Neste quesito, verifica-se um percentual de 63,3% de concordância ao processo pertinente a gerar emprego para a região. Visto que haja um trabalho voltado para esta finalidade, é mister que se tenha relevância.



**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

#### 4.1.9 Análise de dados (variável 02)

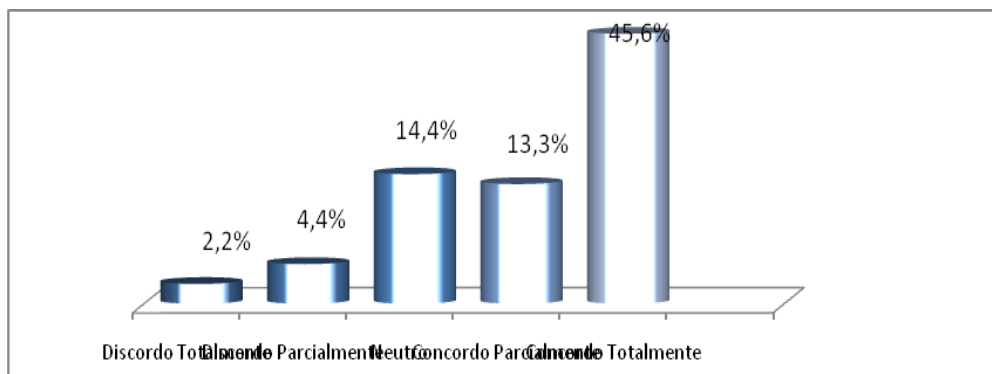
**Tabela 09**

A criação da Zona Franca de Manaus foi justificada pela necessidade de ocupar a região

Variável 2	Frequência	( %) Acumulado
Discordo Totalmente	2	2,2
Discordo Parcialmente	4	4,4
Neutro	13	14,4
Concordo Parcialmente	30	43,3
Concordo Totalmente	41	84,60
Total	90	100

**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

O fator ocupação da Zona Franca de Manaus teve destaque na tabela e variável. Os respondentes deram um percentual de 45,60% para o fato de se justificar a existência da Zona Franca de Manaus com a ocupação da região. Também para muitos pesquisadores, o fato é pertinente uma vez que com uma imensa área, era iminente que se buscassem alternativa de ocupação. Muitas famílias e indústrias foram atraídas para a região pelo fato de ser uma área franca de comercialização.



Fonte: Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

#### 4.1.10 Análise de dados (variável 03)

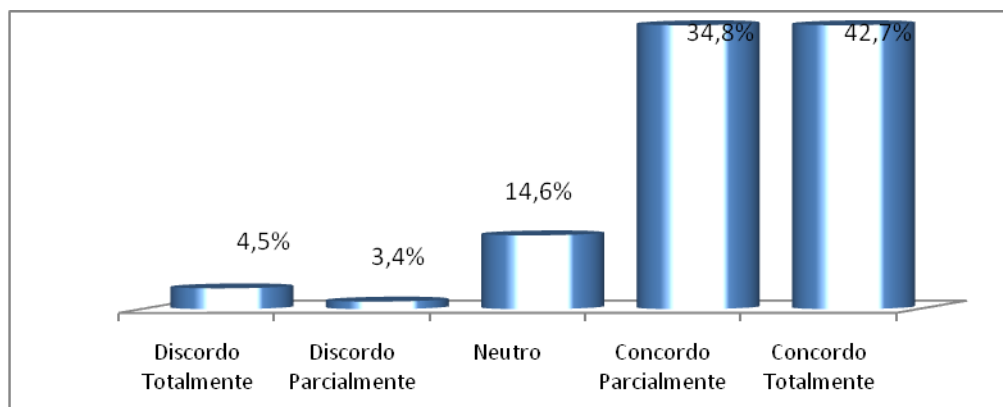
**Tabela 10**

A isenção fiscal de importação para as matérias - primas e produtos destinados a Zona Franca de Manaus viabiliza o crescimento da região

Variável 3	Frequência	( %) Acumulado
Discordo Totalmente	4	4,5
Discordo Parcialmente	3	3,4
Neutro	13	14,6
Concordo Parcialmente	31	34,8
Concordo Totalmente	39	42,7
Total	90	100

Fonte: Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

Considerando o grau de respondentes ao concordar, com um percentual expressivo de 42,7%, totalmente e 34,8%, parcialmente, percebe-se que a isenção fiscal é um fator preponderante de atração para o crescimento, uma vez que, com os impostos de importações reduzidos é possível adquirir uma quantidade maior de produtos e aí tirar proveito lucrativo, viabilizando o crescimento para a região que, na lei de mercado, preço baixa é alto poder de consumo. Se o preço sobe baixa o poder de compra.



**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

#### 4.1.11 Análise de dados (variável 04)

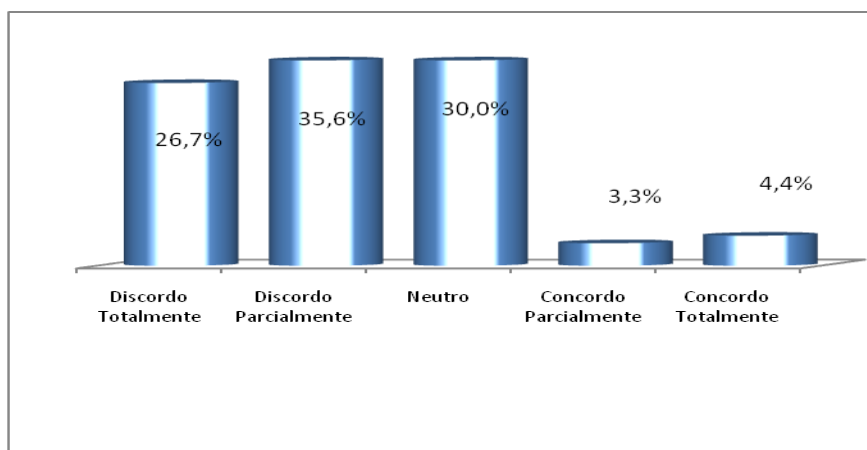
**Tabela 11**

O modelo atual da Zona Franca de Manaus atende as necessidades da região

Variável 04	Frequência	( %) Acumulado
Discordo Totalmente	4	26,7
Discordo Parcialmente	3	35,6
Neutro	27	30,0
Concordo Parcialmente	32	3,3
Concordo Totalmente	24	4,4
Total	90	100

**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

Percebe-se, neste quesito que há quase similaridade dos respondentes para a afirmação negada que a pergunta expõe. Os respondentes foram unânimes, praticamente, em afirmar que o modelo atual da Zona Franca de Manaus não atende as necessidades da região. O fator de neutralidade também chama a atenção, uma vez que os respondentes se abstiveram de sua resposta. É perceptível pelos respondentes que por mais que se processe ou injete recurso ou use argumentos, ainda é insuficiente para atender as necessidades que uma região dessa dimensão requer.



**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

#### 4.1.12 Análise de dados (variável 05)

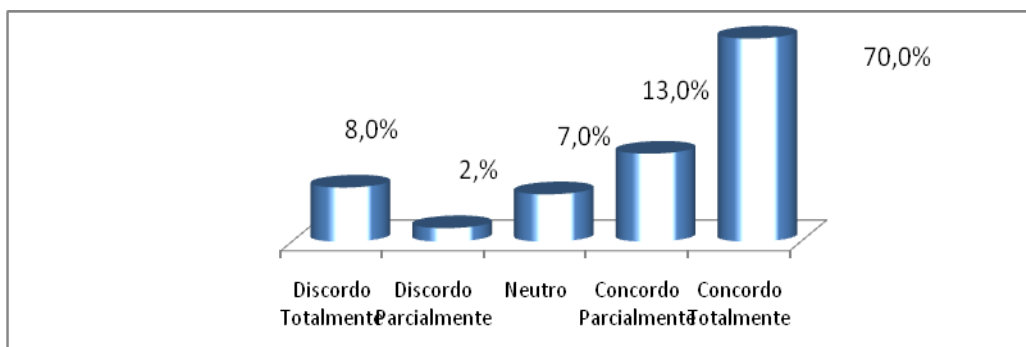
**Tabela 12**

Entendo que a formação do capital intelectual a pesquisa e desenvolvimento P&D, na ZFM se destacam como ações prioritárias para o crescimento da região Amazônica.

Variável 05	Frequência	(%) Acumulado
Discordo Totalmente	7	8
Discordo Parcialmente	2	2
Neutro	6	7
Concordo parcialmente	15	13
Concordo totalmente	60	70
Total	90	100

**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

Observa-se o indicador com um número expressivo de respondente 70%, que entende como imprescindível o capital intelectual na formação para o desenvolvimento da região. Analisando esse exorbitante percentual de respondente, pode-se afirmar que o nível de conscientização e percepção dos colaboradores acompanha os anseios empreendedores das empresas pesquisadas. Quanto maior o nível intelectual de um funcionário numa organização, maior e mais desenvolvida é esta organização.



**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

#### 4.1.13 Análise de dados (variável 06)

**Tabela 13**

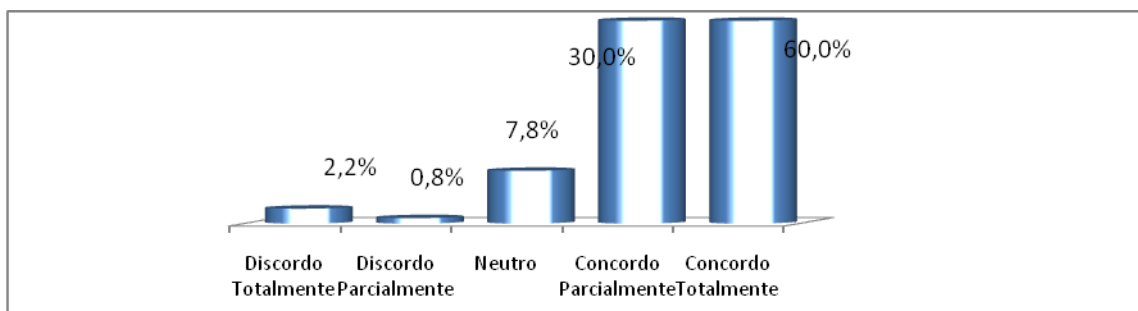
As ações desenvolvidas pelas empresas do PIM caracterizam Responsabilidade Social

Variável 06	Frequência	( %) Acumulado
Discordo Totalmente	2	2,2
Discordo Parcialmente	7	0,8
Neutro	7	7,8
Concordo Parcialmente	20	30,0
Concordo Totalmente	54	60,0
Total	90	100

**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

Com base nas respostas dadas relacionadas com esse item, nota-se um elevado percentual, 60%, parcial em concordância com as ações de responsabilidade social desenvolvidas pelas empresas. Essa responsabilidade é caracterizada pela sustentabilidade que as empresas prestam a população, à comunidade e a região de uma forma geral. A sustentabilidade está intrinsecamente relacionada a manter a empregabilidade de seus funcionários, promoverem ações que atinjam beneficentemente a toda família de seus colaboradores e oferecer a comunidade onde está instalada, cursos diversificados de qualificação, perpetuando sua permanência na região, e os funcionários a si, ligados.

Toda empresa que se desenvolve, estimulando seu quadro pessoal a crescerem, além de provocar benefícios à comunidade, é uma empresa que se caracteriza com a responsabilidade social.



Fonte: Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

#### 4.1.14 Análise de dados (variável 07)

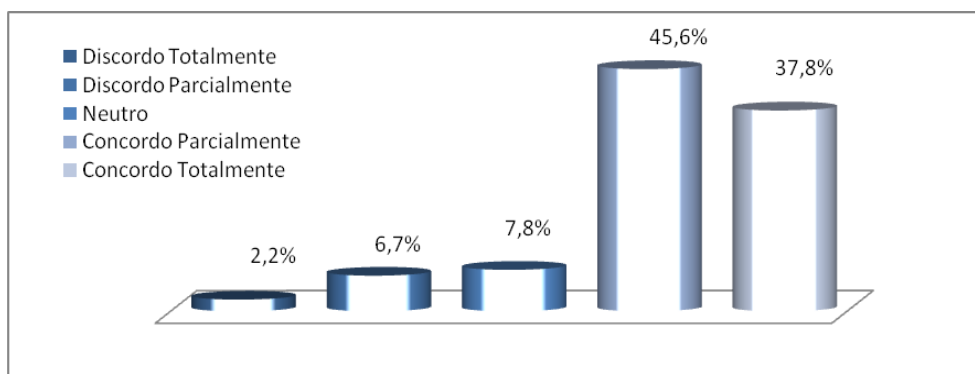
**Tabela 14**

Em termos econômicos para o Amazonas, sustentabilidade significa viver da renda proporcionada pelas empresas do Pólo Industrial de Manaus

Variável 7	Frequência	(%) Acumulado
Discordo Totalmente	2	2,2
Discordo Parcialmente	6	6,7
Neutro	7	7,8
Concordo Parcialmente	41	45,6
Concordo Totalmente	34	37,8
Total	90	100

Fonte: Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

Esta variável causou dúvidas nos respondentes tendo em vista muitos afirmarem que concordam totalmente 37,8%, e para um percentual próximo, mais acima dos 37,8% concordarem parcialmente, 45,6%. Dizer que a vida econômica gira em torno das empresas do PIM, eles vêem como verdadeiro, num percentual bem acentuado, mesmo que parcialmente. A concordância passa a ser fortemente quando olhamos para o percentual de 2,2% discordando totalmente desta afirmativa.



Fonte: Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

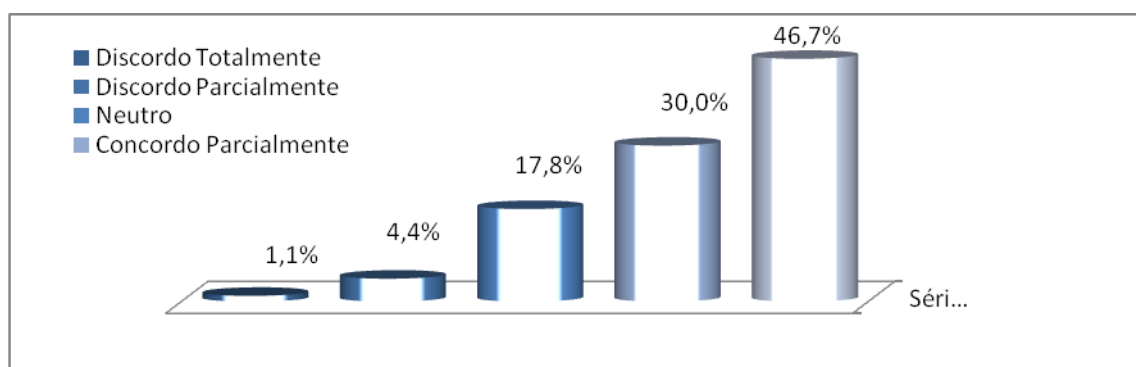
#### 4.1.15 Análise de dados (variável 08)

**Tabela 15**

A Feira Internacional do Amazonas promovida pelo PIM é fonte de investimento para a região		
Variável 08	Frequência	( %) Acumulado
Discordo Totalmente	1	1,1
Discordo Parcialmente	4	4,4
Neutro	16	17,8
Concordo Parcialmente	42	30,0
Concordo Totalmente	27	46,7
Total	90	100

**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

Com relação a tabela número 08, concordo totalmente e parcialmente, chama a atenção para ao fato do discordar totalmente. Para os respondentes a Feira Internacional do Amazonas é a maior fonte de investimento e negociação para a região. Os investidores do mundo inteiro estão presentes na cidade de Manaus. A economia do Estado dá uma posição de aclave no indicador. É nesta feira que as empresas do PIM mostram ao mundo o que têm de melhor para a exportação nacional e internacionalmente.



**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

#### 4.1.16 Análise de dados (variável 09)

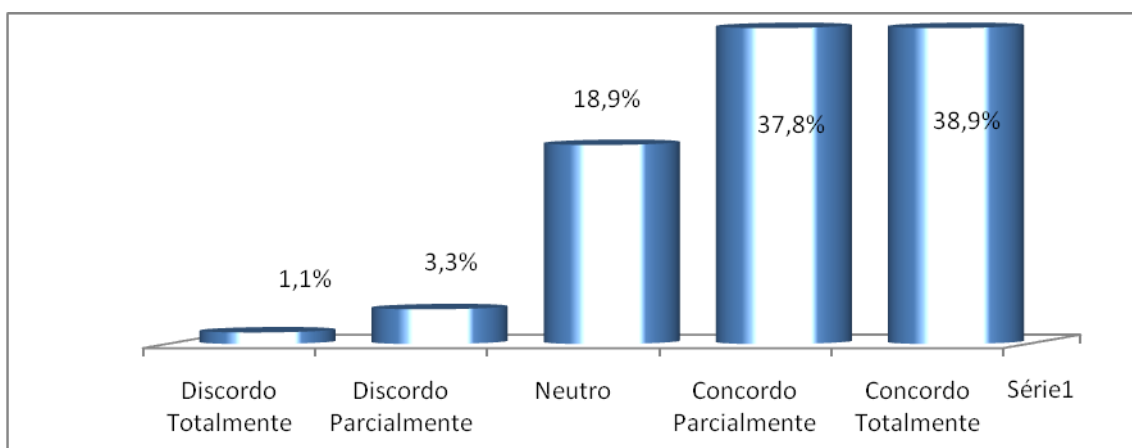
**Tabela 16**

Uma consciência sustentável por parte das organizações no Pólo Industrial de Manaus pode significar uma vantagem competitiva		
Variável 09	Frequência	( %) Acumulado
Discordo Totalmente	1	1,1
Discordo Parcialmente	3	3,3

Neutro	17	18,9
Concordo Parcialmente	34	37,8
Concordo Totalmente	35	38,9
Total	90	100

**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

Com relação à leitura da tabela 09: consciência sustentável é forte fator de competitividade percebe-se que há uma forte concentração de respondentes no concordo. Com isso, analisa-se que o colaborador tem essa consciência de que se ele e sua empresa trabalharem de for sustentável, ou seja, agindo de acordo com as leis de preservação, de criação de manutenção de responsabilidade social, entre outras atribuições exigidas ou não por leis, esta empresa está a frente se comparada a outras que não aderem a tais preceitos. A competitividade é saudável e faz muito bem a todo o conjunto de funcionários, fornecedores, consumidores etc.



**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

#### 4.1.17 Análise de dados (variável 10)

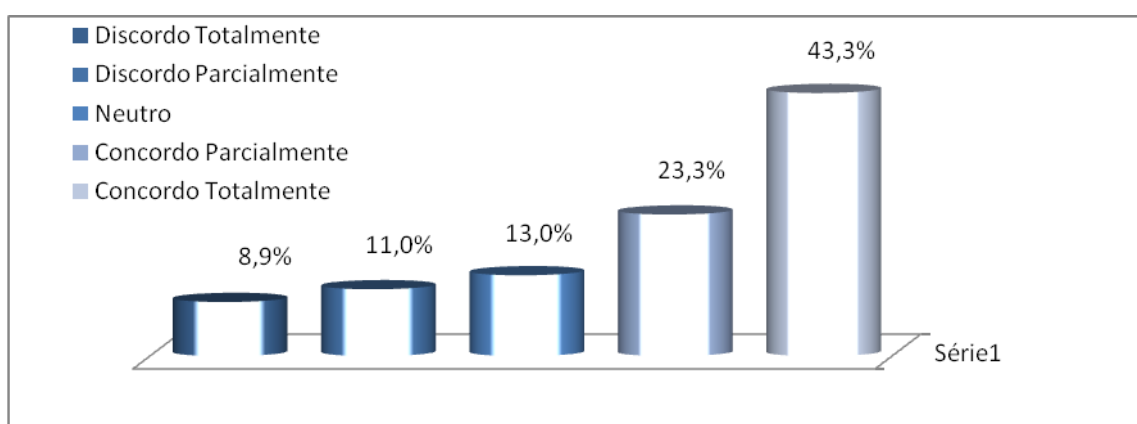
**Tabela 17**

O PIM representa uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a região Amazônica.

Variável 10	Frequência	(%) Acumulado
Discordo Totalmente	17	8,9
Discordo Parcialmente	10	11
Neutro	21	13,3
Concordo Parcialmente	30	23,3
Concordo Totalmente	12	43,3
Total	90	100

**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

De acordo com os respondentes, na tabela de número 17, e variável 10, há uma concordância acentuada quando perguntado se as empresas do Pólo Industrial de Manaus são representações estratégicas para o desenvolvimento sustentável da região. Na visão destes, são as empresas que criam mecanismos de desenvolvimento e permissão destas na localização e posição de mantenedoras de uma região tão vasta, que precisa ser ocupada e desenvolvida. São as empresas do PIM que sustentam milhares de famílias, que atraídas pelo sistema Zona Franca, rumaram com seus familiares para esta vasta e rica região. Além de ocupá-la, ajudam no processo de desenvolvimento.



Fonte: Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

#### 4.1.18 Análise de dados (variável 11)

**Tabela 18**

A empresa sustentável está diretamente ligada à competitividade mercado.

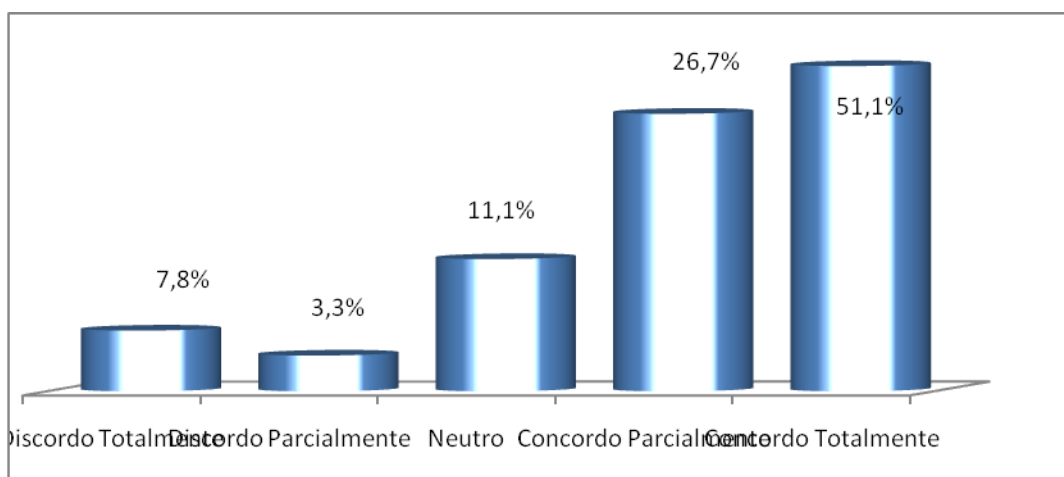
Variável 11	Frequência	( %) Acumulado
Discordo Totalmente	3	7,8
Discordo Parcialmente	7	3,3
Neutro	10	11,1
Concordo Parcialmente	24	26,7
Concordo Totalmente	46	51,1
Total	90	100

Fonte: Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

Pela concentração dos respondentes neste quesito, concordo totalmente 51.1%, a análise mostra que a empresa que provê sustentabilidade na região, seja

no fator industrial, agropecuário, ou qualquer outro fator está intrinsecamente e diretamente ligada ao fator competitivo no mercado que se apresenta.

É pertinente afirmar que o mercado se adéqua as condições de exigência de seu consumidor. Se o consumidor final “ditar as regras do jogo” no consumo de produtos, esses produtos sairão das indústrias de acordo com o que prevê o consumidor.



Fonte: Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

#### 4.1.19 Análise de dados (variável 12)

**Tabela 19**

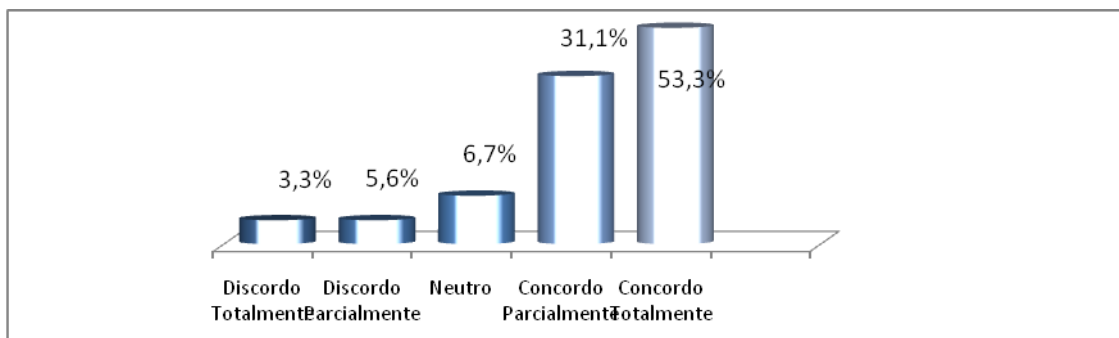
O conceito de sustentabilidade está intrinsecamente relacionado com a responsabilidade social das organizações.

Variável 12	Frequência	( %) Acumulado
Discordo Totalmente	3	3,3
Discordo Parcialmente	6	6,7
Neutro	5	5,6
Concordo Parcialmente	28	31,1
Concordo Totalmente	48	53,3
Total	90	100

Fonte: Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

A análise demonstra um acentuado sim para a pergunta do questionário, variável 12, tabela 19, no relacionamento sustentabilidade e responsabilidade social. O percentual de 53,3% faz uma nítida e notória menção de que a empresa que trabalha responsabilidade social respeita além dela própria, a comunidade, seus concorrentes e toda uma cadeia de abastecimento, consumidores. É uma empresa cidadã, em dias com suas obrigações. É uma empresa que se preocupa com o

social, o bem estar de uma comunidade ou mesmo da comunidade que lhe ladeia. Ser responsável significa fazer o bem e beneficiar alguém. De modo geral, o cidadão que está prestigiando sua instalação e sua produção. A empresa responsável é ainda aquela que não vê o concorrente de forma que não seja para fazer melhorar o produto de sua empresa.



**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

#### 4.1.20 Análise de dados (variável 13)

**Tabela 20**

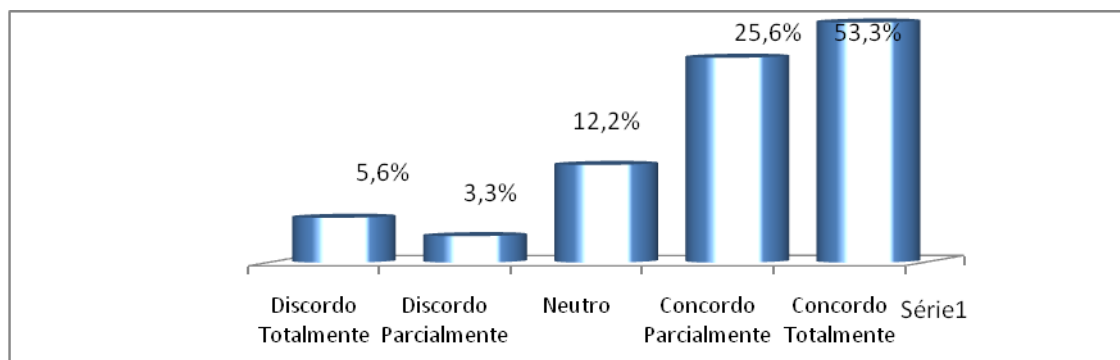
Supõe-se que a empresa sustentavelmente responsável tem uma boa imagem junto à população.

Variável 13	Frequência	( %) Acumulado
Discordo Totalmente	5	5,6
Discordo Parcialmente	3	3,3
Neutro	11	12,2
Concordo Parcialmente	23	25,6
Concordo Totalmente	48	53,3
Total	90	100

**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

De acordo com os respondentes, na pesquisa modelo Zona Franca de Manaus, variável 13, da tabela número 20, para fins de análise é válido perceber um a um percentual de respondentes, 53,30, dando total importância a imagem e as estratégias organizacionais. As estratégias das empresas, de uma forma geral é definir os objetivos organizacionais e os meios para atingi-los. Para qualquer empresa alcançar as metas traçadas vai depender da equipe que está executando, pois as próprias empresas criam regras, procedimentos, políticas, descrição de tarefas ou outros tipos de regulamentação, além de possuírem estruturas de autoridade que definem quem se reporta a quem, quem toma as decisões, quais as

decisões a serem seguidas. Isto tudo reflete na imagem que a sociedade está vendo aquela empresa.



Fonte: Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

#### 4.1.21 Análise de dados (variável 14)

**Tabela 21**

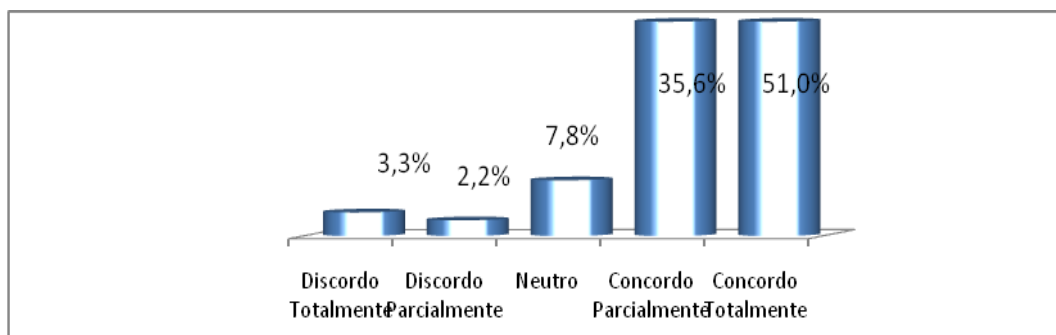
A população ganha quando as empresas instaladas na comunidade investem em responsabilidade social de sustentação.

Variável 14	Frequência	(%) Acumulado
Discordo Totalmente	3	3,3
Discordo Parcialmente	2	2,2
Neutro	7	7,8
Concordo Parcialmente	32	35,6
Concordo Totalmente	46	51
Total	90	100

Fonte: Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

Para os pesquisados nesta investigação sobre o modelo Zona Franca de Manaus, a análise apresenta resultado de 51% para concordá-lo totalmente e o concordar parcialmente um percentual de 35,6%. Chama-se atenção para a concentração desta aprovação, visto que o foco da empresa é gerar lucro através do servir. Se o serviço ou produto não surtir o efeito esperado através do bom atendimento adicionado ao produto ou serviço, a população não dará o feedback que a própria empresa espera.

Em contrapartida quando tudo sai a contento de satisfação a empresa ganha. Ganha também a população por diversas formas, seja no suprimento de suas necessidades com o determinado produto ou serviço ou, ainda pela satisfação de ter a empresa trabalhando e se responsabilizando, muitas das vezes, com a carência social da população.



**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

#### 4.1.22 Análise de dados (variável 15)

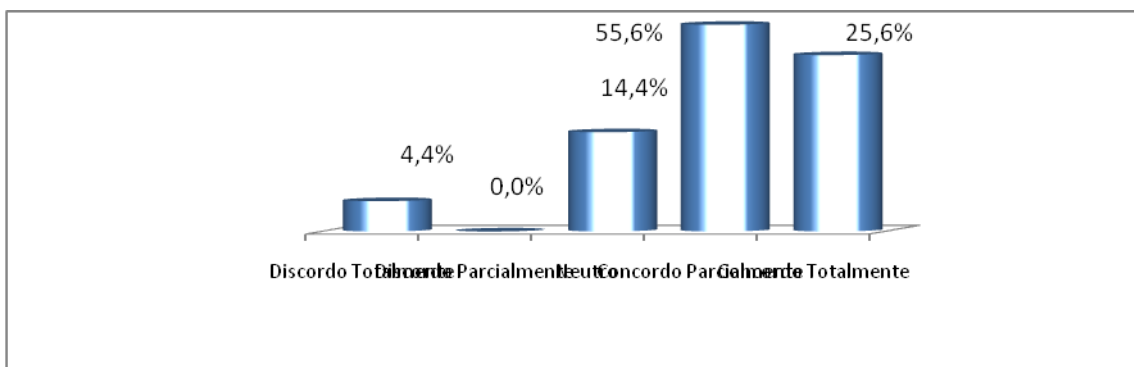
**Tabela 22**

Podemos dizer que as empresas na cidade de Manaus contribuem para a sustentabilidade da região

Variável 15	Frequência	( %) Acumulado
Discordo Totalmente	4	4,4
Discordo Parcialmente	0	0
Neutro	13	14,4
Concordo Parcialmente	50	55,6
Concordo Totalmente	23	25,6
Total	90	100

**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

Segundo o resultado da pesquisa modelo Zona Franca de Manaus, os respondentes aprovaram parcialmente a idéia de que as empresas contribuem para a sustentabilidade da região. Essa afirmativa é dada através do percentual de 55,6%, enquanto que a aprovação de concordância de que a empresa contribui para a sustentabilidade da região onde este está inserida é de apenas 25,6. Com este resultado da análise, os respondentes não estão visualizando uma contribuição por parte das empresas, de um modo geral, dentro na cidade de Manaus, da sustentabilidade da região.



Fonte: Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

#### 4.1.23 Análise de dados (variável 16)

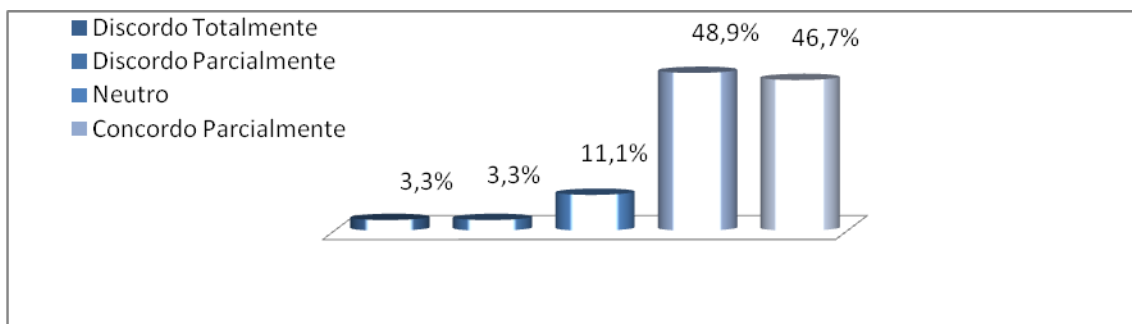
**Tabela 23**

A sua empresa desenvolve ações com responsabilidade social		
Variável 16	Frequência	( %) Acumulado
Discordo Totalmente	3	3,3
Discordo Parcialmente	3	3,3
Neutro	10	11,1
Concordo Parcialmente	44	48,9
Concordo Totalmente	30	33,3
Total	90	100

Fonte: Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

De acordo com a pergunta variável 16 na pesquisa modelo Zona Franca de Manaus, os respondentes chegaram a 48,9% de acordo parcialmente sobre a responsabilidade social e 33,3% para o acordo favorável totalmente.

A responsabilidade social ao ver dos pesquisados não estão trabalhando a contento da satisfação, por parte desses, a responsabilidade social. Sabe-se que este fator de responsabilidade é um fato novo e que vem, gradativamente sendo aderido por muitas empresas, como a exemplo dos respondentes no concordar totalmente, o índice de 33,3 % é bastante considerável e pertinente na atual conjuntura.



**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

#### 4.1.24 Análise de dados (variável 17)

**Tabela 24**

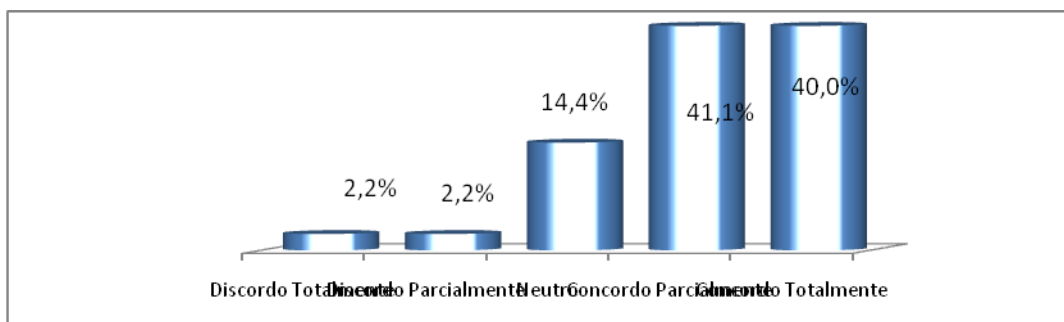
É percebida por todos os colaboradores as ações organizacionais voltadas para a responsabilidade social empresarial

Variável 17	Frequência	(%) Acumulado
Discordo Totalmente	2	2,2
Discordo Parcialmente	2	2,2
Neutro	13	14,4
Concordo Parcialmente	28	41,1
Concordo Totalmente	45	40,0
Total	90	100

**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

Diante do fator responsabilidade social empresarial nesta pesquisa, os respondentes atribuíram o considerável percentual de aprovação total e parcial, ou seja, 40,0% e 41,1%, respectivamente. Ou seja, a percepção dos colaboradores em relação às ações de responsabilidade social por parte das empresas é positiva.

Na visão dos respondentes refletem que há trabalho de responsabilidade social desenvolvidas pelas empresas. Com relação ao discordo, percebe-se que um percentual não preocupante não consegue perceber o trabalho social empresarial sendo feito. Somente 2,2% discordam que a empresa volta-se para trabalhos sociais responsáveis.



**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

#### 4.1.25 Análise de dados (variável 18)

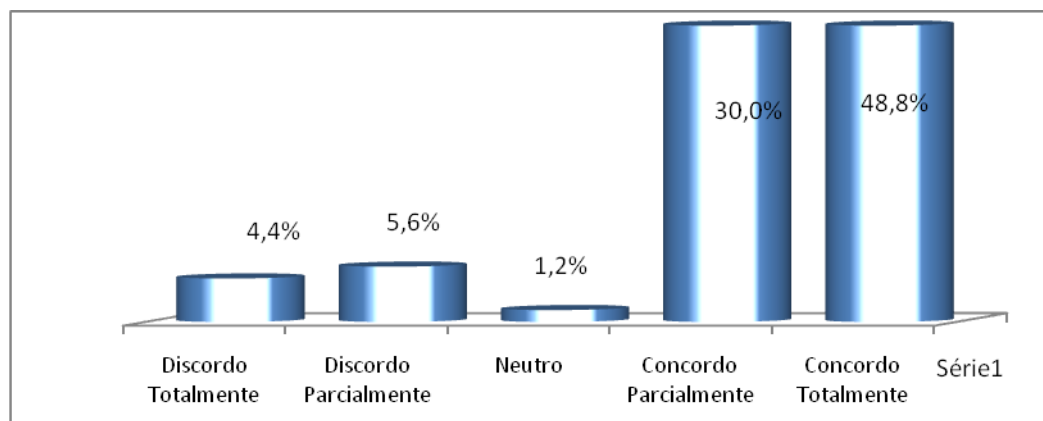
**Tabela 25**

A imagem de sua empresa junto à comunidade é identificada como uma empresa com as práticas da responsabilidades sociais

Variável 18	Frequência	( %) Acumulado
Discordo Totalmente	4	4,4
Discordo Parcialmente	5	5,6
Neutro	11	1,2
Concordo Parcialmente	27	30,0
Concordo Totalmente	43	48,8
Total	90	100

**Fonte:** Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

Dados revelam que um percentual de 48,8% dos pesquisados percebem a imagem das empresas junto a comunidade como aquelas que praticam ações de responsabilidade social. Ao fator concordo parcialmente também é dado crédito por parte dos respondentes, uma vez que há uma concentração de 30,0% que visualizam, mesmo que não de uma forma total as práticas serem desenvolvidas junto à comunidade



Fonte: Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

#### 4.1.26 Análise de dados (variável 19)

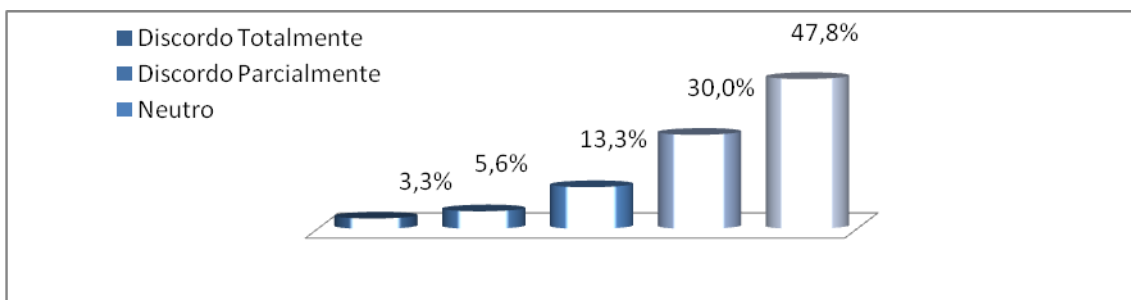
**Tabela 26**

Entendo que responsabilidade sustentável é empresa que trabalha respeitando a Legislação Ambiental.		
Variável 19	Frequência	( %) Acumulado
Discordo Totalmente	3	3,3
Discordo Parcialmente	5	5,6
Neutro	12	13,3
Concordo Parcialmente	36	30,0
Concordo Totalmente	34	47,8
Total	90	100

Fonte: Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

Para fins de análise na investigação científica do modelo Zona Franca de Manaus, descreve-se na tabela 26, variável 19 que os pesquisados em percentuais de 47,8% entendem que uma empresa responsavelmente sustentável é aquela que desenvolve suas atividades comerciais ou industriais dentro da legislação ambiental, ou seja, cumpre, rigorosamente as regras traçadas no que tange a sustentabilidade do ambiente, seja no quesito água, terra, rios, lagos etc.

O percentual de 3,3 %, aparentemente insignificante, para esta variável passa a ser de muita importância. A empresa que não segue as normas ambientalistas, incorre na possibilidade de causar danos à natureza.



Fonte: Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

#### 4.1.27 Análise de dados (variável 20)

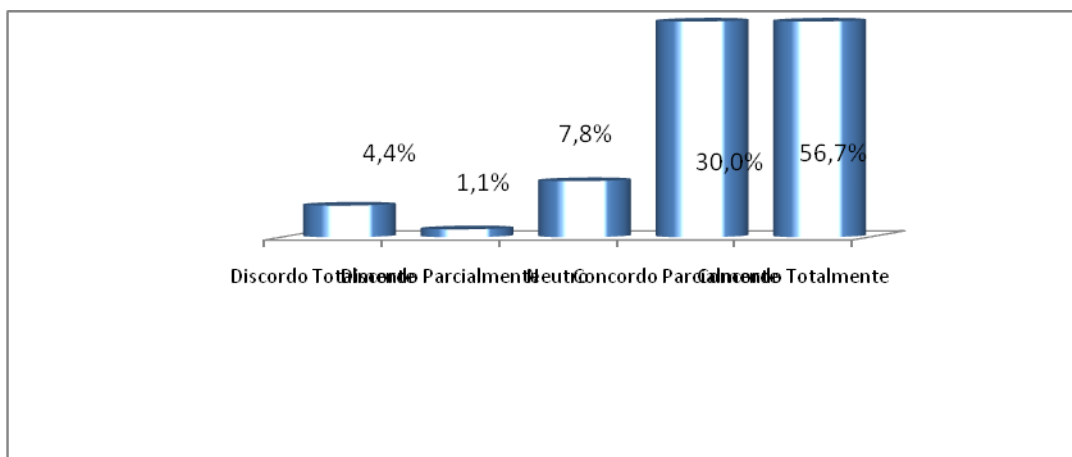
**Tabela 27**

É possível harmonizar o alto grau de avanço tecnológico e o respeito ao meio ambiente no Estado do Amazonas.		
Variável 20	Frequência	( %) Acumulado
Discordo Totalmente	4	4,4
Discordo Parcialmente	1	1,1
Neutro	7	7,8
Concordo Parcialmente	27	30,0
Concordo Totalmente	51	56,7
Total	90	100

Fonte: Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

Com relação a variável 20, na tabela 27 da pesquisa modelo de desenvolvimento Zona Franca de Manaus, o percentual considerado de 56,7 % para o quesito trabalhado, é significativamente para demonstrar que é possível harmonizar o alto grau de crescimento organizacional mediante o avanço tecnológico, conservando e respeitando o meio onde, seja no Estado do Amazonas, com densas florestas , ou em qualquer outra parte do planeta.

Em contrapartida, o percentual de 4,4% é considerado elevado em se tratando de desenvolver uma tecnologia para os tempos atuais. É necessário que haja avanço no meio tecnológico da mesma forma que é imprescindível o respeito ao meio ambiente.



Fonte: Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

### 4.3 ANÁLISES ESTATÍSTICAS

De acordo com Martins (2002), o coeficiente de Pearson é o método pelo qual se avalia os dados, para comprovar se uma variável é explicada pela outra. Em estatística descritiva, o coeficiente de correlação de Pearson também é chamado coeficiente de correlação produto-momento, ou simplesmente de “p de Pearson” e mede o grau de correlação e a direção dessa relação. Se positiva ou negativa entre variável ( $p = +1$  e  $p = -1$ ).

Dando significado de ( $p = +1$ ), correlação perfeita entre duas variáveis. ( $p = -1$ ) significa uma correlação negativa perfeita entre duas variáveis e  $p = 0$ , deve ser investigado por outros meios. Interpretação de  $p$ : 0.70 para mais ou para menos indica forte correlação; 0.30 a 0.7, positiva ou negativa, indica correlação moderada; 0 a 0,30, fraca correlação.

A busca de associação entre variáveis é freqüentemente, um dos propósitos das pesquisas empíricas. A possível existência de relação entre variáveis orienta análises, conclusões e evidenciação de achados da investigação. Martins (2002, p.287)

	Ass_1	Ass_2	Ass_3	Ass_4	Ass_5	Ass_6	Ass_7	Ass_8	Ass_9	Ass_10	Ass_11	Ass_12	Ass_13	Ass_14	Ass_15	Ass_16	Ass_17	Ass_18	Ass_19	Ass_20	
Ass_1	1	0.63	0.53	0.35	0.12	0.35	0.18	0.27	0.45	0.34	0.13	0.45	0.36	0.35	0.43	0.37	0.28	0.40	0.29	0.38	Ass_1
Ass_2		1	0.39	0.30	0.12	0.29	0.15	0.33	0.46	0.30	0.25	0.34	0.32	0.36	0.39	0.29	0.48	0.41	0.39	0.21	Ass_2
Ass_3			1	0.58	0.39	0.38	0.40	0.42	0.28	0.23	0.26	0.37	0.28	0.46	0.49	0.54	0.44	0.39	0.18	0.13	Ass_3
Ass_4				1	0.24	0.21	0.37	0.31	0.31	0.28	0.18	0.31	0.14	0.34	0.55	0.45	0.29	0.33	0.22	0.10	Ass_4
Ass_5					1	0.30	0.43	0.54	0.12	0.11	0.53	0.21	0.41	0.55	0.31	0.30	0.42	0.32	0.13	0.17	Ass_5
Ass_6						1	0.51	0.30	0.47	0.25	0.32	0.34	0.44	0.56	0.23	0.34	0.30	0.33	0.18	0.29	Ass_6
Ass_7							1	0.54	0.37	0.23	0.48	0.34	0.60	0.48	0.37	0.49	0.42	0.46	0.28	0.28	Ass_7
Ass_8								1	0.37	0.26	0.39	0.20	0.56	0.36	0.33	0.36	0.48	0.35	0.33	0.25	Ass_8
Ass_9									1	0.41	0.35	0.38	0.47	0.42	0.25	0.23	0.37	0.49	0.47	0.53	Ass_9
Ass_10										1	0.36	0.40	0.37	0.33	0.47	0.36	0.20	0.37	0.32	0.26	Ass_10
Ass_11											1	0.42	0.57	0.47	0.44	0.38	0.48	0.52	0.37	0.31	Ass_11
Ass_12												1	0.37	0.63	0.55	0.54	0.54	0.66	0.44	0.43	Ass_12
Ass_13													1	0.50	0.36	0.53	0.46	0.49	0.43	0.45	Ass_13
Ass_14														1	0.47	0.54	0.65	0.64	0.35	0.38	Ass_14
Ass_15															1	0.57	0.50	0.52	0.37	0.27	Ass_15
Ass_16																1	0.49	0.43	0.37	0.27	Ass_16
Ass_17																	1	0.66	0.49	0.44	Ass_17
Ass_18																		1	0.70	0.52	Ass_18
Ass_19																			1	0.54	Ass_19
Ass_20																				1	Ass_20
	Ass_1	Ass_2	Ass_3	Ass_4	Ass_5	Ass_6	Ass_7	Ass_8	Ass_9	Ass_10	Ass_11	Ass_12	Ass_13	Ass_14	Ass_15	Ass_16	Ass_17	Ass_18	Ass_19	Ass_20	

Fonte: Dados da pesquisa: modelo ZFM (2013-14).

#### 4.3.1 Correlação (variáveis 6 e 11)

Percebe-se através da análise desta investigação, a existência de correlação Moderada Positiva entre as variáveis demonstradas, 6 e 11, do estudo. Neste achado a análise mostra que as ações desenvolvidas pelas empresas do Pólo Industrial de Manaus caracterizam, além de responsabilidade social, de forma sustentável, garantem competitividade de mercado. Inserem-se na posição 0.32 de valores correlacionais, no coeficiente Pearson. Portanto uma correlação positiva.

#### 4.3.2 Correlação (variáveis 1 e 18)

Em análise nas duas variáveis de observação, nota-se um grau de positividade quando ambas alcançam a posição de 0,40 de valores correlacionais. Ou seja, A SUFRAMA, na fase atual se caracteriza junto à sociedade como uma entidade que trabalha em benefício de gerar emprego e renda para a região. (+1)

#### 4.3.3 Correlação (variáveis 4 e 10)

A análise desta investigação realizada entre as variáveis 4 e 10 reflete um ponto de (-1) Pois, embora a variável 10 indique o Pólo Industrial de Manaus represente uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a região Amazônica, a variável 4 contesta a posição de que este modelo atual de

desenvolvimento, atenda as necessidades da região. 0,28 é a classificação do ponto entre as duas variáveis, refletindo uma fraca correlação.

#### 4.3.4 Correlação (variáveis 5 e 8)

Ao analisar essas variáveis percebe-se, o pesquisador, que chegam a um surpreendente resultado na tabela, atingindo o indexador 0,54. Da tabela. Com isso é satisfatório dizer que a formação do capital intelectual a pesquisa de desenvolvimento se destaca pela prioridade que se dá ao crescimento da região mediante estratégias que atraem investidores e aquece o mercado, tanto nacional, como internacionalmente.

## CONCLUSÃO

Para a conclusão desta pesquisa, percorreram-se as análises das variáveis onde se pode afirmar que o pesquisado é parte integrante do ponto de continuação das investigações. Elas certamente seguirão trazendo novos achados. Para muitos, hoje, o modelo atual de com propositura de desenvolver a região nos seus longínquos cantos, não está atendendo os anseios de uma comunidade robusta e complexa que se emaranha na selva espargindo esperança a todos os povos.

Entendendo que a Superintendência da Zona Franca de Manaus é uma autarquia que consolida projetos para geração de emprego e renda, os respondentes acreditam ser este órgão fomentador de recursos para empregabilidade da população que vê na Zona Franca de Manaus a certeza de criarem filhos e netos mediante oportunidades presentes e futuras de avanço em tecnologias e da perpetuidade I modelo de desenvolvimento, sempre em ascensão, para espaça região, do norte do Brasil.

A questão três do orquestrado número de vinte questões, destaca a isenção fiscal de importação para a matéria prima e os produtos destinados a ZFM, que viabilizarão o crescimento da região. É percebida nos respondentes a certeza que esta é uma realidade, da mesma forma em que em outra questão, ficam notório suas afirmativas quando se trata em dizer que nos termos econômicos para o Amazonas, sustentabilidade significa viver da renda proporcionada pelas empresas do Pólo Industrial de Manaus.

Complementada pela questão de número doze, no que concerne o conceito de sustentabilidade, para muitos, esta é proveniente da responsabilidade social que as empresas vêm mantendo e sustentando sua importância para que a população tenha plena convicção que são as empresas que garantem a empregabilidade e por outro lado, estes sustentam as numerosas famílias. Outra, dada ênfase pelos respondentes foi que a criação da ZFM deve-se ao fato de tornar a região habitada, entendendo que a habitação é vida e qualidade de viver.

A população pesquisada tem em sua maioria mulheres, e no quesito escolaridade, mesmo algumas empresas terem em seu quadro funcional. Mestres e Doutores, a grande maioria encontra-se no patamar de nível superior incompleto.

Ainda que se percebam algumas correlações de classificação fracas entre as variáveis, conviria descrever que há uma tendência de acreditar que o modelo atual da

Zona Franca de Manaus vem desenvolvendo estratégias que vão garantindo a população o sustento na região.

## **1) SUGESTÕES PARA AS PRÓXIMAS PESQUISAS**

O modelo zona franca de Manaus vem atravessando fases de desenvolvimento e o que se percebe é que a cada mudança de uma para outra há um avanço considerável em tecnologias e inovações. Esta pesquisa está sendo finalizada com apenas uma vírgula. Deve-se sempre estar buscando novas alternativas de vida, explorando novos recursos absorvendo novos conhecimentos e conhecendo novas gerações que chegam trazendo novidade e fazendo as coisas acontecerem. A visão do pesquisador de hoje pode não ser o mesmo de amanhã, igualmente para o universo pesquisado. Novos achados, certamente serão encontrados sempre que alguém tomar a iniciativa de fazer o bem contribuindo e servindo a comunidade universal.

## **2) IMPLICAÇÕES PARA A GESTÃO**

A globalização e a alta competitividade levam as empresas a elaborarem novas estratégias para se manterem ativas no mercado. Passou-se a verificar que para evoluir é necessário aprender com as experiências do passado, analisar os erros, verificar os acertos e utilizar estas experiências como aprendizado no futuro. Vive-se a era da informação e do conhecimento, onde informação não pode ficar restrita às unidades de uma organização e sim ser difundida a todos os departamentos. A interação e a troca de conhecimentos entre as pessoas tornou-se um fator primordial para a inovação. Cabe aos gestores à difusão das informações e a coordenação do processo de aprendizagem em razão da velocidade das mudanças de cunho econômico, social e político, que tornam o mercado cada vez mais análogo.

A similaridade no oferecimento de produtos e serviços obriga as organizações empresariais inovem, sejam pró-ativas, que criem necessidades nas pessoas, que aperfeiçoem cada vez mais os seus bens e serviços, aplicando ferramentas de gestão que possibilitem redução de custos e que agreguem diferencial competitivo, diferencial que necessita ser exacerbado nas empresas que estão instaladas no Pólo Industrial de Manaus (PIM) pelas peculiaridades existentes na região amazônica.

A capacidade para aprender nos níveis individual e organizacional é a base para uma organização se adaptar às mudanças e as dominá-las. Desta forma, para não perder mercado e alcançar seus objetivos, a organização precisa se atualizar, definir, montar estratégias, que podem defini-la como vencedora num ambiente de tanta competição e gerir o processo de aprendizagem organizacional.

A sobrevivência de uma organização empresarial depende, basicamente, de sua capacidade de agregar valor para as partes interessadas, a organização precisa mais do que nunca acompanhar as constantes alterações no seu ambiente, identificando as ameaças existentes, sem deixar de buscar novas oportunidades de crescimento. Ou seja, manter os diferenciais competitivos no nicho de mercado em que atua.

Os processos da Gestão Empresarial visam organização da rotina, definição de objetivos e metas, planejamento e execução das estratégias, redução de custos, prestação de contas em relação às metas traçadas e desenvolvimento das lideranças.

A implantação de um modelo de gestão é baseada nos oito princípios da Gestão da Qualidade: Foco no cliente, Liderança, Envolvimento das pessoas, Abordagem por processo, Abordagem sistêmica para Gestão, Melhoria contínua, Abordagem factual para tomada de decisões e Benefício mútuo na relação com fornecedores.

Muitas empresas não tem dado a devida atenção aos princípios da Gestão e com isso tem sofrido as consequências e muitas vezes não conseguem reverter os resultados negativos. Isso acontece porque muitos proprietários são os que chamamos de excelentes técnicos, entendem muito bem dos seus produtos e serviços, porém falta o conhecimento gerencial para gerir o seu negócio e gerenciar pessoas

## REFEÊNCIAS

Allen, J. P. (1993). Impacto social da mistura de idades e segregação racial na escola: uma análise sensível ao contexto de investigação. *Revista de Educação Psicologia*. Um futuro sustentável. Chelsea verde publicação.

Almeida Jr, (2000). Um novo paradigma de desenvolvimento sustentável. Consultoria Legislativa. Brasília: Câmara dos deputados.

Almeida Jr. (1994) Um novo paradigma de desenvolvimento sustentável. Consultoria legislativa. Brasília: Câmara dos deputados.

Amazonas, M. NOBRE, M.. (Org.). (2002). Desenvolvimento sustentável: A institucionalização de um conceito. Brasília: Ed. Ibama.

Arbex, Carla. (2009). Responsabilidade Social das Empresas. A Contribuição das Universidades. Volume 7. São Paulo: Peirópolis.

Ashley, Patrícia. *et al.* (2006). Ética e Responsabilidade Social nos Negócios. 2. ed. São Paulo: Saraiva.

Badajás, I. (2002). Reflexões sobre El desarrollo sustentable. *Comércio Exterior, México*, volume 52, numero 2: febrero.

Barbieri, J. Carlos (2009). Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável. São Paulo: Saraiva.

Bellen, Hans M.V. (2005). Indicadores de Sustentabilidade: Uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Benchimol, Samuel. (1997). Zona Franca de Manaus: Pólo de Desenvolvimento Industrial de Manaus: Edição Universidade e Associação comercial do Amazonas, Federação das Indústrias Manaus. Manaus-AM: Ed. Universidade do Estado do Amazonas.

Benchimol, Samuel. (2002). Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – Cenários, Perspectivas e Indicadores. Manaus: Valer e Universidade do Estado do Amazonas.

Bonfim, Ronaldo e Botelho Lissandro (2009), Zona Franca de Manaus – Condicionantes do futuro. Manaus: Ed Valer.

Borba, Elisabete R. de Lima ( 2001).Terceiro Setor: Responsabilidade Social e Voluntariado. Curitiba: Champagnat.

Camargo, Mariângela Franco et al. (2002). Gestão do Terceiro Setor no Brasil: Estratégia de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos. São Paulo: Futura.

Castells, M. (1999). A Sociedade em Rede na Era da Informação: Sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra.

Chiavenato, Idalberto. (1999). Administração nos novos tempos. Rio de Janeiro: Campus.

CMMAD, Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991). Nosso futuro comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

Coelho, Simone de Castro Tavares. (2005) Terceiro setor: um estudo comparativo entre Brasil e EUA. 3. ed., São Paulo: SENAC.

Collyer, Fernando. (2004). As fraudes Ecológicas na Amazônia. Manaus-AM: Ed. Lorena.

Corrêa, Serafin Fernandes. (2002). Zona Franca de Manaus: História, Mitos e Realidade. Manaus: Vitória Régia.

Corullón, Mônica B. G e Medeiros Filho, B (2002). Voluntariado na empresa: Gestão eficiente da participação cidadã. São Paulo: Petrópolis.

Costa, Aloysio Teixeira. (1995). Administração de Entidades Sem Fins Lucrativos. São Paulo: Nobel.

Costa, Antonio Carlos Gomes. (2001) Educação, voluntariado e o mundo empresarial. São Paulo. Modelo.

Costa, Maria Cristina Castilho. (2005). Gestão da Comunicação – Terceiro Setor, Organizações não governamentais, responsabilidade social e novas formas de cidadania, São Paulo, Atlas.

Donaire, Denis. (1999). Gestão Ambiental na Empresa 2.ed. São Paulo: Atlas.

Foladori, G. (2001). Limites do desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial.

Freitas, Pinto, Renan. (1987). Como se produz as Zonas Francas. Em trabalho e produção capitalista. Belém, UFPA \ NEA -Série Seminários e Debates.

Garcia, Etelvina. (2004). Modelo de Desenvolvimento Zona Franca de Manaus: História, Conquistas e Desafios. 2. ed. Manaus: Norma.

Garcia, Etelvina. (2008). Referência da História. 2. ed. Manaus: Valer.

Gil, Antonio, Carlos (1999). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5. ed. São Paulo: Atlas.

Gomes, Adriano e Moretti, Sergio. (2007). A responsabilidade e o Social - Uma discussão sobre o papel das empresas. São Paulo: Saraiva.

Heal, G., Kunreuther, H., (2003). Vocêsó morre uma vez: Gerenciando os riscosinterdependentesdiscretos.NBERtrabalhar série de papel.

IBGE – (2008). Coordenação de recursos naturais e estudos ambientais e Coordenação de Geografia. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Brasil. Rio de Janeiro.

IBGE, IPEA, ABONG E GIFE. (2002). As Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos no Brasil. Rio de Janeiro: Bookman.

Instituto ETHOS. (2002). Responsabilidade Social das Empresas: A contribuição das Universidades. São Paulo: Peirópolis.

Lakatos, Eva; Marconi, Maria. (2003). Metodologia Científica. São Paulo, Atlas.

Laranjeira, Rodnei. (2009). Sustentabilidade Ambiental: banco de Ideias CP para soluções ambientais. São Paulo: Signus Editora.

Layrargues, P. P. (1998). Como desenvolver uma consciência ecológica? Educador Ambiental.

Lima, Marirone Carvalho. (2002). Responsabilidade Social: Apoio das empresas privadas brasileiras à comunidade e os desafios parceria entre elas e o terceiro setor. Artigo publicado no livro Prêmio Ethos Valor – Responsabilidade das empresas: a contribuição das universidades. São Paulo: Petrópolis.

Loureiro, C.F.B. (2006). Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental. 2. ed. São Paulo: Cortez.

Meadows, Donella H. e Meadows. Dennis L. (1993). Confrontando global, prevendo

Marconi A. (2006) Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas.

Melo Neto, Francisco de Paulo. Froes, Cesar. (1999). Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial. A Administração do Terceiro Setor. Rio de Janeiro. Qualitymark.

Melo Neto, Francisco Paula de e Fróes, Cesar. (2001) Gestão da Responsabilidade Social e Corporativa O caso brasileiro. Da Filantropia Tradicional à Filantropia de Auto Rendimento e ao Empreendedorismo Social. Rio de Janeiro: Qualitymark.

Oliveira, Antônio Pereira de (2001) Zona Franca de Manaus: análise dos discursos intelectuais nas categorias do Estado e desenvolvimento regional. Manaus, dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas.

Oliveira, Jofre. (2011). Zona Franca de Manaus, um estudo sobre a renúncia dos entes federativos e os benefícios socioeconômicos gerados. Dissertação de Mestrado profissional em economia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Opscoor e Reijnders. (1991). Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Uma Visão Geral. Em Onno Kuikabd Harman Verbruggen: Em Buscade Indicadores de Desenvolvimento Sustentável.

Pereira, Deusamir. (2005). Amazônia (in) sustentável: Zona Franca de Manaus – Estudo e Análise: Editora Valer.

Pearce, David. (1992). Valoração econômica e o mundo natural. Política pesquisa trabalhar papel série, 988, O Banco Mundial.

Pimenta, Solange Maria. *et. al.* (2006). Terceiro Setor. Dilemas e Polêmicas. São Paulo: Saraiva

Pontes Filho, Pereira, Raimundo. (2000). Estudos de História do Amazonas. Manaus: Editora Valer.

Queiroz, S. M. P e Reis, L. F. S. (2002). Gestão Ambiental em pequenas e médias empresas. .Rio de Janeiro: Qualitymark.

Revista Suframa/Hoje. JUN (2010). Informativo ANO X. Edição 46. Dezembro. 120

Sachs, I. (2007). Rumo à sócio economia – teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez.

Sachs, Ignacy. (2008). Caminhos para o desenvolvimento sustentável. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Garamond.

Salazar, Admilson Pinheiro. (2006). Amazônia: Globalização e Sustentabilidade. 2. ed. Manaus: Valer.

Salazar, João Pinheiro. (1992) O novo proletariado industrial de Manaus e as transformações sociais possíveis. São Paulo. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.

Schultink, G., (1992). Avaliação de Alternativas de Desenvolvimento Sustentável: conceito relevante, avaliação de recursos, abordagens e indicadores comparativos espaciais. Vol. 41. Jornal Internacional de Estudos Ambientais.

Solomon, M.R. (2002). O comportamento do consumidor – comprando, possuindo e sendo. Porto Alegre: Bookman.

Veiga, José Eli. (2008). Desenvolvimento Sustentável: O desafio do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond

Vergara S. Constante. (1997), Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas.

Zarpelon, Márcio I. (2006). Gestão da Responsabilidade Social. Rio de Janeiro: Campus.

## **REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

Cervo, Amado Luiz; Bervian, Pedro Alcino. (1983), Metodologia Científica: para uso dos Estudantes Universitários. São Paulo: McGraw – Hill do Brasil.

Reis, Artur Cezar Ferreira (1967). Como governei o Amazonas. Manaus, Secretaria de Imprensa e Divulgação do Governo do Amazonas.

Reis, Artur Cezar Ferreira et al. (1969). Problemática da Amazônia. Rio de Janeiro. Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil

Santos, Rosania Pereira (cord). (2002). Prêmio ETHOS de Responsabilidade Social das Empresas: A contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis.

Sawaia, Bader B. In Campos, Regina H.F. (org) (2008) Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. Petrópolis, RJ: Vozes.

Scotto, Gabriel; Carvalho, Isabel C. de Moura; Guimarães, Leandro Belinaso. (2008). Desenvolvimento Sustentável. 3. ed. Petrópolis: Vozes.

Silva, Marilene, Correa. (2000). As Metamorfoses da Amazônia. Manaus, ed. da UFAM.

Allegretti, Mary. (2003). <http://g1.globo.com/platb/natureza-maryallegretti>. Acesso em [01.06.2013](#)

Portal Agromundo \ Arquivos de Sustentabilidade - Ambiental – <http://www.agromundo.com.br/sustentabilidade/> (acesso em 24\mar\2010)

Agenda Sustentável - <http://www.agendasustentavel.com.br/Default.aspx> (acesso em 24\mar\2010) -

Ambiente Brasil - <http://www.ambientebrasil.com.br> \ (acesso em 24\mar\2010)

Instituto Akatu – <http://www.akatu.org.br> (acesso em 25\mar\2010)

Instituto EcoDesenvolvimento – <http://www.ecodesenvolvimento.org.br> \ (acesso em 25\mar\2010)

Instituto Ethos – <http://www.ethos.org.br/EthosWeb/Default.aspx> (acesso em 24\mar\2010)

Grupo Lápis –Artigos – <http://www.grupolapis.com.br/artigos/> (acesso em 25 mar\2010)

ECP Consultoria Ambiental – <http://www.grupolapis.com.br/artigos/> \ (acesso em 25\mar\2011)

FGV – CES. Centro de Estudos em Sustentabilidade. Apresentação. Disponível em: [www.ces.fgvsp.br](http://www.ces.fgvsp.br). Acesso em 21\04\2011.

Portal Agromundo - Arquivos de Sustentabilidade Ambiente. <http://www.agromundo.com.br>. Acesso 03\11\2012.

Atitudes Sustentáveis – <http://www.atitudessustentaveis.com.br> Acesso em 04\04\2012

## **APÊNDICE**

## QUESTIONÁRIO DE PESQUISA (ACADÊMICO)

Este questionário faz parte da dissertação de mestrado com o título: “O modelo Zona Franca de Manaus: Uma estratégia para o desenvolvimento sustentável da região Amazônica”.

### INSTRUÇÕES:

Leia com atenção e responda, sinceramente, cada questão com a opção que melhor expresse sua opinião sobre o assunto, de acordo com a seguinte escala.

A pesquisa é composta por 20 questões afirmativas e uma escala de 1 a 5 para cada questão.

1	2	3	4	5
Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Nem Concordo nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente

### Perfil sócio-demográfico

#### 1. Sexo:

- a) Masculino
- b) Feminino

#### 2. Estado civil:

- a) solteiro(a)
- b) casado(a)
- c) divorciado(a)
- d) viúvo(a)
- e) outro(a)

#### 3. Idade:

- a) Até 21 anos
- b) de 22 a 25 anos
- c) de 26 a 30 anos
- d) de 31 a 35 anos
- e) de 36 a 40 anos
- f) de 41 a 45 anos
- g) Acima de 45 anos

#### 4. Escolaridade:

- a) Ensino médio incompleto
- b) Ensino médio completo
- c) Superior incompleto\*
- d) Superior completo\*

\* informar curso:

---

#### 5. Tempo de empresa

- a) até 6 meses
- b) de 6 a 12 meses
- c) de 12 a 18 meses
- d) de 18 a 24 meses
- e) mais de 24 meses

#### 6. Cargo que ocupa:

---

#### 7. Vínculo com a instituição

- a) Estagiário
- b) Funcionário
- c) Prestador de serviços
- d) Voluntário

QUESTÕES	1	2	3	4	5
	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Nem Concordo nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
<b>Modelo Zona Franca de Manaus - ZFM</b>					
A SUFRAMA na fase atual consolida processo para geração de emprego e renda na região	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A criação da Zona Franca de Manaus foi justificada pela necessidade de ocupar a região.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A isenção fiscal de importação para as matérias-primas e produtos destinados a Zona Franca de Manaus viabiliza o crescimento da região.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O modelo atual da Zona Franca de Manaus atende as necessidades da região	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Entendo que a formação do capital intelectual à pesquisa e desenvolvimento – P&D, na Zona Franca de Manaus, se destacam como ações prioritárias para o crescimento da região Amazônica.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>Pólo Industrial de Manaus - PIM</b>					
As ações desenvolvidas pelas empresas no Pólo Industrial de Manaus caracterizam responsabilidade social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Em termos econômicos para o Amazonas, sustentabilidade significa viver da renda proporcionada pelas empresas no Pólo industrial de Manaus.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A Feira Internacional do Amazonas promovida pelo Pólo Industrial de Manaus é fonte de investimento para a região	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uma consciência sustentável por parte das organizações no Pólo Industrial de Manaus pode significar uma vantagem competitiva.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O Pólo Industrial de Manaus representa uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a região Amazônica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>Desenvolvimento Sustentável</b>					
A empresa sustentável está diretamente ligada à competitividade de mercado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O conceito de sustentabilidade está intrinsecamente relacionado com a responsabilidade social das organizações.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Supõe-se que a empresa, sustentavelmente responsável tem uma boa imagem junto à população.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A população ganha quando as empresas instaladas na comunidade investem em responsabilidade social de sustentação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Podemos dizer que as empresas na cidade Manaus contribuem para a sustentabilidade da região.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>Responsabilidade Social Empresarial</b>					
A sua empresa desenvolve ações com responsabilidade social.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
É percebida por todos os colaboradores as ações organizacionais voltadas para a responsabilidade social empresarial.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A imagem de sua empresa junto à comunidade é identificar como uma empresa com as práticas da responsabilidade social.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Entendo que responsabilidade social sustentável é empresa que trabalha respeitando a Legislação Ambiental.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
É possível harmonizar o alto grau de avanço tecnológico e o respeito ao meio ambiente no Estado do Amazonas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>Obrigado pela colaboração!</b>					

## **ANEXOS**

## **ANEXO 01**

Lei 288, de 28 de fevereiro de 1967

**Art 1º** A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram, os centros consumidores de seus produtos.

**Art 2º** O Poder Executivo fará, demarcar, à margem esquerda dos rios Negro e Amazonas, uma área contínua com uma superfície mínima de dez mil quilômetros quadrados, incluindo a cidade de Manaus e seus arredores, na qual se instalará a Zona Franca.

§ 1º A área da Zona Franca terá um comprimento máximo contínuo nas margens esquerdas dos rios Negro e Amazonas, de cinquenta quilômetros a jusante de Manaus e de setenta quilômetros a montante desta cidade.

§ 2º A faixa da superfície dos rios adjacentes à Zona Franca, nas proximidades do pôrto ou portos desta, considera-se nela integrada, na extensão mínima de trezentos metros a contar da margem.

§ 3º O Poder Executivo, mediante decreto e por proposta da Superintendência da Zona Franca, aprovada pelo Ministério do Interior, poderá aumentar a área originalmente estabelecida ou alterar sua configuração dentro dos limites estabelecidos no parágrafo 1º deste artigo.

## **CAPÍTULO II**

### **Dos incentivos fiscais**

**Art 3º** A entrada de mercadorias estrangeiras na Zona Franca, destinadas a seu consumo interno, industrialização em qualquer grau, inclusive beneficiamento, agropecuária, pesca, instalação e operação de indústrias e serviços de qualquer natureza e a estocagem para reexportação, será isenta dos impostos de importação, e sobre produtos industrializados.

§ 1º Excetuam-se da isenção fiscal prevista no caput deste artigo as seguintes mercadorias: armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros e produtos de perfumaria ou de toucador, preparados e preparações cosméticas, salvo quanto a estes (posições 3303 a 3307 da Tarifa Aduaneira do Brasil - TAB), se destinados, exclusivamente, a consumo interno na Zona Franca de Manaus ou quando produzidos com utilização de matérias-primas da fauna e da flora regionais, em conformidade com processo produtivo básico. (Redação dada pela Lei nº 8.387, de 30.12.91 )

§ 2º Com o objetivo de coibir práticas ilegais, ou anti-econômicas, e por proposta justificada da Superintendência, aprovada pelos Ministérios do Interior, Fazenda e Planejamento, a lista de mercadorias constante do parágrafo 1º pode ser alterada por decreto.

§ 3º As mercadorias entradas na Zona Franca de Manaus nos termos do caput deste artigo poderão ser posteriormente destinadas à exportação para o exterior, ainda que usadas, com a manutenção da isenção dos tributos incidentes na importação. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

§ 4º O disposto no § 3º deste artigo aplica-se a procedimento idêntico que, eventualmente, tenha sido anteriormente adotado. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

**Art 4º** A exportação de mercadorias de origem nacional para consumo ou industrialização na Zona Franca de Manaus, ou reexportação para o estrangeiro, será para todos os efeitos fiscais, constantes da legislação em vigor, equivalente a uma exportação brasileira para o estrangeiro.

**Art 5º** A exportação de mercadorias da Zona Franca para o estrangeiro, qualquer que seja sua origem, está isenta do imposto de exportação.

**Art 6º** As mercadorias de origem estrangeira estocadas na Zona Franca, quando saírem desta para comercialização em qualquer ponto do território nacional, ficam sujeitas ao pagamento de todos os impostos de uma importação de exterior, a não ser nos casos de isenção prevista em legislação específica.

~~**Art 7º** As mercadorias produzidas, beneficiadas ou industrializadas na Zona Franca, quando saírem desta para qualquer ponto do território nacional, estarão sujeitas:~~  
~~— I - apenas ao pagamento do impôsto de circulação de mercadorias, previsto na legislação em vigor, se não contiverem qualquer parcela de matéria prima ou parte componente importada.~~  
~~— II - e ainda ao pagamento do impôsto de importação sôbre as matérias primas ou partes componentes importados, existentes nesse produto, com uma redução percentual da alíquota de importação igual ao percentual de valor adicionado no processo de industrialização local em relação ao custo total da mercadoria.~~

~~**Art. 7º** Os produtos industrializados na Zona Franca de Manaus, quando dela saírem para qualquer ponto do território nacional, estarão sujeitos a exigibilidade do Imposto de Importação relativo a matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem importados e neles empregados, calculado o tributo mediante coeficiente de redução de sua alíquota " *ad valorem* ", na conformidade do § 1º deste artigo. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.435, ded 1975)~~

~~§ 1º O coeficiente de redução do imposto será obtido, em relação a cada produto, mediante a aplicação de fórmula que tenha: (Incluído pelo Decreto-Lei nº 1.435, ded 1975)~~  
~~— a) como dividendo, a soma dos valores das matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem de produção nacional, e da mão-de-obra direta empregada no processo e de produção; (Incluído pelo Decreto-Lei nº 1.435, ded 1975)~~  
~~— b) como divisor, a soma dos valores das matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, de produção nacional e de origem estrangeira, e da mão-de-obra direta empregada no processo de produção. (Incluído pelo Decreto-Lei nº 1.435, ded 1975)~~

~~§ 2º A redução do Imposto de Importação, a que se refere este artigo, aplica-se somente aos produtos industrializados que atenderem aos índices mínimos de nacionalização estabelecidos conjuntamente pelo Conselho de Administração da SUFRAMA e pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI. (Incluído pelo Decreto-Lei nº 1.435, ded 1975)~~

~~§ 3º Para os efeitos do disposto neste artigo, consideram-se produtos industrializados os resultantes das operações de transformação, beneficiamento, montagem e recondicionamento, como definidas na legislação de regência do Imposto sobre Produtos Industrializados. (Incluído pelo Decreto-Lei nº 1.435, ded 1975)~~

~~§ 4º Compete ao Ministro da Fazenda baixar as normas complementares necessárias à execução do disposto neste artigo. (Incluído pelo Decreto-Lei nº 1.435, ded 1975)~~

**Art. 7º** Os produtos industrializados na Zona Franca de Manaus, salvo os bens de informática e os veículos automóveis, tratores e outros veículos terrestres, suas partes e peças, excluídos os das posições 8711 a 8714 da Tarifa Aduaneira do Brasil (TAB), e respectivas partes e peças, quando dela saírem para qualquer ponto do Território Nacional, estarão sujeitos à exigibilidade do Imposto sobre Importação relativo a matérias-primas, produtos intermediários, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira neles empregados, calculado o tributo mediante coeficiente de redução de sua alíquota ad valorem, na conformidade do § 1º deste artigo, desde que atendam nível de industrialização local compatível com processo produtivo básico para produtos compreendidos na mesma posição e subposição da Tarifa Aduaneira do Brasil (TAB). ( Redação dada pela Lei nº 8.387, de 30.12.91 )

§ 1º O coeficiente de redução do imposto será obtido mediante a aplicação da fórmula que tenha: ( Parágrafo incluído pela Lei nº 8.387, de 30.12.91 )

I – no dividendo, a soma dos valores de matérias-primas, produtos intermediários, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros

insumos de produção nacional e da mão-de-obra empregada no processo produtivo; (Inciso incluído pela Lei nº 8.387, de 30.12.91)

II – no divisor, a soma dos valores de matérias-primas, produtos intermediários, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de produção nacional e de origem estrangeira, e da mão-de-obra empregada no processo produtivo. (Inciso incluído pela Lei nº 8.387, de 30.12.91)

§ 2º No prazo de até doze meses, contado da data de vigência desta lei, o Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional projeto de lei estabelecendo os coeficientes diferenciados de redução das alíquotas do Imposto sobre Importação, em substituição à fórmula de que trata o parágrafo anterior. (Inciso incluído pela Lei nº 8.387, de 30.12.91)

§ 3º Os projetos para produção de bens sem similares ou congêneres na Zona Franca de Manaus, que vierem a ser aprovados entre o início da vigência desta lei e o da lei a que se refere o § 2º, poderão optar pela fórmula prevista no § 1º. (Parágrafo incluído pela Lei nº 8.387, de 30.12.91)

§ 4º Para os produtos industrializados na Zona Franca de Manaus, salvo os bens de informática e os veículos automóveis, tratores e outros veículos terrestres, suas partes e peças, excluídos os das posições 8711 a 8714 da Tarifa Aduaneira do Brasil (TAB), cujos projetos tenham sido aprovados pelo Conselho de Administração da Suframa até 31 de março de 1991 ou para seus congêneres ou similares, compreendidos na mesma posição e subposição da Tarifa Aduaneira do Brasil (TAB), constantes de projetos que venham a ser aprovados, no prazo de que trata o art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a redução de que trata o caput deste artigo será de oitenta e oito por cento. (Parágrafo incluído pela Lei nº 8.387, de 30.12.91)

§ 5º A exigibilidade do Imposto sobre Importação, de que trata o caput deste artigo, abrange as matérias-primas, produtos intermediários, materiais secundários e de embalagem empregados no processo produtivo industrial do produto final, exceto quando empregados por estabelecimento industrial localizado na Zona Franca de Manaus, de acordo com projeto aprovado com processo produtivo básico, na fabricação de produto que, por sua vez tenha sido utilizado como insumo por outra empresa, não coligada à empresa fornecedora do referido insumo, estabelecida na mencionada Região, na industrialização dos produtos de que trata o parágrafo anterior. (Parágrafo incluído pela Lei nº 8.387, de 30.12.91)

~~§ 6º O Poder Executivo fixará os processos produtivos básicos, com base em proposta conjunta dos órgãos competentes do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, da Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da República e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), no prazo máximo de cento e vinte dias, contado da data de vigência desta lei; esgotado este prazo, a empresa titular do projeto de fabricação poderá requerer à Suframa a definição do processo produtivo básico provisório;~~

~~que será fixado em até sessenta dias pelo Conselho de Administração da Suframa ad referendum do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento e da Secretaria da Ciência e Tecnologia. (Parágrafo incluído pela Lei nº 8.387, de 30.12.91)~~

§ 6º Os Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia estabelecerão os processos produtivos básicos no prazo máximo de cento e vinte dias, contado da data da solicitação fundada da empresa interessada, devendo ser indicados em portaria interministerial os processos aprovados, bem como os motivos determinantes do indeferimento. (Redação dada pela Lei nº 10.176, de 2001)

§ 7º A redução do Imposto sobre Importação, de que trata este artigo, somente será deferida a produtos industrializados previstos em projeto aprovado pelo Conselho de Administração da Suframa que: (Parágrafo incluído pela Lei nº 8.387, de 30.12.91)

I – se atenha aos limites anuais de importação de matérias-primas, produtos intermediários, materiais secundários e de embalagem, constantes da respectiva resolução aprobatória do projeto e suas alterações; (Inciso incluído pela Lei nº 8.387, de 30.12.91)

II – objetivo: ( Inciso incluído pela Lei nº 8.387, de 30.12.91 )

a) o incremento de oferta de emprego na região; (Alínea incluída pela Lei nº 8.387, de 30.12.91)

b) a concessão de benefícios sociais aos trabalhadores; (Alínea incluída pela Lei nº 8.387, de 30.12.91)

c) a incorporação de tecnologias de produtos e de processos de produção compatíveis com o estado da arte e da técnica; (Alínea incluída pela Lei nº 8.387, de 30.12.91)

d) níveis crescentes de produtividade e de competitividade; (Alínea incluída pela Lei nº 8.387, de 30.12.91)

e) reinvestimento de lucros na região; e (Alínea incluída pela Lei nº 8.387, de 30.12.91)

f) investimento na formação e capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento científico e tecnológico. (Alínea incluída pela Lei nº 8.387, de 30.12.91)

§ 8º Para os efeitos deste artigo, consideram-se: (Parágrafo incluído pela Lei nº 8.387, de 30.12.91)

a) produtos industrializados os resultantes das operações de transformação, beneficiamento, montagem e recondicionamento, como definidas na legislação de regência do Imposto sobre Produtos Industrializados; (Alínea incluída pela Lei nº 8.387, de 30.12.91)

b) processo produtivo básico é o conjunto mínimo de operações, no estabelecimento fabril, que caracteriza a efetiva industrialização de determinado produto. (Alínea incluída pela Lei nº 8.387, de 30.12.91)

§ 9º Os veículos automóveis, tratores e outros veículos terrestres, suas partes e peças, excluídos os das posições e subposições 8711 a 8714 da Tabela Aduaneira do Brasil (TAB) e respectivas partes e peças, industrializados na Zona Franca de Manaus, quando dela saírem para qualquer ponto do Território Nacional, estarão sujeitos à exigibilidade do Imposto sobre Importação relativo a matérias-primas, produtos intermediários, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos, de origem estrangeira e neles empregados, conforme coeficiente de redução estabelecido neste artigo, ao qual serão acrescidos cinco pontos percentuais. (Parágrafo incluído pela Lei nº 8.387, de 30.12.91)

§ 10. Em nenhum caso o percentual previsto no parágrafo anterior poderá ser superior a cem. (Parágrafo incluído pela Lei nº 8.387, de 30.12.91)

§ 11. A alíquota que serviu de base para a aplicação dos coeficientes de redução de que trata este artigo permanecerá aplicável, ainda que haja alteração na classificação dos produtos beneficiados na Nomenclatura Comum do Mercosul. (Incluído pela Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011)

§ 12. O disposto no § 11 não se aplica no caso de alteração da classificação fiscal do produto decorrente de incorreção na classificação adotada à época da aprovação do projeto respectivo. (Incluído pela Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011)

**Art 8º** As mercadorias de origem nacional destinadas à Zona Franca com a finalidade de serem reexportadas para outros pontos do território nacional serão estocadas em armazéns, ou embarcações, sob controle da Superintendência e pagarão todos os impostos em vigor para a produção e circulação de mercadorias no país.

~~**Art 9º** Estão isentas do imposto sobre produtos industrializados todas as mercadorias produzidas na Zona Franca de Manaus, quer se destinem ao seu consumo interno, quer a comercialização em qualquer ponto do território nacional.~~

**Art. 9º** Estão isentas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) todas as mercadorias produzidas na Zona Franca de Manaus, quer se destinem ao seu consumo interno, quer à comercialização em qualquer ponto do Território Nacional. (Redação dada pela Lei nº 8.387, de 30.12.91)

§ 1º A isenção de que trata este artigo, no que respeita aos produtos industrializados na Zona Franca de Manaus que devam ser internados em outras regiões do País, ficará condicionada à observância dos requisitos estabelecidos no art. 7º deste decreto-lei. (Incluído pela Lei nº 8.387, de 30.12.91)

§ 2º A isenção de que trata este artigo não se aplica às mercadorias referidas no § 1º do art. 3º deste decreto-lei. (Incluído pela Lei nº 8.387, de 30.12.91)

### **CAPÍTULO III**

#### **Da Administração da Zona Franca**

**Art 10.** A administração das instalações e serviços da Zona Franca será exercida pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, com sede e foro na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. A SUFRAMA vincula-se ao Ministério do Interior.

**Art 11.** São atribuições da SUFRAMA:

- a) elaborar o Plano Diretor Plurienal da Zona Franca e coordenar ou promover a sua execução, diretamente ou mediante convênio com órgãos ou entidades públicas inclusive sociedades de economia mista, ou através de contrato com pessoas ou entidades privadas;
- b) revisar, uma vez por ano, o Plano Diretor e avaliar, os resultados de sua execução;
- c) promover a elaboração e a execução dos programas e projetos de interesse para o desenvolvimento da Zona Franca;
- d) prestar assistência técnica a entidades públicas ou privadas, na elaboração ou execução de programas de interesse para o desenvolvimento da Zona Franca;
- e) manter constante articulação com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com o Governo do Estado do Amazonas e autoridades dos municípios em que se encontra localizada a Zona Franca;
- f) sugerir a SUDAM e a outras entidades governamentais, estaduais ou municipais, providências julgadas necessárias ao desenvolvimento da Zona Franca;
- g) promover e divulgar pesquisas, estudos e análises, visando ao reconhecimento sistemático das potencialidades econômicas da Zona Franca;

h) praticar todos os demais atos necessários as suas funções de órgão de planejamento, promoção, coordenação e administração da Zona Franca.

**Art 12.** A Superintendência da Zona Franca de Manaus dirigida por um Superintendente, é assim constituída:

- a) Conselho Técnico;
- b) Unidades Administrativas.

**Art 13.** O Superintendente será nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro do Interior e demissível *ad nutum*.

Parágrafo único. O Superintendente será auxiliado por um Secretário Executivo nomeado pelo Presidente da República, por indicação daquele e demissível *ad nutum*.

**Art 14.** Compete ao Superintendente:

- a) praticar todos os atos necessários ao bom desempenho das atribuições estabelecidas para a SUFRAMA;
- b) elaborar o regulamento da entidade a ser aprovado pelo Poder Executivo;
- c) elaborar o Regimento Interno;
- d) submeter à apreciação do Conselho Técnico os planos e suas revisões anuais;
- e) representar a autarquia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.

Parágrafo único. O Secretário Executivo é o substituto eventual do Superintendente e desempenhará as funções que por este lhe forem cometidas.

**Art 15.** Compete ao Conselho Técnico:

- a) sugerir e apreciar as normas básicas da elaboração do Plano Diretor e suas revisões anuais;
- b) aprovar o Regulamento e Regimento Interno da Zona Franca;
- c) homologar a escolha de firma ou firmas auditores a que se refere o artigo 27 da presente lei;
- d) aprovar as necessidades de pessoal e níveis salariais das diversas categorias ocupacionais da SUFRAMA;

- e) aprovar os critérios da contratação de serviços técnicos ou de natureza especializada, com terceiros;
- f) aprovar relatórios periódicos apresentados pelo Superintendente;
- g) aprovar o balanço anual da autarquia;
- h) aprovar a Plano Diretor da Zona Franca e suas revisões anuais;
- i) aprovar as propostas do Superintendente de Compra e alienação de bens imóveis e de bens móveis de capital;
- j) aprovar o orçamento da SUFRAMA e os programas de aplicação das dotações globais e de quaisquer outros recursos que lhe forem atribuídos;
- k) aprovar convênios, contratos e acordos firmados pela SUFRAMA, quando se referirem a execução de obras.

**Art 16.** O Conselho Técnico é composto do Superintendente, que o presidirá, do Secretário Executivo, do Representante do Governo do Estado do Amazonas, do Representante da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e de dois membros nomeados pelo Presidente da República, e indicados pelo Superintendente da SUFRAMA, sendo um engenheiro e o outro especialista em assuntos fiscais.

Parágrafo único. Os membros do Conselho Técnico deverão ter reputação ilibada, larga experiência e notório conhecimento no campo de sua especialidade.

**Art 17.** As unidades administrativas terão as atribuições definidas no Regimento Interno da Entidade.

**Art 18.** A SUFRAMA contará exclusivamente com pessoal sob o regime de legislação trabalhista, cujos níveis salariais serão fixado pelo Superintendente, com observância do mercado de trabalho, e aprovados pelo Conselho Técnico.

**Art 19.** O Superintendente e Secretário Executivo perceberão, respectivamente, 20% (vinte por cento), 10% (dez por cento) a mais do maior salário pago pela SUFRAMA aos seus servidores, de acordo com o estabelecido na presente lei.

## **CAPÍTULO IV**

### **Dos recursos e regime financeiro e contábil**

**Art 20.** Constituem recurso da SUFRAMA:

I - as dotações orçamentárias ou créditos adicionais que lhe sejam atribuídos;

II - o produto de juros de depósitos bancários, de multas, emolumentos e taxas devidas a SUFRAMA;

III - os auxílios, subvenções, contribuições e doações de entidades públicas ou privadas, internacionais ou estrangeiras;

IV - as rendas provenientes de serviços prestados;

V - a sua renda patrimonial.

**Art 21.** As dotações orçamentárias e os créditos adicionais destinados à SUFRAMA serão distribuídos independentemente de prévio registro no Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Os contratos, acordos ou convênios firmados pela SUFRAMA independem de registro prévio no Tribunal de Contas da União.

**Art 22.** Os recursos provenientes de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais ou provenientes de outras fontes atribuídas à SUFRAMA incorporar-se-ão ao seu patrimônio, podendo os saldos ter aplicação nos exercícios subsequentes.

Parágrafo único. Os saldos não entregues à SUFRAMA até o fim do exercício serão escriturados como "Restos a Pagar".

**Art 23.** A SUFRAMA, por proposta do Superintendente, aprovada pelo Conselho Técnico da autarquia, poderá contrair empréstimos no país ou no Exterior para acelerar ou garantir a execução de programas ou projetos integrantes do Plano Diretor da Zona Franca.

§ 1º As operações em moedas estrangeiras dependerão de autorização do Chefe do Poder Executivo;

§ 2º As operações de que trata este artigo poderão ser garantidas com os próprios recursos da SUFRAMA;

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a dar a garantia do Tesouro Nacional para operações de crédito externo ou interno, destinadas a realização de obras e serviços básicos, previstos no orçamento do Plano Diretor;

§ 4º A garantia de que tratam os parágrafos anteriores será concedida às operações de crédito contratadas diretamente pela SUFRAMA ou com sua interveniência, sempre mediante parecer fundamentado do Superintendente aprovado pelo Conselho Técnico;

§ 5º As operações de crédito mencionadas neste artigo serão isentas de todos os impostos e taxas federais;

§ 6º Considera-se aplicação legal dos recursos destinados à SUFRAMA, a amortização e o pagamento de juros relativos a operações de crédito por ela contratadas, para aplicação em programas ou projetos atinentes às desatinações dos mesmos recursos.

**Art 24.** A SUFRAMA poderá cobrar taxas por utilização de suas instalações e emolumentos por serviços prestados a particular.

Parágrafo único. As taxas e emolumentos de que tratam este artigo serão fixadas pelo Superintendente depois de aprovadas pelo Conselho Técnico.

**Art 25.** Os recursos da SUFRAMA sem desatinação prevista em lei e as dotações globais que lhe sejam atribuídas, serão empregados nos serviços e obras do Pano Diretor, de acordo com os programas de aplicação propostos pelo Superintendente aprovados pelo Conselho Técnico.

**Art 26.** A SUFRAMA autorizada a realizar despesas de pronto pagamento até cinco (5) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no país.

**Art 27.** No controle dos atos de gestão da SUFRAMA será adotado, além da auditoria interna, o regime de auditoria externa independente a ser contratada com firma ou firmas brasileiras de reconhecida idoneidade moral e técnica.

**Art 28.** A SUFRAMA terá completo serviço de contabilidade patrimonial, financeira e orçamentária.

Parágrafo único. Até o dia 30 de junho de cada ano, a SUFRAMA remeterá os balanços do exercício anterior ao Ministro do Interior e através deste ao Ministério da Fazenda.

**Art 29.** A SUFRAMA poderá alienar bens móveis e imóveis integrantes do seu patrimônio, mediante proposta de Superintendente aprovada pelo Conselho Técnico.

Parágrafo único. A compra e alienação de bens imóveis dependem de autorização do Ministro do Interior.

**Art 30.** Fica o Superintendente da SUFRAMA autorizado a dispensar licitação e contrato formal para aquisição de material, prestação de serviços, execução de obras ou locação de imóveis até 500 (quinhentas) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no país.

**Art 31 .** O Superintendente da SUFRAMA, na conformidade das disposições do parágrafo único do artigo 139, da Lei nº 830, de 23 de setembro de 1949, apresentará ao Tribunal de Contas da União, até o dia 30 de junho de cada

ano, prestação de contas correspondentes à gestão administrativa do exercício anterior.

**Art 32.** São Extensivos à SUFRAMA os privilégios da Fazenda Pública quanto à impenhorabilidade de bens, renda ou serviços, aos prazos, cobranças de crédito, uso de ações especiais, juros e custas.

**Art 33.** A SUFRAMA terá todas as isenções tributárias deferidas aos órgãos e serviços da União.

**Art 34.** A SUFRAMA desempenhará suas funções especializadas e preferentemente através da contratação de serviços com pessoas físicas ou jurídicas habilitadas, segundo os critérios que forem aprovados pelo Conselho Técnico.

**Art 35.** A SUFRAMA apresentará relatórios periódicos de suas atividades, ao Ministro do Interior.

## **CAPÍTULO V**

### **Das Disposições Gerais e Transitórias**

**Art 36.** O Plano Diretor da Zona Franca e o orçamento-programa da SUFRAMA serão aprovados pelo Ministro do Interior e considerados àquele como empreendimento prioritário na elaboração e execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

**Art 37.** As disposições contidas no presente Decreto-lei não se aplicam ao estabelecido na legislação atual sobre a importação, exportação e tributação de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos de petróleo.

~~**Art 38.** A entrada e saída de mercadorias na Zona Franca de Manaus independem de licença de importação ou exportação ficando sujeitas, somente, a registro de controle estatístico, com exceção dos casos de pagamento do Imposto de Importação previsto neste decreto-lei. (Revogado pelo Decreto-Lei nº 1.455, de 1976)~~

**Art 39.** Será considerado contrabando a saída de mercadorias da Zona Franca sem a autorização legal expedida pelas autoridades competentes.

**Art 40.** Compete ao Governo Federal a vigilância das áreas limites da Zona Franca e a repressão ao contrabando.

**Art 41.** Na Zona Franca de Manaus poderão instalar-se depósitos e agências aduaneiras de outros países na forma de tratados ou notas complementares a tratados de comércio.

§ 1º Para os fins deste artigo, o Governo brasileiro, conforme haja sido ou venha a ser pactuado, proporcionará facilidades para a construção ou locação dos entrepostos de depósito franco e instalações conexas.

§ 2º Poderão estender-se àqueles países, quanto às mercadorias estocadas nos depósitos a que se refere este artigo, os privilégios e obrigações especificados no Regulamento da Zona Franca, segundo as condições estabelecidas em ajuste entre o Brasil e cada país.

**Art 42.** As isenções previstas neste decreto-lei vigorarão pelo prazo de trinta anos, podendo ser prorrogadas por decreto do Poder Executivo, mediante aprovação prévia do Conselho de Segurança Nacional.

**Art 43.** O pessoal pertencente à antiga Zona Franca poderia ser aproveitado na SUFRAMA, uma vez verificada, em cada caso, a necessidade desse aproveitamento e a habilitação do servidor para as funções que deverá exercer.

§ 1º O pessoal não aproveitado na SUFRAMA, segundo o critério que esta estabelecer, será relotado em outro órgão da Administração Pública Federal, de acordo com as conveniências desta.

§ 2º Até 31 de julho de 1967, o pessoal não aproveitado continuará a ser pago pela SUFRAMA, caso não tenha sido relotado em outros órgãos da Administração Federal, na forma do parágrafo.

**Art 44.** O Servidor da antiga Zona Franca, ao ser admitido, pela SUFRAMA, passa a reger-se pela Legislação Trabalhista e será considerado, em caráter excepcional, automaticamente licenciado de sua função pública, sem vencimentos, por esta, e em prazo não excedente a 2 (dois) anos.

**Art 45.** Até quatro meses antes de se esgotar o prazo a que se refere o artigo anterior, o servidor da antiga Zona Franca deverá declarar, por escrito, ao Ministro do Interior, sua opção quanto a situação que preferir adotar.

§ 1º A opção pela permanência a serviço da SUFRAMA implicará em perda imediata da condição de servidor.

§ 2º Esgotado o prazo de dois (2) anos a contar da data da publicação deste decreto-lei, a SUFRAMA não poderá ter em sua lotação de servidores pessoa alguma no gozo da qualidade do funcionário público.

**Art 46.** Fica a SUFRAMA autorizada a reexaminar os acordos, contratos, ajuste e convênio firmado pela antiga Administração da Zona Franca, a fim de ratificá-los bem como promover a sua modificação ou seu cancelamento, em consonância com as normas deste decreto-lei.

**Art 47.** O Poder Executivo baixará decreto regulamentando o presente decreto-lei, dentro do prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

**Art 48** . Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCr\$1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros novos) para atender as despesas de capital e custeio da Zona Franca, durante o ano de 1967.

§ 1º O crédito especial de que trata este artigo será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

§ 2º Fica revogada a Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957 e o Decreto nº 47.757, de 2 de fevereiro de 1960 que a regulamenta.

**Art 49.** As isenções fiscais previstas neste decreto-lei somente entrarão em vigor na data em que for concedida:

I - pelo Estado do Amazonas, crédito do imposto de circulação de mercadorias nas operações comerciais dentro da Zona, igual ao montante que teria sido pago na origem em outros estados da União, se a remessa de mercadorias para a Zona Franca não fosse equivalente a uma exportação brasileira para o estrangeiro;

II - pelos Municípios do Estado do Amazonas, isenção do Imposto de Serviços na área em que estiver instalada a Zona Franca.

**Art 50.** Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.